

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES

REVISTA DO INSTITUTO

HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO NORTE

COMISSÃO DE FUNDAMENTAÇÃO E ORÇAMENTO

Verônica de Almeida
Claudio Augusto Pantoja
Aldice Araújo

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Fernando Augusto de
Tarcísio de M. Araújo
Otávio de F. Castro



R. IHGRGN = Vols. LXXXI = LXXXII = LXXXIII = Anos: 1989 = 1990 = 1991 = NATAL = RN

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES

BIÊNIO: 1989 - 1991

Presidente - Enélio Lima Petrovich

1º Vice-presidente - Manoel Rodrigues de Melo

2º Vice-presidente - Itamar de Souza

1º Secretário - Jurandir Navarro da Costa

2º Secretário - Luiz Gonzaga Meira Bezerra

Secretário-adjunto - Hélio Dantas

Orador: Alvamar Furtado de Mendonça

Vice-orador - Marcos Maranhão

Tesoureiro - Manoel Varela de Albuquerque

Tesoureiro-adjunto - Luiz Rabelo

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo - Olavo de Medeiros Filho

Diretor-adjunto - Monsenhor Severino Bezerra

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Vicente de Almeida

Cláudio Augusto Pinto Galvão

Aluizio Azevedo

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Fernando Hippolyto da Costa

Tarcísio da Natividade Medeiros

Otto de Brito Guerra

UMA PALAVRA A MAIS

Quando publicada, ainda no ano corrente, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, referente aos anos de 1987 e 1988 - volumes LXXIX e LXXX, graças à ajuda financeira da Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A., grande foi a sua importância nos meios culturais, deste e de outros Estados.

Mensagens de congratulações, por cartas, ofícios e até telefonemas, chegaram ao nosso poder, parabenizando a Casa da Memória Norte-rio-grandense.

Essa uma circunstância sobremaneira gratificante.

Dai, conhecida a publicação, contendo matéria de alto valor histórico-geográfico, o Governo do Estado, através da Chefia do Gabinete Civil e da Presidência da Companhia Editora - CERN, protificou-se a editar mais um número do valioso periódico.

Ei-lo, portanto, com a chancela oficial.

E a exemplo da Revista anterior, nesta inserem-se, também, escritos e pesquisas diversas, da lavra de valorosos e eminentes historiadores, entre os quais Olavo de Medeiros Filho, Itamar de Souza, Fernando Hippolyto da Costa, Cláudio Pinto Galvão, Jeanne Fonseca Leite Nesi, Gil Soares, Raimundo Nonato da Silva, Nilo Pereira, Umberto Peregrino, José de Anchieta Ferreira, Marcos Maranhão e outros dignitários da inteligência e do saber.

Dessa maneira, com estas breves considerações, queremos registrar o agradecimento ao Governo do Estadual, que assumiu a responsabilidade desta edição.

Ressalte-se, neste ensejo, que a presente Revista traduz e sintetiza, sobretudo, a contribuição modesta e efetiva pelo centenário, quer do regime republicano (15-11-1889-1989), quer do jornal "A República", fruto do idealismo, em 1º de julho de 1889, de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, a quem se deve, igualmente, a primazia, como organizador, desse modelo governamental no Rio Grande do Norte.

Esta, pois, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - Anos 1989-1990-1991 - volumes LXXXI - LXXXII - LXXXIII.

Queira Deus que os Governos estaduais futuros continuem espargindo e prestigiando as iniciativas da Cultura Histórica, em seus variados aspectos e segmentos.

Sem dúvida, um Estado ou país que não dá apoio à História tende a perecer na voragem do tempo.

Ela é "êmulo do tempo, depositária de ações, testemunha do passado, exemplo para o presente e advertência para o futuro" (Cervantes, in "Dom Quixote", parte I., cap. 9).

Ou, na lição de Rui Barbosa, “a mestra inalterável dos homens e das nações”.

Estímulo, bem-querer, aplauso, seriedade, humanismo, valorização, nos apontam o caminho percorrido e ainda a percorrer, com obstinação e humildade, na presidência da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte.

Enfim, louvores ao fundador do Templo da História Potiguar. Seu nome: Vicente Simões Pereira Lemos.

Idem, a uma plêiade de homens de letras que, em 29 de março de 1902, fez parte da reunião primeira, concretizando a idéia, pela qual nasceu o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, hoje quase secular.

E entre esses abnegados, cuja homenagem tributamos, destacam-se cinco governadores de Estado. São eles: Alberto Maranhão, Pedro Velho, Augusto Tavares de Lyra, Joaquim Ferreira Chaves e Antonio José de Melo e Souza.

Tudo, como bem se explicitou, significa trabalho e esforço desmedidos, dignificando, para o presente e o porvir, a própria História, que é eterna.

Natal - Dezembro - 1994
(395º aniversário da cidade do Natal)

Enélio Lima Petrovich
- Presidente -

APOIO À CULTURA HISTÓRICA

Uma oportuna parceria marca a edição deste volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. De um lado o Estado, através do apoio do Governador Vivaldo Costa ao determinar à Companhia Editora - CERN, a elaboração gráfica deste documento, síntese histórica compreendendo o triênio 1989/1991 e do outro a própria instituição cultural, com a inserção, entre outros, de artigos homenageando a passagem do centenário do jornal "*A REPÚBLICA*", precursor da Imprensa Oficial.

Se o Instituto Histórico é "*a Velha Casa da Memória*", na expressão do seu Presidente Enélio Lima Petrovich, "*A REPÚBLICA*" é hoje um patrimônio Cultural, roteiro vivo, inesgotável fonte de pesquisa sobre parte da história deste século. A gráfica, irmã gêmea do jornal, foi pilar que, dentro das possibilidades oferecidas a cada administração, serviu de apoio à cultura papaverimum, como ocorre agora.

O centenário de "*A REPÚBLICA*", como é avaliado nesta edição pelos sócios desta Casa, Cláudio Galvão, Nilo Pereira (este de saudosa memória) e Itamar de Souza, é estigmatizado pelo registro indignado de protestos e lamentações. Acredito que, pelo significado da data - *o centenário* - transcorrido neste 1^o de julho de 1989, a cobrança pela ausência do jornal se fez mais incisiva do que nas vezes anteriores em que "*A REPÚBLICA*" saiu de circulação, o que ocorreu nos períodos 1951/1956 e de 1960/1971, isto é durante 16 anos.

Ao voltar à circulação em 1971, no Governo de Cortez Pereira - o primeiro indicado pelo regime militar - o jornal transpôs tranqüilamente mais 12 anos de história, cobrindo o período dos governadores indicados por um regime que coincidentemente se implantou num dos seus anos de ausência.

Eis que chega a plenitude democrática e com ela as eleições para Governador em 1982 (José Agripino - Aluizio Alves), Prefeito de Natal de 1985 (Garibaldi Alves - Wilma Maia) e novamente Governador em 1986 (Geraldo Melo - João Faustino). "*A REPÚBLICA*", com uma história de lutas desde o seu nascedouro, foi alvo para a oposição que o chamava de "jornal eleitoreiro". Mantido pelo Governo, com a natural função de defendê-lo, mostrar suas realizações administrativas e posições políticas, foi agredido e revidou, bateu e levou. "*A REPÚBLICA*" - lembra Veríssimo de Melo no volume 27 da Revista da Academia de Letras - também passou por fases negras de censura. Durante a ditadura de Vargas, por exemplo, ou mesmo durante certos momentos de determinados interventores. O governador José Varela (período 1947/1951) suspendeu a circulação de "*A REPÚBLICA*", segundo nos relata o professor de Direito Raimundo Nonato Fernandes em artigo para a Revista que marcou o centenário do Tribunal de Justiça, pelo fato do jornal haver publicado um soneto ofensivo ao Governador da Bahia, Otávio Mangabeira.

Nesses 100 anos de história, muitas foram as crises. Vezes incontáveis o

jornal foi atingido por dificuldades financeiras do próprio Governo. "A REPÚBLICA", em cujo expediente figurei durante seis anos, o que em muito enriqueceu e ilustrou o meu currículo, cumpriu, no meu entender, o seu papel histórico. O avanço que o jornal representou para a vida política, econômica, social e cultural do Estado quando do seu surgimento em 1989 pelas mãos laboriosas de Pedro Velho só pode ser comparado no final deste outro século à revolução da informática. Perpetuar o título centenário, num órgão de caráter cultural como aqui sugere o saudoso Nilo Pereira, é tarefa para aqueles a quem competirá executar a transformação da Companhia Editora em Departamento Estadual de Imprensa e, conseqüentemente, dotar o Estado de mais um instrumento de apoio à cultura histórica.

Natal, 15 de novembro de 1994

Wellington Medeiros

*Jornalista - Presidente da CERN
nos períodos 1980/1986 - 1991/1994*

NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O PRÉDIO DO INSTITUTO HISTÓRICO

Jeanne Fonseca Leite Nesi
(Sócia Efetiva)

Em 29 de março de 1902, no salão da Biblioteca Estadual, que funcionava no prédio do Atheneu Norte-rio-grandense, o Governador Alberto Maranhão presidiu a sessão que criou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, instituição destinada a pesquisar e divulgar a História do Estado.

Ao ato inaugural compareceram, além de Alberto Maranhão, vinte e seis destacadas personalidades, que se tornaram sócio-fundadores do Instituto, dentre os quais o Des. Vicente Simões Pereira de Lemos, fundador da entidade, e o Dr. Olímpio Vital, que foi eleito para ocupar a presidência.

No pequeno salão da Biblioteca, o Instituto funcionou durante um ano e dois meses. Em 3 de maio de 1903, tomou posse a segunda diretoria eleita do Instituto, ocasião em que a instituição passou a funcionar na Intendência Municipal cuja sede ficava localizada na esquina da Ulisses Caldas com a Junqueira Aires, no local hoje ocupado pela Prefeitura Municipal.

Na Intendência Municipal, o Instituto permaneceu durante alguns anos, transferindo-se para o imóvel nº 640 da rua 13 de Maio (hoje, Princesa Isabel), local onde funcionava a Justiça Federal.

Em 1906, o Governador Augusto Tavares de Lira construiu um edifício, para servir de sede ao Instituto (rua da Conceição, nº 622). Como, à época, o Supremo Tribunal de Justiça não dispusesse de uma sede condigna, foi cedido ao mesmo uma parte do prédio destinado ao Instituto Histórico e Geográfico. E, assim, as duas instituições conviveram juntas, desde a inauguração do prédio, em princípios de 1908, até 3 de maio de 1926.

Com o avolumamento das atividades desenvolvidas pelas duas instituições, o prédio já não comportava a presença simultânea das mesmas, o que levou o Instituto a ceder provisoriamente as suas instalações, em troca da casa nº 577 da mesma rua da Conceição, local que ocupou até 1938.

Depois de ter ocupado durante 12 anos aquele local pequeno e inadequado, o presidente do Instituto, Dr. Nestor dos Santos Lima, obteve do Interventor Federal Rafael Fernandes o retorno do Instituto à sua antiga sede. A entrega definitiva do edifício ocorreu através dos decretos nºs 503 e 543, de 7 de junho e 22 de agosto de 1938.

O edifício construído para abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é uma das mais significativas edificações que a Cidade

do Natal preserva. Implantado no alinhamento da rua da Conceição, o prédio, com partido de planta retangular, limita-se: ao norte, com a travessa Vicente Lemos (antiga Dr. Vital); ao sul, com a travessa da Sé; ao leste, com a rua da Conceição; e ao oeste, com a praça André de Albuquerque.

As fachadas do prédio apresentam traços e características neoclássicas, notadamente nos elementos de sua composição, como frontões curvos e triangulares e platibanda com balustrada, arrematando o coroamento das paredes. Possui esquadrias em madeira e vidro, em vãos de vergas retas, com cercaduras em massa.

O edifício dispõe de uma característica marcante, à época da sua construção: o acesso se dá pelas laterais, valorizado pelas escadarias que lhe dão imponência. Foi o prédio construído sobre um baldrame, de mais de 1.50 m, sugerindo a existência de um porão, embora se trate de um bloco compacto.

Internamente, a edificação procura a simetria, apesar de uma diferenciação, no tocante às dimensões dos cômodos. Conserva-se em bom estado e se constitui um dos poucos edifícios da Cidade, sem alteração em sua fábrica original.

O prédio abriga em seu interior um dos mais importantes acervos culturais do nosso Estado. O patrimônio do Instituto é de inestimável valor: ali se encontram, dentre outras peças, a primitiva pia batismal da Matriz de Natal; a estola do Pe. Miguelinho, mártir e herói da Revolução de 1817; os paramentos do Pe. João Maria, a quem o povo potiguar consagrou como santo; o primeiro telefone instalado em Natal, outrora pertencente à residência da viúva Sinhá Galvão; a mesa em que o Governador Pedro Velho trabalhava; o cofre da Provedoria Real da Capitania do Rio Grande, do início do século 18... O Instituto também guarda o mais valioso acervo documental do Rio Grande do Norte, com manuscritos contemporâneos da restauração portuguesa ocorrida logo após a expulsão dos holandeses.

Incrustados na parede externa, à entrada do prédio existem dois brasões: um do Brasil República e o outro, do Brasil Império, este fundido em ferro e retirado, em 1896, da antiga Cadeia Pública da Cidade. Na mesma entrada do prédio, ainda existe um velho pelourinho (de 1732), construído em pedra de arenito, onde, segundo a tradição, foi amarrado o Capitão-mor das Ordenanças de Vila Flor e Arês, André de Albuquerque Maranhão (primo do cunhado de André de Albuquerque Maranhão, o mártir da Revolução de 1817). O pelourinho foi transferido da Rua Grande (atual praça André de Albuquerque), e junto ao mesmo eram lidos, outrora, os editais, os bandos e as proclamações oficiais. Também no pelourinho eram amarrados e açoitados os réus e negros fugidos...

O nosso Instituto Histórico e Geográfico é a mais antiga instituição cultural do Estado, sendo, ademais, o repositório e defensor das nossas tradições his-

tóricas. A sua biblioteca forma uma preciosa coletânea de estudos sobre o Brasil e, particularmente, sobre o Rio Grande do Norte, possuindo cerca de 25.000 volumes. O Instituto também possui uma coleção de jornais, revistas e fotografias.

O prédio do Instituto acha-se tombado, a nível estadual, desde 30 de novembro de 1984, tendo sido restaurado pela Fundação José Augusto, em 1987.

Preside o Instituto Histórico e Geográfico, o renomado advogado e escritor Enélio Lima Petrovich, que tem sido, durante um período de quase trinta anos, o grande coordenador e catalizador de energias, ações e iniciativas em prol da tradicional Casa da Memória do nosso Estado.

FONTES: “As Cinco Sedes do Instituto” - Ed. Comemorativa do 80º aniversário de fundação do I.H.G. do R.G.N., de Nestor Lima e Manoel Rodrigues de Mello, FJA/UFRN/IHGRN; outras pesquisas procedidas pela própria Autora.

SÍNTESE CRONOLÓGICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

Fernando Hippolyto da Costa
(Sócio Efetivo)

(Continuação do número anterior)

1989

ELEIÇÃO DA DIRETORIA 1989/1991

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 1989, foi eleita, por unanimidade, a nova Diretoria do Instituto, referente ao biênio 29 de março de 1989 a 29 de março de 1991.

Ficou assim constituída:

Enélio Lima Petrovich (Presidente), Manoel Rodrigues de Melo (1º Vice-presidente), Itamar de Souza (2º Vice-presidente), Jurandir Navarro da Costa (1º Secretário), Luiz G. M. Bezerra (2º Secretário), Hécio Dantas (Secretário-adjunto).

E ainda: Alvamar Furtado de Mendonça (Orador), Marcos Cavalcanti Maranhão (Vice-orador), Manoel Varela de Albuquerque (Tesoureiro), Luis Rabelo (Tesoureiro-adjunto), Olavo de Medeiros Filho (Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo), Monsenhor Severino Bezerra (Diretor-adjunto).

Para a Comissão de Fazenda e Orçamento: Vicente de Almeida, Cláudio Augusto Pinto Galvão e Aluizio Azevedo.

Para a Comissão de Estatuto e Redação da Revista: Fernando Hippolyto da Costa, Tarcísio da Natividade Medeiros e Otto de Brito Guerra.

A Diretoria, acima eleita, era a mesma do biênio anterior (1987/1989), à exceção dos seguintes cargos preenchidos: a) Para Tesoureiro-adjunto: Luis Rabelo (em virtude do falecimento de Boanerges Januário Soares de Araújo); b) Para Diretor-adjunto: Monsenhor Severino Bezerra (idem, de Gumercindo Saraiva); c) Para a Comissão de Fazenda e Orçamento: Aluizio Azevedo (idem, de Ivanaldo Lopes da Silva).

PROPOSTAS DE SÓCIOS CORRESPONDENTES

Ainda na Assembléia Geral Ordinária de 28 de março de 1989, foram apreciadas diversas propostas de personalidades dedicadas ao estudo da História e da Literatura sendo todas aprovadas, por unanimidade, para a categoria de Sócio Correspondente.

Os oito novos sócios são os seguintes: Sylvio Piza Pedroza, José Joffily Bezerra de Melo, Aécio Villar de Aquino, Humberto Cavalcanti de Mello,

Henrique Zaremba da Câmara, Maria Regina Andrade Correia da Câmara, Adilson César e Maurílio Almeida.

A ELEIÇÃO DO DR. ENÉLIO LIMA PETROVICH PARA PRESIDENTE PERPÉTUO

Na Assembléia Geral Ordinária de 28 de março de 1989, presidida pelo Dr. Enélio Lima Petrovich e secretariada pelo sócio efetivo Marcos Maranhão, com a presença de mais doze sócios, após apreciação de vários assuntos que constavam da pauta, o sócio efetivo Fernando Hippólyto da Costa pediu a palavra para apresentar uma proposta, que foi lida em seguida e, posteriormente, transcrita integralmente na Ata da referida assembléia.

Declarou ele que, a 1º de agosto de 1953 havia sido realizada, naquela mesma sala, uma assembléia geral para modificação dos Estatutos do Instituto, ocasião em que foi apresentada uma emenda assinada por todos os presentes, acrescentando ao artigo 20, a seguinte redação: "O atual Presidente (Nestor dos Santos Lima), passará a exercer as suas funções, desde a presente data, em caráter perpétuo."

Prosseguindo a leitura, foi dito que "o consócio Luís da Câmara Cascudo, pedindo a palavra, justificou a emenda dizendo que era justo que se prestasse uma homenagem àquele (referindo-se a Nestor dos Santos Lima), que tem sido Presidente da casa, há 25 anos, e que tem sabido continuar a obra dos seus antecessores pelo trabalho assíduo, pela respeitabilidade e pela dedicação."

E ainda: "O Presidente em exercício, Luiz Tavares de Lyra proclamou eleito *PRESIDENTE PERPÉTUO* do Instituto, Nestor dos Santos Lima, a quem foi enviado um telegrama, pois encontrava-se no Rio de Janeiro, a serviço do Estado" e desconhecia o teor dessa eleição.

O sócio Fernando Hippólyto da Costa esclareceu então que o Dr. Nestor Lima, tendo assumido a Presidência do Instituto a 29 de março de 1927, veio a falecer em 1959 ficando, portanto, 32 anos à frente dos destinos da agremiação.

E prosseguiu: "E o que vemos hoje? Temos, na Presidência desta Casa da Memória, um outro Lima, sobrinho do Dr. Nestor, que é o nosso estimado Dr. Enélio Lima Petrovich. O mesmo está sendo reconduzido à direção do Instituto por mais um período de dois anos, após 26 anos ininterruptos na Presidência desta Casa. Com isso, completará 28 anos, ou seja, apenas 4 anos para igualar o tempo de presidência do Dr. Nestor."

"Lembramos que a posse do Dr. Enélio ocorreu a 25 de agosto de 1963, com a renúncia do então Presidente Aldo Fernandes Raposo de Melo. Achamos que é chegada a ocasião de reconhecermos e retribuirmos o grande esforço que o Dr. Enélio tem dispendido, ao longo de 26 anos de profícuo labor em prol do nosso

querido Instituto, onde seu entusiasmo, extremada dedicação e invulgar devotamento à Casa da Memória, são credenciais que justificaram sobejamente a indicação do seu nome para as seguidas investidas ao honroso cargo de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.”

“Não podemos deixar de salientar a sua permanente preocupação ante aos inúmeros problemas que o Instituto vem enfrentando, principalmente na área financeira. Dificuldades para a manutenção do prédio, para a conservação do acervo, para a publicação da Revista do Instituto e de outros trabalhos de consócios, são apenas alguns obstáculos, os quais - não fosse a sua extraordinária veneração ao Instituto, aliada à sua capacidade administrativa e de direção - não seriam enfrentados com esforço e desprendimento.”

E ainda: “Por diversas vezes o Presidente custeou despesas de pintura do prédio, com o seu próprio dinheiro. Talvez nem todos soubessem desses gestos altruísticos, próprios da sua profunda afeição à Casa da Memória, o que nos faz dilatar o preito de admiração em face desses magnânimos procedimentos.”

“Caros confrades: À vista do acima exposto, e sob a égide de justiça e reconhecimento, propomos aos consócios presentes nesta assembléia para que, sem outros entraves burocráticos ou maiores delongas, elejam por aclamação, o Dr. Enélio Lima Petrovich como *PRESIDENTE PERPÉTUO* do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.”

Após a leitura, o Dr. Enélio mesmo agradecendo a manifestação espontânea do sócio efetivo Fernando Hippolyto da Costa, ponderou que “era de seu interesse de dois em dois anos se realizasse a Assembléia Geral e pela vontade dos confrades se reelegesse para que essa perpetuidade não tivesse o sentido de acomodação.”

Seguiram-se alguns apartes, nos quais diversos sócios apresentaram suas respectivas opiniões e a matéria submetida à aprovação, em voto pessoal, foi APROVADA pelos seguintes sócios: Fernando Hippolyto da Costa, Olavo de Medeiros Filho, Manoel Rodrigues de Melo, Jurandir Navarro da Costa, Otacilio Lopes Cardoso, Monsenhor Severino Bezerra, Marcos Maranhão, Aluizio Azevedo, Hélio Dantas, Luis Rabelo e Inácio Magalhães de Sena.

Os sócios efetivos Cláudio Augusto Pinto Galvão e Tarcísio da Natividade Medeiros, abstiveram-se de votar, “destacando que não eram contra à profícua administração do Presidente mas que a condição de *PRESIDENTE PERPÉTUO* os privava de reelegê-lo em assembléia para o citado cargo, pelos méritos de que era possuidor.”

Logo em seguida, o Dr. Enélio, “bastante emocionado e cômico das altas responsabilidades de dirigir como *PRESIDENTE PERPÉTUO* a mais antiga instituição cultural do Estado, transmitiu a todos os seus agradecimentos.”

LANÇAMENTO DE LIVRO

Em 28 de março de 1989, teve lugar uma sessão solene, iniciada com uma saudação ao Almirante Maximiniano da Fonseca, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich.

O homenageado usou da palavra para agradecer e fez o lançamento do seu livro "O que segura este país." Seguiu-se um coquetel enquanto o autor autografava o seu livro.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Alte Maximiniano da Fonseca, Vice-Alte João Maria Didier Barbosa Viana (Cmt do 3º Distrito Naval), Vice-Alte Arnaldo Leite Pereira (designado para comandar o 3º Distrito Naval), General Flamarion Carvalho de Oliveira (Cmt da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Dr. Sylvio Piza Pedroza (ex-Governador do Estado e sócio correspondente do Instituto), Vereador Sid Fonseca (Presidente da Câmara Municipal de Natal), Escritor Veríssimo de Melo (Presidente do Conselho Estadual de Cultura) e Senador Lavoisier Maia Sobrinho.

POSSE DE NOVOS SÓCIOS

Na sessão solene de 29 de março de 1989, comemorativa ao 87º aniversário do Instituto, ocorreu o cerimonial de posse de novos sócios efetivos e correspondentes, sendo os mesmos saudados, em nome do Instituto, pelo Vice-orador Marcos Maranhão.

Receberam diplomas os seguintes sócios:

a) Na categoria de sócio efetivo (5): Edgar Ramalho Dantas, José Geraldo de Albuquerque, Vicente Serejo, Nássaro Antônio de Souza Nasser e João Bosco Campos.

b) Na categoria de sócio correspondente (1): Kleber Mendonça (discursou em nome dos sócios recém-empossados).

O novo sócio efetivo João Bosco Campos homenageou a memória de João Café Filho, único Presidente da República nascido no Rio Grande do Norte.

Seguiram-se os lançamentos de "Sonetos", de Adriel Lopes Cardoso e da "Revista do Instituto" (volumes LXXXV e LXXXVI, correspondentes aos anos de 1983 e 1984).

Ao final, foi servido um coquetel.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Manoel Araújo (Rep do Tribunal de Justiça), Dr. Rossine

Veras (Rep do Ministro da Educação), Deputado Valério Mesquita (Rep da Assembléia Legislativa), Monsenhor Severino Bezerra (Rep da Arquidiocese de Natal), Cel Manoel Soriano Neto (Rep da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Cel Pedro Rodrigues dos Santos (Rep da Polícia Militar), Dr. Carlos Alberto de Medeiros (Rep do Banco do Nordeste do Brasil), Professor Grácio Barbalho (Rep do Conselho Estadual de Cultura), Dr. Odulio Botelho (Rep da Ordem dos Advogados do Brasil/RN), Dr. Ulysses Baía (Rep da CHESF) e Jessé Café Neto (sobrinho-neto do ex-Presidente da República João Café Filho).

ENTREVISTA DO PRESIDENTE

No exemplar de março/1989 da revista "RN-ECONÔMICO", foi publicada uma longa entrevista concedida pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, sob o título "Lutando para sobreviver", onde o mesmo afirma que "o Instituto Histórico e Geográfico vem lutando com determinação para sobreviver à falta de ajuda da cidade."

E ainda: "Mesmo com todas estas dificuldades para manter de pé o Instituto Histórico, ele vem conseguindo cumprir a sua missão. Isso porque o Instituto é mantido exclusivamente pelos seus sócios, através da dedicação, ao contrário dos que pensam tratar-se de um órgão público".

POSSE DE NOVO SÓCIO EFETIVO

Na sessão solene de 28 de abril de 1989, tomou posse o sócio efetivo, Coronel Manoel Soriano Neto, que foi saudado pelo confrade José Gurgel Guará.

Em seguida, o novo sócio pronunciou uma conferência sobre o tema: "Uma visão sumária da História Militar e da Polemologia." Ao final, foi servido um coquetel.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

General Domingos Antônio Miguel Gazineo (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Major Gustavo Wetsch (Rep do CATRE), Coronel Armindo Aguiar (Rep do Governador do Estado), Capitão-de-Corveta Melo e Souza (Rep do 3º. Distrito Naval), Monsenhor Severino Bezerra (Rep da Arquidiocese de Natal), Professor Moacir de Góes (Rep da Prefeitura Municipal de Natal), Coronel Pedro Rodrigues dos Santos (Rep da Polícia Militar), Professor Luis Eduardo Brandão Suassuna (Rep da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Professora Zélia Madruga Rep. da ADESG/RN).

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Na sessão solene de 10 de maio de 1989, a Sra. Anita Alves Pereira Cardoso de Oliveira fez uma conferência abordando o tema: "Aspectos históricos e sociais da Previdência."

Em seguida, o marido da conferencista, Professor Dr. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, ficou à disposição da assistência para responder a perguntas referentes à legislação previdenciária, em forma de debates.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Manoel Araújo (Rep do Tribunal de Justiça), Deputado Arnóbio Abreu (Rep da Assembléia Legislativa), Coronel Manoel Soriano Neto (Rep da 7ª. Brigada de Infantaria Motorizada), Coronel Pedro Rodrigues dos Santos (Rep da Polícia Militar), Dr. Carlos de Miranda Gomes (Rep da OAB/RN), Dr. Edson Gutemberg de Souza (Rep da Prefeitura Municipal de Natal), Sra. Maria Jória Calazans Duarte (Da Previdência Social/RN) e o Professor Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira.

REPRESENTAÇÃO JUNTO AO COMPLAN

Na sessão solene de 10 de maio de 1989, o Presidente Enélio Lima Petrovich deu ciência aos presentes de que o Instituto havia indicado seus representantes junto ao COMPLAN - Conselho Municipal de Planejamento, por solicitação da Prefeita Wilma Maria Faria Maia.

Os sócios efetivos designados foram os seguintes: Edgar Ramalho Dantas (Titular) e Vicente Serejo (Suplente).

Já na Assembléia Geral Ordinária de 6 de julho de 1989, o sócio efetivo Edgar Ramalho Dantas discorreu sobre suas atividades no COMPLAN e adiantou que estava realizando um trabalho de atualização referente a uma conferência pronunciada pelo seu avô Manoel Dantas: "Natal daqui a 50 anos."

PROPOSTAS DE SÓCIOS

Na Assembléia Geral Ordinária de 6 de julho de 1989, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes cinco propostas de sócios:

a) Na categoria de sócio efetivo (3): Geraldo dos Santos Queiróz, Sebastião Fernandes Gurgel Filho e Maria Simonetti Gadelha.

b) Na categoria de sócio correspondente (2): Osvaldo Lopes de Brito (escritor e jornalista de São Paulo) e Sophia A. Lyra (escritora, filha do historiador Augusto Tavares de Lyra, neta de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e viúva do jurista Roberto Lyra).

PESQUISA DE ESTRANGEIRO

Por ocasião da Assembléia Geral Ordinária de 6 de julho de 1989, foi registrada, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, a presença do estudante norte-americano Jamison Drake Suter, pertencente à Yale University, em New Haven, Connecticut.

Fazendo uso da palavra, o referido universitário esclareceu o motivo de sua presença em Natal, relacionada com pesquisas no campo dos costumes religiosos da terra, especialmente nos assuntos correspondentes à umbanda.

DOAÇÃO DE ACERVO AO INSTITUTO

Na Assembléia Geral Ordinária programada para 6 de julho de 1989, o Presidente Enélio Lima Petrovich declarou que, na sua passagem pelo Rio de Janeiro, havia tomado conhecimento do falecimento do Dr. Reginaldo Fernandes, ex-Ministro da Saúde do Presidente João Café Filho e esclareceu aos presentes o desejo manifestado pelo Dr. Reginaldo, transmitido em vida à sua filha, no sentido de que fosse entregue ao Instituto todo o acervo que ele possuía acerca do ex-Presidente potiguar.

POSSE DE NOVO SÓCIO CORRESPONDENTE

Na sessão solene de 11 de julho de 1989, tomou posse o sócio correspondente Sylvio Piza Pedroza (eleito em sessão de 28 de março de 1989), o qual foi saudado pelo Orador do Instituto, Alvarado Furtado de Mendonça.

O novo sócio abordou o tema: "Pedro Velho e a República no Rio Grande do Norte".

Nessa mesma sessão, foi descerrada a Bandeira do Estado que cobria uma pintura de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, pelas seguintes pessoas convidadas pelo Presidente do Instituto: Sylvio Piza Pedroza, Berta Severo Cavalcante, Augusto Severo Neto, Fernando Pedroza, Dácio Galvão (da Fundação Hélio Galvão e doador do referido quadro ao Instituto) e Evaldo Oliveira (artista plástico norte-rio-grandense e autor do quadro).

Em seguida, foi ouvida uma gravação com um depoimento da escritora Sophia A. Lyra (sócia correspondente, eleita em 6 de julho de 1989), neta de Pedro Velho, a respeito desse evento.

O Presidente registrou o centenário do jornal "A República", sendo distribuídas cópias do número 1 aos presentes, reprodução de iniciativa do Professor Moacir de Góes, Secretário Municipal de Educação.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Sr. Garibaldi Alves (vice-Governador, representando o Governador do Estado), Desembargador Caio Alencar Regalado (Rep. do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral), Vice-Almirante Arnaldo Leite Pereira (Rep. do 3º Distrito Naval), Professor Daladier da Cunha Lima (Rep. da UFRN), Coronel Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª. Brigada de Infantaria Motorizada), Professor Moacir de Góis (Rep. da Prefeitura Municipal de Natal), Tenente-Coronel Francisco de Assis Paiva (Rep. da Polícia Militar), Monsenhor Severino Bezerra (Rep. da Arquidiocese de Natal) e Dr. Sylvio Piza Pedroza (Ex-Governador do Estado, conferencista dessa sessão solene).

REVOLUÇÃO FRANCESA

Na sessão solene de 14 de julho de 1989, o sociólogo e sócio efetivo Itamar de Souza apresentou a sua conferência concernente ao tema : "A Influência da Revolução Francesa no Brasil", em comemoração ao bicentenário da Revolução Francesa.

Ao final, de autoria do conferencista, foi lançado o livro "A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)", seguindo-se um coquetel aos presentes.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Petrovich para a composição da mesa foram os seguintes:

Senador Lavoisier Maia Sobrinho, professora Wilma Maria Faria Maia (Prefeita de Natal), Coronel Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª. Brigada de Infantaria Motorizada), Dr. José Anchieta Pereira Pinto (Governador do Distrito L-25, do Lions) e Professor Itamar de Souza (conferencista da noite).

POSSE DE NOVO SÓCIO CORRESPONDENTE

Na sessão solene de 16 de agosto de 1989, tomou posse o sócio correspondente José Joffily Bezerra de Mello (eleito em sessão de 28 de março de 1989), o qual foi saudado pelo consagrado tribuno e sócio correspondente Dr. Amaury Vasconcelos e ainda, pelo consócio Cláudio Augusto Pinto Galvão.

Cumprindo o cerimonial de posse, o novo sócio ocupou a tribuna e discorreu sobre o tema: "15 de novembro - 100 anos depois".

No início dos trabalhos foi feito um minuto de silêncio em homenagem ao sócio efetivo Minervino Wanderley de Siqueira, falecido em 31 de julho de 1989.

Foi, também, descerrada a Bandeira do Estado que cobria o retrato do Professor Luiz Correia Soares de Araújo (sócio do Instituto), e cujo centenário de nascimento foi comemorado na sessão solene de 18 de outubro de 1988.

Desse ato participaram a nora do homenageado, Sra. Corihelia Salustino

Soares e o sobrinho, sócio e memorialista Gil Soares.

Na oportunidade, foi ainda lançado o "Livro das Velhas Figuras" (volume VI), reunindo crônicas, publicadas na imprensa, pelo Mestre Luís da Câmara Cascudo.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Hélio Fernandes (Rep. do Tribunal de Justiça), Professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna (Rep. da UFRN), Cel. Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª - Brigada de Infantaria Motorizada), Monsenhor Severino Bezerra (Rep. da Arquidiocese de Natal), Dr. Odúlio Botelho (Rep. da OAB/RN), Cel. Pedro Rodrigues de Souza (Rep. da Polícia Militar), Escritor Veríssimo de Melo (Rep. do Conselho Estadual de Cultura), Sra. Dahlia Freire Cascudo (viúva do Mestre Luís da Câmara Cascudo). Dr. Amaury Vasconcelos (Presidente da Academia de Letras de Campina Grande e representante do Conselho Estadual de Educação/PB), Dr. José Anchieta Pinto (Governador do Distrito L-25, do Lions) e Escritor José Joffily Bezerra de Mello (conferencista dessa sessão solene).

LANÇAMENTO DE LIVRO

Em 12 de setembro de 1989, às 20:30 horas, com grande comparecimento de sócios e personalidades, sobretudo do município de Assu, ocorreu o lançamento do livro "No tempo de Cristo", de autoria do sócio efetivo, escritor e poeta, Francisco Amorim.

A saudação ao autor foi feita pelo também poeta e trovador Luis Rabelo.

LANÇAMENTO DE LIVRO

Às 20:00 horas de 22 de setembro de 1989, numa promoção da Editora Clima e do próprio Instituto Histórico, houve o lançamento do livro "Crônica de uma cidade chamada Natal", do escritor e consócio General Umberto Peregrino.

A saudação ao orador foi feita pelo sócio efetivo Marcos Cavalcante Maranhão.

SESSÃO SOLENE CONJUNTA

Na data de 16 de dezembro de 1989, foi efetivada uma sessão solene conjunta do Instituto com a Liga de Defesa Nacional - Diretório do Rio Grande do Norte, cujo Presidente, o professor José Gurgel Guará fez a abertura da sessão.

O palestrante foi o sócio efetivo Cel. Manoel Soriano Neto que apresentou como tema "O Exército Nacional e a Proclamação da República".

Seguiu-se, pelo Presidente da Liga, o cerimonial de entrega de diplomas aos Beneméritos da Liga e da Medalha do Mérito Cívico.

Ao final, foi dado posse à nova Diretoria da Liga referente ao triênio 1989 - 1992.

COLABORADORES DO INSTITUTO

No decorrer de 1989, foram registradas outras colaborações valiosas prestadas ao Instituto:

a) Trabalhos de restauração de livros e documentos, do acervo do Instituto, por parte da UFRN, achando-se empenhado nesse paciente trabalho o sócio efetivo Cláudio Augusto Pinto Galvão (sessão de 28/03/1989);

b) Publicação do Volume VI do "O Livro das Velhas Figuras", do Mestre Luís da Câmara Cascudo, por parte da Montreal Engenharia e sua subsidiária Iesa-Engenharia (sessão de 28/03/1989);

c) Publicação da "Revista do Instituto" (Volumes referentes a 1983 e 1984), pela Petrobrás S/A, com lançamento em 29 de março de 1989 (sessão de 28/03/1989);

d) Serviços de encadernação de jornais e periódicos antigos do Instituto, pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, representado pelo Dr. Carlos Alberto de Medeiros (sessões de 28/03/1989 e 29/03/1989);

e) Um prato que pertenceu ao sócio fundador do Instituto, Alberto Maranhão (Governador do Estado de 1900 a 1904), doação do Dr. Sylvio Piza Pedroza (sessão de 29/03/1989);

f) Medalha e diplomas comemorativos dos 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco, com sede em Recife (sessão de 16/08/1989).

“O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte não pertence apenas aos seus ilustres membros. É um patrimônio vivo de nossa cultura. É expressão vital de nosso desenvolvimento que se alicerça em compromissos de elevação espiritual, moral, social e cultural do nosso povo.” (Garibaldi Alves Filho, Prefeito de Natal, 1988)

1990

LANÇAMENTO DE LIVRO

A 23 de março de 1990, no Salão dos Grandes Atos da Fundação José Augusto, transcorreu o lançamento do livro “No Rastro dos Flamengos”, de autoria do sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

Dentre muitos convidados, o evento contou com a presença do Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o Mestre José Antônio Gonçalves de Melo, acompanhado de seu filho, o arqueólogo Ulysses Pernambucano de Melo.

PROPOSTAS DE SÓCIOS

Na Assembléia Geral Ordinária de 27 de março de 1990, foram aprovadas, por unanimidade, mais quatro propostas de sócios, nas seguintes categorias:

a) Na categoria de sócio efetivo (2): Ailson Guedes da Silva e João Maurício Fernandes de Miranda;

b) Na categoria de sócio correspondente (2): Rubens Augusto (Ceará) e Ten. Brig. Murillo Santos (Rio de Janeiro).

POSSE DE NOVOS SÓCIOS

Na sessão solene de 29 de março de 1990 (quando foi comemorado o 88º aniversário do Instituto), tomaram posse novos sócios, sendo:

a) Na categoria de sócio efetivo (4): Cláudio José Freire Emerenciano, Lauro Gonçalves Bezerra, Bianor Medeiros e Carlos Augusto Lyra Martins;

b) Na categoria de sócio correspondente (1): Fernando Carvalho Chagas.

Os novos sócios, aprovados em sessão de 27 de março de 1990, foram saudados pelo Orador do Instituto, Professor Alvarado Furtado de Mendonça. Em nome dos sócios efetivos, falou o Professor Cláudio José Freire Emerenciano e, pelos sócios correspondentes, o Almirante Fernando Carvalho Chagas (o sócio correspondente Floro de Araújo Melo não se encontrava presente).

O conferencista da noite, Almirante Fernando Carvalho Chagas, abordou o tema: “Hélio Galvão e José Cabral de Carvalho - Duas evocações.”

Em seguida, ocorreram os lançamentos dos seguintes livros:

1) “Carnauba dos Dantas - Terra da Música”, de autoria da poetisa e sócia correspondente Donatila Dantas. Não podendo comparecer a essa solenidade, foi representada pelo Professor José Próspero Dantas, o qual fez breve explanação do referido livro;

2) “Monsenhor Walfredo, o Poeta”, do sócio recém-empossado Bianor Medeiros;

3) “Política e Cultura (Pedro Velho e Luís da Câmara Cascudo)”, de autoria do sócio correspondente Sylvio Piza Pedroza.

Ao final, foi servido um coquetel.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Caio Alencar Regalado (Rep. do Tribunal de Justiça), Vice-Almirante Arnaldo Leite Pereira (Rep. do 3º Distrito Naval), Dr. Igor Ribeiro Dantas (Rep da Prefeitura Municipal de Natal), Monsenhor Severino Bezerra (Rep da Arquidiocese de Natal), Cel. Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Professor Alcir Veras (Rep. da UFRN) e Sr. Araripe Dias da Rocha (Rep. do Governador do Distrito L-25, do Lions).

LANÇAMENTO DE LIVRO

A 30 de março de 1990, ocorreu o lançamento do livro “Dom José Adelino Dantas”, editado pela Fundação Dinarte Mariz e de autoria do sócio efetivo Aluizio Azevedo.

Falaram, na ocasião, o Presidente Enélio Lima Petrovich, o Senador Lavoisier Maia Sobrinho e o autor.

Ao final, foi servido um coquetel aos presentes.

HOMENAGEM A AUGUSTO SEVERO

A 10 de maio de 1990, foi efetivada uma sessão solene conjunta do Instituto com o CATRE - Comando Aéreo de Treinamento, destinada a reverenciar a memória do pioneiro Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, falecido em Paris a 12 de maio de 1902, no acidente do balão-dirigível “Pax”.

O palestrante foi o sócio efetivo Fernando Hippolyto da Costa que discorreu sobre “A vida e a obra de Augusto Severo.” Para melhor visualização do assunto foi colocado no salão nobre um grande quadro com a pintura do dirigível “Pax”, de autoria da Irmã Myriam, professora de pintura do Colégio das Neves.

Concluída a palestra, o Presidente Enélio Lima Petrovich transferiu a direção da solenidade ao Brigadeiro Aristides Eugênio da Cruz Medeiros que fez ainda algumas considerações com vistas ao 88º aniversário de falecimento do pioneiro da Aviação, e deu por encerrada a sessão solene.

Aos presentes, foi servido um coquetel.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Brigadeiro Aristides Eugênio da Cruz Medeiros (Cmt do CATRE), Capitão-de-Corveta Sebastião da Silva Lacerda (Rep. do 3º Distrito Naval), Monsenhor Severino Bezerra (Rep. da Arquidiocese de Natal), Dr. Igor Ribeiro Dantas (Rep. da Prefeitura Municipal de Natal), Dr. Jurandir Navarro da Costa (Rep. da Fundação José Augusto), Cel. Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Sra. Berta Severo Cavalcanti (neta do homenageado, Augusto Severo) e sócio efetivo Fernando Hippolyto da Costa (conferencista da noite).

POSSE DE NOVO SÓCIO EFETIVO

Na sessão solene de 3 de agosto de 1990, ocorreu o cerimonial de posse do sócio efetivo Ailson Guedes da Silva (eleito em 27 de março de 1990), o qual foi saudado pelo sócio efetivo, Professor José Melquiades de Macedo.

A sessão teve prosseguimento com a palestra do Dr. Ailson Guedes da Silva sobre "Ex-votos. Medicina e Religião."

No início da sessão, o Presidente Enélio Lima Petrovich solicitou um minuto de silêncio em homenagem ao sócio efetivo Dr. Manoel Varela de Albuquerque, recentemente falecido.

Ao final, ocorreu o lançamento do livro "Vergel - Poemas, Canções e Trovas", de autoria do poeta João Damasceno M. de Menezes, sendo ainda oferecido um coquetel aos presentes.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Caio Alencar Regalado (Rep. do Tribunal de Justiça), Professora Ângela Guerra Fonseca (Rep. da UFRN), Jornalista Rejane Cardoso Serejo (Rep. da Prefeitura Municipal de Natal), Cel. Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Grão-Mestre Armando de Lima Fagundes (Rep. do Grande Oriente Independente do Rio Grande do Norte) e Professor José Melquisedec da Costa Ferreira (Diretor do Centro de Ciências da Saúde).

DR. LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS LIMA

A 27 de setembro de 1990, em sessão solene, o Instituto prestou uma homenagem ao médico e educador Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima.

Inicialmente, usou da palavra o sócio efetivo Dr. Grácio Barbalho e, em seguida, o sócio efetivo, médico e professor Dr. Clóvis Travassos Sarinho fez um depoimento sobre a figura do homenageado.

Em nome da família agradeceu, emocionado, o médico Dr. Luiz Rodolpho Penna Lima, filho do homenageado.

Ocorreu, depois, a aposição do retrato do Dr. Luiz Antonio na Galeria do Instituto, sendo convidados para descerrarem a Bandeira do Estado que cobria o citado retrato, os filhos Luiz Rodolpho, Olindina e Anadila.

Encerrando a sessão foi lançada a "Revista do Instituto", correspondente ao biênio 1985 - 1986.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Brigadeiro Aristides Eugênio da Cruz Medeiros (Cmt. do Comando Aéreo de Treinamento - CATRE), Cel. Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Dr. Hélio Vasconcelos (Rep. da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Rio Grande do Norte), Grão-Mestre Paulo Viana Nunes (Rep. do Grande Oriente do Estado), Dr. Luiz Rodolpho Penna Lima (Rep. da família do homenageado da noite) e Dr. Aluizio Bezerra de Oliveira (Vice-Presidente da Liga Norte-rio-grandense de combate ao câncer, a qual mantém o Hospital "Dr. Luiz Antônio").

POSSF DE NOVO SÓCIO CORRESPONDENTE

Na sessão solene de 31 de outubro de 1990, tomou posse o sócio correspondente Benedito Vasconcelos Mendes, o qual foi saudado pelo sócio efetivo, Embaixador Nestor dos Santos Lima.

Em seguida ao cerimonial previsto, o novo sócio apresentou a sua conferência: "Contribuição de Vingt-Un Rosado para o desenvolvimento da agropecuária do semi-árido."

Usou, também, da palavra o sócio correspondente João Batista Pinheiro Cabral. Ao final, houve o lançamento de alguns livros de autoria do Dr. Nestor dos Santos Lima (Presidente Perpétuo do Instituto), reeditados pela "Coleção Mossoroense".

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Hélio Fernandes (Rep. do Tribunal de Justiça), Brigadeiro Aristides Eugênio da Cruz Medeiros (Cmt. do Comando Aéreo de Treinamento), Escritor Veríssimo de Melo (Rep. do Conselho Estadual de Cultura), Escritor Vingt-Un Rosado (Rep. da Escola Superior de Agronomia), Monsenhor Severino Bezerra (Rep. da Arquidiocese de Natal), Coronel Manoel Soriano Neto (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada) e Professor João Batista Pinheiro Cabral (Rep. do Ministério da Educação e Cultura).

POSSE DE NOVO SÓCIO CORRESPONDENTE

Na sessão solene de 16 de novembro de 1990, ocorreu o cerimonial de posse do sócio correspondente Murillo Santos, o qual foi saudado pelo sócio correspondente Sylvio Piza Pedroza.

Em seguida, o Tenente-Brigadeiro Murillo Santos abordou o tema: "A vocação aviatória de Natal", passando depois a autografar o seu livro "Evolução do Poder Aéreo."

Ao final, foi servido um coquetel.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Hélio Fernandes (Rep. do Tribunal de Justiça), Vice-Almirante Arnaldo Leite Pereira (Rep. do 3º Distrito Naval), General Domingos Antônio Miguel Gazineo (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Brigadeiro Aristides Eugênio da Cruz Medeiros (Rep. do CATRE), Escritor Veríssimo de Melo (Rep. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Coronel José Fontes Sobrinho (Rep. da Polícia Militar) e ex-Governador Sylvio Piza Pedroza.

PROPOSTAS DE SÓCIOS

Na Assembléia Geral Ordinária de 6 de dezembro de 1990, foram aprovadas, por unanimidade, mais três propostas de sócios efetivos: Jeanne Fonseca Leite Nesi (Arquiteta), Manoel Medeiros (Advogado) e José Ferreira da Rocha (Professor).

SESSÃO CONJUNTA

A 13 de dezembro de 1990, foi efetuada uma sessão solene conjunta do Instituto e Centro Norte-rio-grandense do Rio de Janeiro, em homenagem à memória do Mestre Luís da Câmara Cascudo.

Representando o Instituto Histórico, falou o seu Presidente, o Dr. Enélio Lima Petrovich.

Na oportunidade, foi feita a entrega dos diplomas de sócios correspondentes do Instituto, à escritora Sophia A. Lyra (filha do historiador Augusto Tavares de Lyra, eleita em sessão de 6 de julho de 1989) e ao poeta Homero Homem de Siqueira.

O orador da cerimônia foi o sócio correspondente, historiador Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão.

Houve ainda o lançamento de "Crônica de uma cidade chamada Natal", de autoria do sócio correspondente General Umberto Peregrino, e da "Revista do

Instituto" (volumes LXXVII e LXXVIII, referentes aos anos de 1985 e 1986).

POSSE DE NOVO SÓCIO EFETIVO

Na sessão solene de 20 de dezembro de 1990, tomou posse o sócio efetivo Marfoel Medeiros, o qual foi saudado pelo sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

Em seguida, o novo sócio, escritor e Procurador da Justiça, discorreu sobre o tema: "Sesyon, Poeta e Professor."

Falou, também, o sócio correspondente Dr. Romildo Teixeira de Azevedo, Presidente do Centro Norte-rio-grandense de Brasília.

Enquanto era servido um coquetel, o sócio recém-empossado autografava o seu livro "João Bernardo de Medeiros, seu humor."

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Desembargador Deusdeth Maia (Rep. do Tribunal de Justiça), Desembargador Ivan Meira Lima (Rep. do Tribunal Regional Eleitoral), Dr. Odílio Botelho (Rep. da OAB/RN), Dr. Emanuel Cristovão Cavalcante (Rep. da Procuradoria Geral da Justiça), Dr. Francisco Fausto (Rep. do Tribunal Superior do Trabalho) e Dr. Romildo Teixeira de Azevedo (Rep. do Centro Norte-rio-grandense de Brasília).

COLABORADORES DO INSTITUTO

No decorrer de 1990, foram registradas outras colaborações valiosas prestadas ao Instituto:

a) Doação de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), pelo Governo Estadual (sessão de 27-03-1990);

b) Doação de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), pela Prefeitura Municipal de Natal (sessão de 27-03-1990);

c) Reedição do livro "Governo do Rio Grande do Norte", de autoria de Luís da Câmara Cascudo, pela "Coleção Mossoroense", a cuja frente encontra-se o consócio Vingt-Un Rosado (sessão de 27-03-1990);

d) Doação de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), pelo sócio efetivo e Deputado Estadual Valério Mesquita, para encadernação de livros e periódicos (sessão de 03-08-1990);

e) Publicação da "Revista do Instituto" (volumes referentes a 1985 e 1986), pela Petrobrás S.A. (sessão de 27-09-1990);

f) Doação de um exemplar de "Genealogia da Família Bezerra, de 1526 a 1988", de autoria do sócio efetivo, Monsenhor Severino Bezerra (sessão de 06-12-1990).

"O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte se tornou ponto de referência para eu conhecer melhor os problemas do Estado. A cultura, representada e divulgada por este Instituto, está prestando os serviços mais simples à comunidade em que nasceu e vive, se realiza e alcança as suas intensas irradiações.

Lá, na Alemanha, tomei conhecimento deste trabalho de homens de cultura do Rio Grande do Norte através do Instituto e das obras internacionalmente reconhecidas do grande Mestre Cascudo.

Conhecendo de perto o Instituto, constatei que as minhas perspectivas foram superadas por ocasião desta minha visita, durante a qual o Instituto houve por bem incluir-me no círculo dos seus sócios honorários". (Professor Dr. Hermann Mathias Goergen, Presidente da Sociedade Teuto-Brasileira, em Bonn - Alemanha - 1987).

1 9 9 1

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A 26 de março de 1991, ocorreu uma sessão solene conjunta do Instituto Histórico, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e Ordem dos Advogados do Brasil/ Secção do Rio Grande do Norte.

Inicialmente, o Presidente do Instituto Histórico fez uma saudação ao conferencista da noite, o Professor Aníbal Fernandes o qual pronunciou, em seguida, uma conferência sobre o tema: "A crise e a Previdência Social. Há solução ?"

Encerrada essa palestra, houve um espaço de tempo dedicado aos debates, com diversas perguntas prontamente elucidadas pelo conferencista.

O Presidente do Instituto Histórico registrou as presenças do Dr. Paulo Américo da Costa (Superintendente do INSS no Estado), Dr. José Rodrigues Neto (Chefe da Procuradoria Regional do INSS) e Procuradoras Dra. Kátia, Dra. Marly e Dra. Zilmar.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Dr. Odílio Botelho (Rep. da OAB/RN), Dr. Mozart de Almeida Romano (Rep. do Governador do Estado), Deputado Aluizio Alves (Relator da Lei da Previdência), Dr. Joanilson de Paula Rêgo (Rep. da SOAMAR/RN), Dr. Reginaldo Teófilo (Rep. da Federação do Comércio do Estado), Dr. Francisco Barros Dias (Juiz Federal), Dr. Ranke Santos (Rep. da UFRN), Dr. Armando Holanda (Rep. da Procuradoria Geral da República no Rio Grande do Norte), Dr. Itamar Azevedo (Rep. da Prefeitura Municipal de Natal) e Professor Aníbal Fernandes (conferencista da noite).

POSSE DE NOVOS SÓCIOS EFETIVOS

Na sessão solene de 4 de abril de 1991, ocorreu o cerimonial de posse de mais cinco sócios efetivos: Geraldo dos Santos Queiróz, Jeanne Fonseca Leite Nesi, Deifilo Gurgel, José Ferreira da Rocha e João Mauricio Fernandes de Miranda, os quais foram saudados pelo sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

Em nome dos empossados, discursou o Professor Geraldo dos Santos Queiróz.

Enquanto era servido um coquetel, o médico Dr. Clóvis Travassos Sarinho autografava o seu livro "Fatos, episódios e datas que a memória gravou".

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Professor Marcos Guerra (Rep. do Governador do Estado), General Domingos Antônio Miguel Gazineo (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Professora Maria do Rosário Cabral (Rep. da Prefeitura Municipal do Natal), Deputado Valério Mesquita (Rep. da Assembléia Legislativa), Dr. Nilo Lourival Ferreira (Rep. da OAB/RN), Professor Alcir Veras (Rep. da UFRN), Monsenhor Severino Bezerra (Rep. da Arquidiocese Metropolitana), Dr. José Tércio Caldas (Rep. do Instituto Histórico e Geográfico de Olinda/PE), Escritor Dácio Galvão (Rep. da Fundação Hélio Galvão) e o Dr. Clóvis Travassos Sarinho.

HOMENAGEM A ASCENDINO HENRIQUES DE ALMEIDA

Na sessão conjunta do Instituto Histórico e Academia Norte-rio-grandense de Letras, efetivada em 11 de abril de 1991, foi prestada homenagem ao sócio efetivo Ascendino Henriques de Almeida, por motivo de seu falecimento, ocasião em que usou da palavra o sócio efetivo Grácio Barbalho.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA 1991/1993

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 23 de julho de 1991 foi eleita, por unanimidade, a Diretoria do Instituto correspondente ao biênio de 1991-1993

Ficou assim constituída:

Enélio Lima Petrovich (Presidente), Manoel Rodrigues de Melo (1º Vice-Presidente), Itamar de Souza (2º Vice-Presidente), Jurandir Navarro da Costa (1º Secretário), Luiz G. M. Bezerra (2º Secretário), Hélio Dantas (Secretário-adjunto).

E ainda: Alvamar Furtado de Mendonça (Orador), Marcos Maranhão (Vice-orador), Manoel Medeiros (Tesoureiro), Luiz Rabelo (Tesoureiro-adjunto), Olavo de Medeiros Filho (Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo), Monseñhor Severino Bezerra (Diretor-adjunto).

Para a Comissão de Fazenda e Orçamento: Vicente de Almeida, Cláudio Augusto Pinto Galvão e Aluizio Azevedo.

Para a Comissão de Estatuto e Redação da Revista: Fernando Hippolyto da Costa, Tarcísio da Natividade Medeiros e Otto de Brito Guerra.

Praticamente, esta Diretoria foi a mesma referente ao biênio 1989-1991, à exceção do cargo de Tesoureiro, ocupado por Manoel Medeiros, tendo em vista o falecimento de Manoel Varela de Albuquerque.

PROPOSTAS DE SÓCIOS

Na Assembléia Geral Ordinária de 23 de julho de 1991, foram aprovadas, por unanimidade, quatorze propostas de sócios, assim especificadas:

a) Na categoria de sócio efetivo (5): Vera Lúcia Simões de Azevedo, Iaperi Soares de Araújo, José Alexandre de Odilon Garcia, Paulo Lopo Saraiva e Alcir Veras:

b) Na categoria de sócio correspondente (9): Hélio de Almeida Brum, Alipio Mendes, Elder Heronildes da Silva, Renato Pires Castelo Branco, Maria Eugênia Macieira Montenegro, Yapery Tupiassu de Brito Guerra, Antônio Adelino Marques da Silva, Tarcísio Antônio da Costa Taborda e Cláudio Moreira Bento.

HOMENAGEM A HOMERO HOMEM DE SIQUEIRA

Na Assembléia Geral Ordinária de 23 de julho de 1991, foi prestada uma homenagem, logo no início da sessão, ao sócio correspondente Homero Homem de Siqueira, com um minuto de silêncio por parte de todos os presentes, por ter o referido consócio falecido no Rio de Janeiro a 17 do mesmo mês.

Idêntica homenagem foi feita por ocasião da sessão solene de 30 de julho de 1991.

HOMENAGEM A CÂMARA CASCUDO

A 30 de julho de 1991, foi efetivada uma sessão solene em comemoração ao 5º. aniversário de morte do Mestre Luís da Câmara Cascudo.

Inicialmente, o sócio efetivo jornalista Paulo Macêdo fez uma saudação ao sócio correspondente Bernard Alléguède, o qual ocupando a tribuna, prestou um depoimento sobre o escritor Câmara Cascudo.

Em nome da família, agradeceu a filha do homenageado, a advogada e sócia efetiva Ana Maria Cascudo Barreto.

Depois, foi apresentado um número de arte pelo poeta e violonista Ivory Batista da Costa e ainda, uma exposição da pintora Cristina Jácome.

Finalizando, ocorreu o lançamento de um livro da poetisa Lucinha Moreno.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Professor Marcos de Brito Guerra (Rep. do Governador do Estado), Escritor Iaperi Soares de Araújo (Rep. da Fundação José Augusto), Dom Nivaldo

Monte (Rep. da Arquidiocese de Natal), Dr. Itamar de Souza (Rep. da Prefeitura Municipal de Natal), Major-Aviador Léo Vaz de Almeida (Rep. do CATRE), Dr. Lourival Ferreira (Rep. da OAB/RN), Dr. Marco Aurélio Martins de Almeida (Rep. da UFRN), Dr. Grácio Barbalho (Rep. do Conselho Estadual de Cultura), Desembargador Manoel Araújo (Rep. do Tribunal de Justiça), Professor Bernard Alléguède (Sócio correspondente, com domicílio na França) e Dra. Ana Maria Cascudo Barreto (filha do homenageado).

POSSE DE NOVOS SÓCIOS CORRESPONDENTES

Na sessão solene de 14 de novembro de 1991, foram empossados três sócios correspondentes: Humberto Cavalcante de Melo, Aécio Villar de Aquino e Maurílio Almeida, que foram saudados, de acordo com o cerimonial, pelo sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

Em seguida, transmitiu uma breve mensagem o novo sócio Humberto Cavalcante de Melo mas, em nome dos recém-empossados falou o historiador Aécio Villar de Aquino, abordando o seguinte tema: "A passagem de Henry Koster no Rio Grande do Norte", homenageando ainda o Mestre Luís da Câmara Cascudo.

Presente à sessão solene, em nome da Academia de Letras de Campina Grande, usou da palavra o seu Presidente, o escritor e poeta Amaury Vasconcelos, sendo muito aplaudido.

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Escritor Iaperi Soares de Araújo (Rep. do Governador do Estado), Desembargador Manoel Araújo (Rep. do Tribunal de Justiça), General José Luiz Junqueira Alvarenga (Rep. da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada), Capitão-de-Fragata José Estáquio (Rep. do 3º Distrito Naval), Dr. Nilo Lourival Ferreira (Rep. da OAB/RN), Jornalista Rejane Cardoso Serejo (Rep. da Prefeitura Municipal de Natal), Jornalista Paulo Macêdo (Rep. do Conselho Estadual de Cultura), Dr. Joacil de Brito Guerra (Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba), Major Jailson de Almeida (Rep. do Gabinete Militar do Governo do Estado), Major Medeiros (Rep. do CATRE), Capitão Marcelo Barreto (Rep. da Polícia Militar) e Tenente Câmara (Rep. da Base Naval Alte Ary Parreiras).

SESSÃO CONJUNTA - INTEGRALISMO

A 5 de dezembro de 1991, realizou-se uma sessão solene conjunta do Instituto e Liga de Defesa Nacional - Diretório Regional do Rio Grande do Norte.

Foi lida, pelo Presidente do Instituto, uma mensagem sobre o Integralismo, remetida pelo sócio correspondente Nilo Pereira.

O sócio efetivo Dr. Clóvis Travassos Sarinho ocupou a tribuna discorrendo sobre o tema: "O Integralismo e Câmara Cascudo, sua projeção."

Os convidados, pelo Presidente Enélio Lima Petrovich, para a composição da mesa foram os seguintes:

Professor José Gurgel Guará (Presidente da LDN/Diretório RN), Professor Rodrigues Neto (Rep. do Movimento Monarquista Parlamentar), Capitão-de-Corveta José Mendes da Rocha (Rep. do 3º Distrito Naval), Dr. Nilo Lourival Ferreira (Rep. da OAB/RN), Professor Grácio Barbalho (Rep. do Conselho Estadual de Cultura), Teatrólogo Racine Santos (Rep. da Fundação José Augusto), Major Jorge Silva Escobar (Rep. do CATRE), Capitão-Tenente Raimundo Nonato Pereira de Souza (Rep. da Base Naval Alte Ary Parreiras), Tenente Tarcísio de Brito Guerra (Rep. da Polícia Militar) e Sócio Efetivo Dr. Clóvis Travassos Sarinho (conferencista da noite).

LANÇAMENTO DE LIVRO

Na sessão solene de 5 de dezembro de 1991, foi lançado o livro "Balbino Teixeira e sua mensagem", de autoria do sócio efetivo Desembargador Anselmo Pegado Cortez, o qual, ao final da sessão, autografou o seu trabalho para os presentes.

CENTENÁRIO DE MORTE DE DOM PEDRO II

Por ocasião da sessão solene de 5 de dezembro de 1991, o sócio efetivo Aluizio Azevedo usou da palavra para registrar o transcurso do centenário da morte de Dom Pedro II (1891 - 1991).

COLABORADORES DO INSTITUTO

No decorrer de 1991, foram registradas outras colaborações valiosas prestadas ao Instituto:

a) Trabalhos de restauração de livros, jornais e quadros, do acervo do Instituto, por parte da UFRN, com o empenho direto do sócio efetivo Cláudio Augusto Pinto Galvão (sessões de 04-04-1991 e 14-11-1991);

b) Doação de aproximadamente 4.000 volumes da biblioteca particular do Presidente do Instituto Enélio Lima Petrovich (sessão de 23-07-1991);

c) Doação de uma peça de cerâmica, pela artista plástica Regina Maria Moreira Guedes (sessão de 04-04-1991);

d) Doação de um exemplar do livro biográfico de João Bernardo de Medeiros,

pelo seu filho e autor, sócio efetivo Manoel Medeiros (sessão de 23-07-1991);
e) Doação de uma mão, feita de argila, do Mestre Luís da Câmara Cascudo,
pelo historiador José Augusto Garcez, de Aracaju/SE, representado no ato pelo
sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho (sessão de 30-07-1991).

“O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte faz renascer sempre a chama da brasilidade de nosso povo, em terras potiguares, transmitindo, de geração à geração, a mensagem séria e verdadeira, oriunda da pesquisa que amplia e engrandece o patrimônio cultural do mundo.

Integra-se o Instituto, como marisco ao rochedo, na comunidade potiguar, sem as interferências da política partidária.” (Presidente Enélio Lima Petrovich, 1988).

87 ANOS, UMA VIDA HISTÓRICA

Nilo Pereira

(Sócio Correspondente)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte está completando 87 anos de existência.

É a mais antiga instituição cultural do Estado. Muito me orgulho de a ele pertencer. Por mais duma vez tenho ocupado (ou desocupado?) a sua tribuna ilustre, onde tanta gente boa - a começar pelo eterno Cascudo - se tem feito ouvir. Gosto de falar no Instituto: ambiente acolhedor, salão pouco espaçoso, a estola do Padre Miguelinho em exposição como a nos lembrar o sacrifício pela liberdade.

Será lançado novo número da Revista do Instituto, que Enélio Lima Petrovich me envia em primeira mão. Leio a Revista toda e me detenho no artigo de Dom Nivaldo Monte sobre os mártires de Cunhaú e Uruassú. A história desses mártires sempre me emociona. Em Cunhaú - onde já estive - os índios, durante a ocupação holandesa, sob o comando de Jacob Rabi, invadiram a Igreja quando estava sendo celebrada a missa, arrancaram pelas costas o coração do Padre Soveral, celebrante, mataram toda gente e deixaram no chão o sangue que nunca poderá desaparecer.

O Arcebispo de Natal, Dom Alair Villar, Arcebispo de verdade, homem de fé e não de falsa teologia, está vivamente empenhado na beatificação desses mártires. Nada mais justo. Por isso estou engajado nesse propósito que é o da Igreja, qual seja deter os seus santos, que prevalecem sobre os sociólogos e os políticos em quem alguns Bispos - que são mais Bispos de Xadrez - colocam a ação salvífica do Ministério eclesiástico.

O velho Instituto está em festas. Começa a envelhecer, está quase nonagenário, mas seus passos continuam firmes e seu futuro assegurado. Sempre enalteci a ação de Enélio Lima Petrovich: um presidente pra ninguém botar defeito.

Hoje, será a sua reeleição. Espiritualmente estarei lá com o meu voto. Ao presidente - que bem podia ser perpétuo - peço apenas que reedite o livro do dr. Luís Carlos Lins Wanderley sobre a visita do Bispo de Olinda, Dom José Pereira da Silva Barros, sucessor de Dom Vital, ao nosso Estado: o livro para o qual escrevi uma longa introdução.

Marcha para os seus noventa anos o velho Instituto. Há de chegar lá, vitorioso, como queria Nestor Lima, seu presidente e seu grande animador.

Louvo a iniciativa de Enélio, a de lembrar Café Filho, um potiguar que honrou o Rio Grande do Norte e a sua geração.

(“Jornal do Comércio” - Recife, 28-03-1989).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RN, A CASA DA MEMÓRIA E DO PADRE JOÃO MARIA

Enélio Lima Petrovich

(Sócio Efetivo)

Sob a égide do ano centenário da Proclamação da República, no ensejo em que a cidade do Natal comemora 390 anos de fundação, e quando o mestre e confrade Ulisses de Góis nos ministra a lição maior de sua vida, quase secular, eis o nosso testemunho, breve e expressivo, solidário e espontâneo, como louvação a duas instituições dadasas que, no correr do tempo, representam o elo entre o passado e o presente, através da mensagem fraternal e sacrossanta, para o porvir.

Referimo-nos, assim, primeiramente, ao velho e tradicional Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, criado em 1902, celeiro das mais vivas e nobres tradições, em terras de Poti.

Integra-se a Casa da Memória Norte-rio-grandense, como o marisco ao rochedo, na comunidade potiguar e brasileira, sem as influências da política partidária, imune a quaisquer paixões e exageros, registrando, para as gerações sucessivas e imorredouras, os feitos maiores de nossa História e Geografia, tão úteis a vida social, cultural e econômica do país.

- E ai daqueles que olvidam o nosso passado histórico e ficam apenas fascinados com o poder efêmero, exteriorizando as suas vaidades pueris, estas que se evaporam, sempre chegando ao pó, na expressão bíblica.

Decerto, o nosso santuário de tradições e do saber, repositório de documentos raros, relíquias, jornais antigos, não é uma casa igual às outras. Sobreleva a sua importância, quer oferecendo o seu acervo de livros e manuscritos valiosos, que remontam ao século XVII, quer inscrevendo no seu quadro de sócios, figuras eruditas e proectas que tanto projetam o rincão norte-rio-grandense, além fronteiras nacionais e do estrangeiro.

E entre tantos, evidenciamos os inesquecíveis conterrâneos Tobias Monteiro, historiador do Império; Augusto Tavares de Lyra, grande benemérito, a quem se deve a sede própria da vetusta entidade, quando governador do Estado (1904-1906); Rodolfo Garcia, o primeiro norte-rio-grandense a pertencer a Academia Brasileira de Letras; Isabel Gondim, educadora emérita; Pedro Velho, o organizador da República no Rio Grande do Norte; Nestor Lima, jurista e historiador, seu presidente perpétuo (de 1927 a 1959).

E ao lado desses valores, dignitários da erudição e da inteligência, emerge o genial e humilde - sempre presente na memória de todos nós - Luís da Câmara Cascudo. Sócio benemérito, **primus inter pares** da cultura potiguar, que, se vivo fosse, completaria, a 30 deste dezembro, 91 anos de idade.

Mas, se esses fatos e essas pessoas valorizam sobremaneira o nosso espírito engrandece-se, ainda mais, o Rio Grande do Norte, por ter sido berço de uma criatura impar, santa e eterna, consagrada pelo povo. Padre João Maria Cavalcanti de Brito - o seu nome. É a outra instituição dadivosa. Nascido em Caicó, a 23 de junho de 1848, encantou-se em 16 de outubro de 1905, nesta cidade do Natal.

Discípulo de Cristo, no dizer de Antônio de Souza; consolo supremo dos pobres e dos humildes, conforme o poeta Ezequiel Wanderley; figura apostolar de sacerdote-santo, para Boanerges Soares de Araújo, um de seus biógrafos.

Sobre ele, também cantou Gotardo Neto, vate maior:

*“Tu, sublime levita humanitário e nobre,
Desde o lar opulento ao tugúrio mais rude,
Que pregavas a fé no templo da Virtude
E acendias a luz na lareira do pobre”.*

Este o santo padre João Maria, enaltecido e venerado pela comunidade potiguar.

E aqui vai um registro de magna importância.

Dele guardamos, com carinho e emoção, algumas relíquias. São os seus paramentos que se encontram em vitrine própria, como exemplo de sua vida santificada e milagrosa.

Há, também, o jornal que ele fundou e dirigiu. O “8 de Setembro”, em 1897. Possuímos a coleção. Variados assuntos nele se destacam, quer religiosos, quer populares. Circulou em 8 páginas e, depois, mensalmente, com 4.

Daí o realce destes fatos, no enaltecimento da História, que se eterniza, com a lição dos sábios, heróis e santos.

Enfim, se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte recolhe e guarda a memória de nosso povo e de nossos eventos, o Padre João Maria, que dá nome a uma fundação cultural, criada em abril de 1987 (graças ao espírito magnânimo do grande Ulisses de Góes), lá do alto, nos guia e nos abençoa, na perpetuidade do tempo. É também uma dádiva dos céus.

HÁ CEM ANOS PASSADOS...

Cláudio Galvão
(Sócio efetivo)

O Jornal “A República” completa hoje, 1º de julho de 1989, cem anos de existência. Um aniversário triste e vazio pela ausência do aniversariante. Lamentavelmente, motivos diversos impuzeram ao antigo jornal um indesejável silêncio que desrespeita o seu passado, agride a sua história e ultraja a sua tradição de luta política e de divulgação cultural.

A República não foi, entretanto, o primeiro jornal do Estado. Em 1832 o padre Francisco de Brito Guerra, deputado e, depois, Senador do Império, fazia editar “O Natalense”, que mandava imprimir no Maranhão, Pernambuco e Ceará, porque no Rio Grande do Norte não havia sequer um prelo. A matéria escrita saía daqui quando passava um dos lentos navios que a levava até aquelas províncias distantes, de onde voltava em forma de jornal, porém já desatualizado pelo tempo gasto nas viagens.

Era necessário, portanto, que a edição fosse feita aqui mesmo, o que tornaria possível a novidade da notícia. Assim, um grupo de entusiastas resolveu criar uma sociedade anônima que conseguiu um capital suficiente para comprar um prelo no Recife e mandar buscar um técnico no Rio de Janeiro para se responsabilizar pela composição tipográfica do jornal. A 2 de setembro do mesmo ano, estava montada a Typographia Natalense. Os responsáveis pela iniciativa foram Basílio Quaresma Torreão (que foi Presidente da Província do RN de 31 de julho de 1833 a 1º de maio de 1836 - o presidente Quaresma, que tem uma rua com seu nome no Alecrim) e ainda os cidadãos José Fernandes Carrilho e Urbano Ermilo da Silva Costa. O nosso primeiro jornal circulou apenas durante cinco anos.

A iniciativa da criação de A República se deve ao Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

O Dr. Pedro Velho nasceu em Natal, a 27 de novembro de 1856. Estudou medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, onde se formou em 1881. Voltando a Natal, exerceu os cargos de Inspetor da Saúde Pública, professor de História do Atheneu, participou e liderou o movimento abolicionista republicano de 1889, quando fundou “A República”.

Com a proclamação da República a 15 de novembro, Pedro Velho foi aclamado nosso primeiro Presidente (era o título do governante do Estado, na época). Em dezembro entregou o governo a Adolfo Afonso da Silva Gordo, nascido em São Paulo que fora nomeado pelo Governo Provisório da República, com sede no Rio de Janeiro. Em 1890 reassumiu o governo, sendo eleito deputado à primeira Constituinte Brasileira. Dois anos depois - 1892 -

foi eleito Governador pelo Congresso Legislativo Estadual (a Câmara dos Deputados daquele tempo). Terminando o mandato em março de 1896, Pedro Velho passou o governo ao novo titular eleito, Joaquim Ferreira Chaves e, em março daquele ano é eleito Deputado Federal e, em dezembro, Senador. Terminando o mandato em 1905 foi reeleito no ano seguinte, para um mandato que terminaria em 1914.

Em dezembro de 1907, já bastante doente, viajou para o Recife em busca de tratamento médico. De lá resolveu-se levá-lo para o Rio de Janeiro. A 9 de dezembro, a bordo do vapor “Brasil”, falecia no porto do Recife o grande político norte-rio-grandense, responsável pela organização do Estado republicano entre nós.

Antes de criar “A República”, Pedro Velho havia tido uma experiência semelhante quando, em 1º de janeiro de 1888 criou a sociedade “Libertadora Norte-rio-grandense”, com o objetivo de promover a libertação dos escravos entre nós. A sessão de fundação da “Libertadora” teve lugar no então Teatro Santa Cruz, que ficava onde hoje se encontra o cinema Nordeste e contou com a participação das pessoas mais ilustres do Estado, tendo como presidente o então vigário da catedral o padre João Maria Cavalcanti de Brito.

Para melhor divulgar as idéias abolicionistas, nada melhor de que um jornal. Assim, foi criado o “Boletim da Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense”, saindo o primeiro número a 8 de janeiro daquele ano. Apenas nove edições teve aquele jornal que terminou a 20 de maio de 1888. Os raros exemplares que ainda existem estão nas mãos de colecionadores ciumentos e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Com a libertação dos escravos, uma nova frente de luta se abria aos patriotas: a implantação de um governo republicano que deveria suceder ao já desgastado governo monárquico.

Em Natal, terminada a campanha abolicionista, o jovem médico e professor Pedro Velho, - então com 33 anos de idade - declara-se publicamente, republicano e, a 27 de janeiro de 1889 era o principal a usar a palavra na primeira reunião para a criação do partido republicano, que se realizou na residência do capitão José Avelino Pereira de Vasconcelos.

Muita gente de prestígio em Natal e no interior participou daquele evento, mas a liderança coube, sem dúvida, a Pedro Velho que, lançando as bases do movimento republicano, sugeria a criação de um jornal que noticiasse os fatos relativos ao movimento. Naquela mesma reunião, leu Pedro Velho um vibrante manifesto que foi impresso e distribuído ao público e que está transcrito na revista do Instituto Histórico e Geográfico, volume VI, nº 2, de julho de 1908.

O primeiro número de “A República” saiu com apenas quatro páginas, como se pode ver na edição fac-similar que a Secretaria Municipal de Educação entrega hoje aos estudantes de sua rede escolar. O original media 35

centímetros de altura por 25 de largura. Não era um jornal diário; saía todas as segundas-feiras. Passaria a diário apenas em 1897.

Recebido com alegria pelos que aceitavam as idéias republicanas foi, entretanto, recebido com críticas pelo jornal que defendia o partido Conservador no Estado - a "Gazeta do Natal" - que dizia ser o ideal republicano uma fantasia de sonhadores, argumentando em defesa do regime monárquico e do seu partido político.

Note-se, especialmente, o editorial sob o título de "Pela Pátria", que traz o estilo vigoroso do seu redator-chefe, o Dr. Pedro Velho.

Com a ajuda das informações históricas de que se dispõe, convidamos o jovem estudante natalense de 1989 a realizar uma dessas viagens no tempo como nos filmes de cinema e retroceder a cem anos passados, imaginando como seria a vida na Natal daquele tempo.

A cidade onde hoje vivem cerca de 700 mil habitantes possuía, naquele tempo, cerca de 13 mil moradores, número inferior ao atual bairro da Cidade Satélite, que possui cerca de 16 mil habitantes.

A área da cidade estava restrita aos bairros da Ribeira e Cidade Alta, que eram ligados pela ladeira não calçada - que ficava intransitável durante o período de chuvas - a rua da Cruz, depois da rua Conselheiro João Alfredo e, em seguida, Avenida Junqueira Aires.

Os moradores da Cidade Alta - bairro residencial - eram conhecido como XARIAS e, de vez em quando, entravam em brigas com os moradores da Ribeira, os CANGULEIROS. Na Ribeira ficava a rua mais importante da cidade - a rua do Comércio, hoje rua Chile - onde se situava o Palácio do Governo, instalado ali desde 1869. O velho prédio ainda está lá, esquecido pelas autoridades, à espera de uma boa lembrança que o restaure e lhe devolva à vida que viveu há cem anos, quando por ele passaram os últimos Presidentes da Província do Governo Imperial e onde Pedro Velho assumiu o nosso primeiro governo republicano.

Por aquela rua que hoje mostra apenas velhas oficinas, feios depósitos, fundos de armazéns, transitavam elegantes cidadãos de fraque, colarinho alto e pince-nez, damas de saia balão e sombrinha rendada, meninos em traje de marinheiro.

Para se chegar ou sair de Natal para o interior, o meio mais comum era o cavalo mesmo, ou um trem que já começava a procurar o caminho do sul. Para viagens mais longas tinha-se que esperar a chegada de um navio - um "vapor", como se dizia na época - que ficava ancorado fora da barra à espera de viajantes e bagagens que saíam de barcos do cais Pedro de Barros (hoje Tavares de Lira), cruzavam o Potengi para alcançarem o "vapor", enjoados e molhados pelo balanço das ondas.

Para comunicar-se havia o lento correio imperial, que chegava e saía nos navios ou então o telégrafo, funcionando desde 1878.

As coisas mais importantes que a cidade possuía eram suas repartições estaduais e federais. Sua principal escola era o Atheneu, cujo prédio, inaugurado em 1859, foi desastrosamente demolido para dar lugar à Secretaria Municipal de Finanças. A Capitania dos Portos funcionava desde 1845 e, em 1873 abria-se a Escola de Aprendizes Marinheiros, fechada em 1885, reaberta em 1890 e algumas vezes mais. O quartel federal ficava onde hoje está o Colégio W. Churchill.

Acontecimento importantíssimo em 1888: o “empresário” (não se usava este termo naquele tempo) Jovino Barreto inaugura a Fábrica de Fiação e Tecidos que durante muito tempo foi a única da cidade, com 48 teares, mil e seiscentos fusos e 80 operários. Suas instalações e enorme chaminé ficavam no começo da Junqueira Aires, onde hoje está o prédio da Caixa Econômica Federal.

Para diversão quase nada havia. Por falta de um teatro, as representações teatrais eram feitas em galpões de armazéns da Ribeira e cada um que levasse sua cadeira. Em casa, a família se reunia para recitar versos com fundo musical ao piano (a “Dalila”) e cantar modinhas. Os mais ousados faziam serenatas nas ruas, nas noites de lua cheia. O primeiro fonógrafo que apareceu por aqui foi exposto como coisa maravilhosa, em uma casa da rua Frei Miguelinho, em 1895. Música apenas com os músicos da família e com a banda do Corpo Policial.

Imagine-se o alvoroço da cidade quando, a 11 de agosto de 1889, aqui chegou o Conde d'Eu - Gastão de Orleans - casado com a Princesa Isabel, que seria a herdeira do trono brasileiro. O Conde se hospedou no Palácio da rua do Comércio e partiu no dia seguinte.

A praia ficava longe demais. Para se chegar à Praia do Morcego, (a atual Praia do Meio) tinha-se que subir e atravessar o “Monte” (Petrópolis) passando por uma densa mata de Pau-Ferro. Uma viagem...

Foi nesse ambiente pequeno e ingênuo que o Dr. Pedro Velho e mais alguns “sonhadores” idealizaram um governo republicano para sua “província” e na manhã daquela segunda-feira, 1^o de julho de 1889, fizeram circular o primeiro número de “A República”.

Pode-se imaginar a repercussão causada pelo novo jornal que, ao contrário dos outros, pregava uma nova forma de governo. Quantos comentários, elogios, “fofocas”... Nas repartições públicas, no comércio, nas ruas, havia sempre alguém com o novo jornal, criticando ou elogiando suas idéias.

No fim do dia, o sol poente avermelhava as águas do Potengi enquanto a escuridão descia lentamente sobre os telhados e os sinos das igrejas chamavam para a prece da Ave-Maria.

E, quando as sombras se espalhavam pelas ruas, surgia a figura do acendedor de lampeões. Devagar, de um a um, os lampeões se iluminavam e iluminavam as ruas com sua pálida luz.

Nas casas, depois da ceia, ainda se falou de A República, enquanto se recitavam poesias e cantavam modinhas...

Um pouco mais, a noite tudo calava, acalentando os sonhos da pequena cidade.

UM GRANDE JORNAL: A REPÚBLICA

Nilo Pereira
(Sócio correspondente)

No dia 1^o de julho deste ano de 1989 *A República* completa, embora desativada, um século de existência.

Ninguém conseguirá escrever esse tão importante século sem consultar as coleções do velho jornal, fundado e dirigido pelo gênio político de Pedro Velho, o maior republicano do Rio Grande do Norte, estadista e parlamentar, duas vezes Governador do Estado, orador admirado pelo próprio Ruy Barbosa.

O editorial de lançamento do jornal, certamente da autoria de Pedro Velho, diretor e redator-chefe, exprime as intenções do órgão republicano, que iniciava uma jornada, infelizmente interrompida nos dias atuais.

Realmente, é inacreditável que tenha deixado de circular, nas vésperas do seu centenário, um jornal de tamanha importância histórica. O governador Geraldo José de Melo prestaria a maior homenagem ao jornal de Pedro Velho se o restaurasse no dia do seu centenário, fazendo-o voltar à sua condição não tanto de órgão oficial, mas de instrumento de divulgação da cultura, da economia, da política, do progresso do Estado.

Em 1930, no governo do Dr. Juvenal Lamartine, sendo eu estudante de Direito, fui iniciado por Adherbal de França, em artigo publicado na primeira página, no velho órgão, que era um modelo e uma escola de Jornalismo.

Dirigia *A República* o então Secretário Geral do Estado, Cristovão Dantas, tendo como redator-chefe o jornalista e chefe de Polícia Adauto da Câmara, sendo Adherbal de França o cronista social e mundano, que iniciou com grande êxito esse gênero jornalístico em Natal.

Era uma honraria excepcional escrever n'*A República*, trazendo consigo a tradição dos maiores jornalistas norte-rio-grandenses, que, em todos os departamentos da cultura e da atividade pública, se destacaram como estadistas, políticos, escritores, poetas, economistas, parlamentares.

Lembro-me do dia em que saiu o meu primeiro artigo. Quase evitei de ir à rua, tantas foram as pessoas que me cumprimentavam por esse para mim inesperado acontecimento. Dir-se-ia que eu havia sido nomeado para algum cargo importante. De fato, só escrevia em tão glorioso jornal quem estivesse nas simpatias do Governo ou tivesse para isso reconhecido talento. Esta segunda hipótese, evidentemente, não era a minha: mas, desde o governo do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, vinha eu sendo objeto de atenção por parte de políticos influentes, que viam em mim um estudante pobre e aplicado.

No seu livro *Imagens do Tempo*, editado pela Imprensa Universitária, Na-

tal, 1966, escreve Edgar Barbosa:

“Nunca é tarde para recordarmos o humanismo instaurado na “A República” do primeiro quartel do século, na fase de Pedro Velho, Eloi de Souza, Henrique Castriciano, Antônio de Souza, Pedro Alexandrino, Manoel Dantas, Alberto Maranhão. E renovado nos governos de José Augusto e Juvenal Lamartine pela equipe de redatores constituída por Cristovão Dantas, Adauto da Câmara, Adherbal de França, Heráclio Vilar, Antônio Bento, Lélío Câmara, Luís Torres, Otacílio Alecrim, João Maria Furtado, Dioclécio Duarte”.

E acrescenta:

“A província e o tempo eram muito literários, o jornalismo ainda florescia sob a retórica do artigo de fundo, mas os discípulos daqueles mestres aprenderam grandes coisas. A tendência atual de romper as convenções literárias, permitindo-se, por vezes, a vulgaridade e o plebeísmo, transparecia nobremente no princípio de que tudo poderia servir para ornamento, mas que era mau tudo quanto fosse empregado de propósito para ornamento. O uso das frases curtas e diretas, o manejo claro e objetivo das idéias, a regra ética segundo a qual os homens que faziam o jornal não eram notícia, transformaram “A República” na grande escola de minha geração”.

Não se pode dizer melhor do velho jornal centenário do que o fez Edgar Barbosa nas palavras acima citadas. Na verdade, um jornal que é a escola de uma geração ou mesmo de várias gerações, representa um passado histórico que não pode morrer.

Nele encontrei sempre o agasalho que os mais velhos costumam dar aos mais jovens, que se iniciam por vocação numa carreira que é verdadeira doação de cada um ao grande público, que espera pelo jornalista para conhecer melhor os fatos e formar a sua opinião a respeito.

Deixo aqui, por solicitação do meu dileto amigo e confrade Enélio Lima Petrovich, a impressão de um iniciante, deslumbrado com as pompas da exaltação, fruto da generosidade de alguns, que talvez não soubessem o que estavam fazendo.

“A República” é uma lembrança permanente de todos quantos por ali passaram e ali deixaram os vestígios da sua inteligência e da sua sensibilidade.

Colaborei apenas um ano no centenário jornal, o ano histórico de 1930. Com a vitória da Revolução fomos despedidos por uma nota desairosa, que reproduzo no meu livro *Iniciação ao Jornalismo*, editado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No meu caso, a famigerada nota pouco atingia, pois que não fui propriamente redator d’“A República”; fui colaborador e, como tal, escrevendo eventualmente, sem dia marcado e sem assunto pré-fixado. Entre os redatores esta-

vam amigos e companheiros da vida toda, tais como Edgar Barbosa, Adherbal de França, Luis Torres, Edgar Bezerra Dantas, meu colega de turma na Faculdade de Direito do Recife, morto num desastre de avião do Aero Clube de Natal e por ele pilotado.

As coleções do órgão de Pedro velho, existentes e bem guardadas em nosso venerado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, são páginas e mais páginas da história do próprio Rio Grande do Norte e mesmo do Nordeste, que estão adormecidas, à espera dos pesquisadores, que nelas encontrarão os caminhos das gerações que fizeram o progresso e a grandeza da nossa terra.

É preciso que “A República” ressuscite e que a hibernação que ela tem sofrido seja, quando muito, um ataque de catalepsia, do qual possa voltar viva e intrépida, como sempre foi.

cos, “A República” vai conquistando a simpatia e a colaboração de agricultores, políticos, profissionais liberais e de vários elementos do clero engajados na política. Vale ressaltar a participação, nesta fase inicial, do Padre José Paulino de Andrade, Vigário de Macaíba, que escreveu vários artigos sobre a religião e a democracia. Augusto Severo, João Pegado Filho, Braz de Mello, Amaro Cavalcanti são figuras que deram muito de si ao jornal “A República”.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Ao ser proclamado o regime republicano, tudo melhorou para o jornal. Homens de confiança do Partido Republicano Federal, espalhados nas principais cidades do interior, serviam como correspondentes d’“A República”.

Uma vez no poder, o Partido Republicano procurou firmar o seu jornal. A máquina do velho jornalista e político João Carlos Wanderley foi adquirida pelos dirigentes do Partido e no próprio prédio, à rua da Conceição, nº 2, passou a ser impressa “A República”.

A partir de então, o jornal passou publicar os atos oficiais do governo republicano, mediante contrato.

Quando Pedro Velho foi aclamado *Presidente* pelo Capitão-tenente Leônicio Rosa, em 17 de novembro de 1889, retirou-se do cabeçalho o nome de Pedro e o subtítulo d’ “A República” passou a ser o seguinte: “Periódico Político e noticioso”.

Durante o governo Adolfo Gordo (de 6 de dezembro de 1889 a 08 de fevereiro de 1890). “A República” mudou-se para a rua 13 de Maio (atual Frei Miguelinho); para um prédio conhecido como “a casa do Padre Constâncio”.

OUTRA VEZ ÓRGÃO OFICIAL

Durante o governo de Pedro Velho (de 28 de fevereiro de 1892 a 31 de outubro de 1895), “A República” voltou a ser, para sempre, órgão oficial do governo. A tiragem atingiu a cifra espetacular (para a época) de 1.200 exemplares. E o jornal mudou-se mais uma vez: foi para a rua Correia Telles (na Ribeira).

O rompimento de Pedro Velho com o Cel. José Bernardo acarretou sérias conseqüências para “A República”. Surgiram vários jornais de oposição.

DIÁRIO VESPERTINO

Quando Tavares de Lyra e Eloy de Souza assumiram a redação, Augusto Leite era o gerente de “A República”. Em fevereiro de 1897, este jornal passou a ser diário, cuja assinatura anual custava 12 mil réis. Alberto Maranhão,

bastante jovem, estréia como jornalista. Naqueles dias, surgiu igualmente a figura marcante de Manoel Dantas.

Desta forma, por volta de 1900, "A República" é uma espécie de universidade do Rio Grande do Norte: congrega os maiores talentos potiguares e torna-se o grande veículo onde se debatem todos os assuntos palpitantes de então.

Nas três primeiras décadas deste século, "A República" recebeu em suas páginas a colaboração efetiva e profunda dos maiores expoentes da intelectualidade potiguar. Com elegância de estilo e variedade de abordagem, encontramos ao longo deste período a presença de figuras como Tavares de Lyra, Eloy de Souza, Pedro Velho, Antonio de Souza escrevendo Minauderies; Hemetério Fernandes, Meira e Sá, Luis Fernandes, Homem de Siqueira, Auta de Souza, Jorge Fernandes com suas poesias modernistas quebrando a longa tradição parnasiana da província; Pedro Avelino, Francisco Palma, Henrique Castriciano, o maior intelectual potiguar até 1930, e vários outros.

Destaque especial merece José Mariano Pinto que durante 27 anos gerenciou e escreveu com pseudônimo neste jornal.

"A República" destas primeiras décadas registrou igualmente a vida social e monótona de Natal, quando a diversão preferida era conversar nas calçadas, ir a uma festa no Natal-Club e rezar aos domingos numa das Igrejas da cidade.

Não ficou sem registro a criatividade de Joca do Pará, delegado astuto, o nosso Sherlock Holmes, assim como a terrível imaginação de Antônio Milhomens, pioneiro no gênero, que, para vender uma casa colocava as seguintes propagandas: Sete Facadas, As mil Virgens e outras.

Durante o primeiro governo de Alberto Maranhão (1900-1904), "A República" passou de matutino a vespertino. Retornou à rua 13 de Maio (hoje Frei Miguelinho) e, dias depois mudou-se para a Praça da República (hoje, Praça Augusto Severo).

A REVOLUÇÃO DE 30

Vitoriosa a Revolução de 30, assumiu a direção da Imprensa Oficial o Tenente Sérgio Marinho, nomeado pela Junta Governista. Permaneceu no cargo apenas quatro dias. Sucedeu-o o Sr. Joaquim Fontes Galvão, que exerceu o cargo de 12 de outubro de 1930 a 13 de janeiro de 1931. Para substituí-lo, foi nomeado o jornalista Sandoval Wanderley, que dirigiu o órgão até 12 de junho de 31.

Na Interventoria de Aluizio Moura, assumiu a direção da Imprensa Oficial, o Dr. Luis da Câmara Cascudo, que em 1^o de agosto foi substituído por Fontes Galvão. Este ficou à frente de "A República" até 18 de novembro de 1932. Durante a sua gestão, o jornal mudou-se para o casarão da Junqueira Ayres, onde permanece até hoje. Ao mesmo tempo, passou a ser composto em máquina *Intertype* e impresso em rotoplana "Duplex".

II GUERRA MUNDIAL

Durante a década de 40, "A República" continuou sólida liderando o jornalismo potiguar. Contava apenas com dois concorrentes em fase de consolidação: *A Ordem*, fundado pela Igreja Católica em 1935 e o *Diário de Natal*, organizado por Rui Paiva, Rivaldo Pinheiro e outros jornalistas, em 1939, para noticiar a guerra.

O informativo da II Guerra Mundial ocupava quase sempre toda uma página de "A República". A marcha dos acontecimentos era descrita em detalhes, enfocando naturalmente os grandes feitos dos aliados.

A publicação diária de *Acta Diurna*, escrita pelo mestre Luís da Câmara Cascudo, tornou obrigatória a leitura do jornal fundado por Pedro Velho. Outrossim, vários outros intelectuais elevaram e dignificaram este jornal naquela fase: os comentários e análises literárias de Américo de Oliveira Costa, os artigos penetrantes de Nilo Pereira, assim como as crônicas e reportagens de Veríssimo de Melo. Impossível esquecer os poemas de Esmeraldo Siqueira, publicados em português e francês. Esmeraldo de punhal na mão, tentou invadir a redação ameaçando matar o linotipista que errara na composição do seu poema. Lá atrás, agachado por trás de um birô, Mussolini Fernandes, quase gemendo, respondia em voz baixa: - mata nada, poetas-co!

Outras figuras que povoaram as páginas deste jornal nos anos 40 foram: João Maria Furtado, Aderbal de França com suas deliciosas crônicas sociais, Alvarar Furtado e Umberto Peregrino publicando preciosos ensaios, além de outros intelectuais conterrâneos.

FORA DE CIRCULAÇÃO

Durante o governo Sylvio Pedroza (1951-54), "A República" saiu de circulação. Em 1950, surgiu a *Tribuna do Norte*, fundada por Aluizio Alves. Certamente, para ajudar o jornal do amigo, o governador resolveu dar um descanso ao velho jornal da rua Junqueira Ayres.

Mas o grito das tradições não pode ser contido. No governo Dinarte Mariz (1955-60), voltou a circular "A República". Entretanto, o jornal já não era mais aquele de antigamente. Voltara em tamanho menor, com a obrigação de competir com a *Tribuna do Norte* e, sobretudo, com o *Diário de Natal*, cuja leitura tornara-se um hábito da população natalense.

Eleito governador do Estado em 1960, o Sr. Aluizio Alves, proprietário da *Tribuna do Norte*, tirou de circulação "A República". Razão: favorecer o crescimento do seu jornal. Ao sucedê-lo no governo do Estado, o Mons. Walfredo Gurgel seguiu a mesma orientação. Por isso, "A República" ficou fora de circulação de 1960 até 1971, isto é, doze anos.

RETORNO

Em 1972, o Prof. José Cortez Pereira foi nomeado governador do Estado pelo regime militar. Sensível às tradições culturais norte-rio-grandenses, ele promoveu a volta à circulação d'“A República”. Pôs à sua frente um jornalista jovem, competente e com capacidade empresarial: Marcos Aurélio de Sá. Para dinamizar o jornal, ele sugeriu ao governador a criação da Companhia Editora do Rio Grande do Norte (CERN), para editar o Diário Oficial e “A República”. Através de um trabalho inteligente e organizado, Marcos Aurélio conseguiu com que a CERN se mantivesse empresarialmente, deixando de ser um pingente do tesouro estadual. No término do governo Cortez Pereira, ele comprou na Inglaterra uma máquina off-set, de grande valor técnico e financeiro, que substituiu a velha rotoplana. Sem exagero, podemos dizer que Marcos Aurélio pôs “A República” no século XX.

O jornal continuou a circular nos governos de Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino, isto é, de 1975 a 1986.

Neste período, o jornalista Paulo Tarcísio Cavalcanti passou a editá-lo em tamanho tablóide, decisão respeitada por Wellington Medeiros, que dirigiu a CERN de 1980 a 1986.

Em fevereiro de 1986, mais precisamente no dia 5, o jornalista Francisco Macedo, chefe de Redação d'“A República” proporcionou aos intelectuais potiguares um espaço há muito esperado. Lançou um suplemento intitulado *Jornal da Cultura*, que circulava aos domingos. Anchieta Fernandes, Itamar de Souza, Veríssimo de Melo, Protásio Melo, Ivanaldo Lopes, Raimundo Nunes, o poeta Luís Rabelo e vários outros intelectuais publicaram numerosos artigos neste suplemento.

CENTENÁRIO EM SILÊNCIO

Desde o início do governo Geraldo Melo, que “A República” saiu de circulação. Razões? São múltiplas, internas e externas. Não obstante os insistentes apelos do Dr. Enélio Lima Petrovich, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, incansável na luta pela preservação da cultura potiguar, “A República” continua em silêncio. Suas palavras, assim como as de outros intelectuais, não tiveram eco no Palácio Potengi. Assemelham-se as mensagens lançadas às pedras do deserto. Tudo bem! Mas, “A República” continua viva. Sua história é indestrutível.

Ao completar 100 anos, este jornal é o testemunho vivo do quanto são capazes a tenacidade de alguns e o espírito construtivo de muitos.

Resta-nos preservar as quatro coleções existentes: a do Instituto Histórico e Geográfico, a da própria CERN, a do Arquivo Público do Estado e a coleção

micro-filmada existente na Universidade de São Paulo. Pois, sem “A República”, o Rio Grande do Norte não é inteiro, sadio; assemelha-se a alguém meio esclerosado.

Viva a República! Jornal e regime político plantados no Rio Grande do Norte pelo inesquecível Pedro Velho.

O AMANHECER DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Raimundo Nonato
(Sócio correspondente)

O ano de 1889 foi de escasso inverno, motivo por que a República (o regime) instalou-se no Estado do Rio Grande do Norte, no fim de uma quadra de dura estiagem, de crise, de fome e privações.

E num contraste tão comum com as coisas do Norte (naquele tempo ainda não aflorara o modismo geográfico conhecido por Nordeste), se a seca vinha devastando a região como uma calamidade, por outro lado, era verdejante a planície ideológica, clareada pelo entusiasmo da nova ordem política que, de tanto tempo, vinha sendo pregada pelos seus violentos corifeus. Era o velho sonho dos idealistas de vigorosas campanhas da palavra e da imprensa que se concretizava como um evangelho cívico de homem do porte de Silva Jardim, de Lopes Trovão, de Benjamin Constant, ardorosos propugnadores de uma causa, de uma forma de governo nascida da vontade da representação do povo, desde que a monarquia vinha se desgastando lentamente, sofrendo golpes, dos quais evidentemente, o maior, fora o da abolição, e, a bem dizer, já não contava mais com a simpatia das multidões das ruas.

A substituição do Governo pela linha da hereditariedade não somava, em seu favor, o apoio integral da consciência do Povo brasileiro, apesar do profundo respeito com que todos ainda viam a figura magnífica do Velho Monarca, um Imperador Moderado e Magnânimo, amigo da cultura, das artes e das letras e, acima de tudo, dotado de um eloqüente espírito de humanitarismo e de extremado amor ao Brasil.

Para o povo o que preocupava, com a ascensão de D. Isabel ao trono, era, praticamente, a presença de um estrangeiro (de origem) nos negócios da política nacional, que era o seu esposo, o Conde D'eu.

O prestígio pessoal de D. Pedro era, no entanto, arraigado no espírito popular, que, de fato só conhecia o velho monarca, alcançando os mais distantes pontos dos sertões, dos sítios, das fazendas.

A esse respeito conta Câmara Cascudo um fato curioso que dá prova dessa simpatia coletiva:

“Em Catolé do Rocha PB, um matuto que obedecia ao comando do Coronel Valdevino Lobo, Coronel da Guarda Nacional e chefe político de indiscutível poder naquela redondeza, ouvindo, num dia de feira, contar que D. Pedro fora deposto e tivera de embarcar, à noite, debaixo de chuva, como se fosse um criminoso, explodia na sua revolta:

“Mas, como foi que seu Comandante Valdevino Lobo consentiu numa coisa dessa?”

Mesmo assim, assegura o historiador da Cidade do Natal:

“No Rio Grande do Norte, depois de 17 de novembro de 1889, não existia um político que fosse monarquista”.

Em Natal a notícia foi a mais lacônica, mas bastante para instalar o novo regime.

No Rio de Janeiro, José Leão Ferreira Souto, “que fora companheiro de chapa de Pedro Velho, salvou o Partido Republicano Norte-rio-grandense, usando do seu prestígio pessoal. Obteve do Ministro Aristides da Silveira Lobo, que respondia pelo Ministério dos Negócios do Interior, um telegrama mandando Pedro Velho assumir o governo”. LCC., com esta redação:

- Pedro Velho - Assuma o Governo e Proclame a República - ass) Aristides Lobo.

Estava, deste modo, instalado o Governo Republicano na Província do Rio Grande do Norte que, logo mais, passaria à categoria de Estado.

O acontecimento, só aparentemente, fora surpresa, pois na Cidade do Natal já circulava um jornal, porta-voz desse ideal, “A República”, fundado por Pedro Velho, a 1º de julho de 1889.

E no interior, como foi contada a história?

Em Mossoró, a cidade-padrão desse espírito de rebeldia nativa (já em 1824, durante uma noite, uns grupos percorreram as ruas do vilarejo de Santa Luzia dando vivas à República!) a notícia deve ter chegado mais cedo pois Mossoró tinha a estação do telégrafo inaugurada desde 21 de agosto de 1879.

Por sinal que, tendo falado no começo deste comentário em ano seco, como fora o de 1889, fique registrado que, em Mossoró, no dia 15 de novembro desse ano *apareceram sinais de inverno com trovões e algum aguaceiro no dia 16.*

Mas, o que interessa consignar é o fato de ordem política, estando registrado, que *na sessão de 5 de dezembro de 1889 a Câmara Municipal de Mossoró tomou conhecimento da Proclamação da República*, fato anotado por Vingt-Un Rosado, Câmara Cascudo, Raimundo Nonato e Lauro da Escóssia.

E ainda mais, a referida Câmara Municipal, por sinal a última do Império, foi dissolvida pelo Decreto Estadual nº 9, de 18-1-1890 (idem-idem).

À época era seu Presidente o comerciante Manuel Cirilo dos Santos e vice-Presidente Silvio Policiano de Miranda. Eram Vereadores: Astério de Souza Pinto, Targino Nogueira de Lucena, Alexandre Salviano dos Reis, Antonio Sabino do Couto, Francisco Alves de Oliveira, João Gamelo de Oliveira e Francisco Lopes de Oliveira.

O Primeiro Conselho da Intendência Municipal de Mossoró, criado pelo Governo Estadual (triênio 1890-1892), tinha como Presidente o Ten. Cel.

Manuel Benício de Melo, dele fazendo parte o Dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, Antônio Ferreira Borges, Miguel Faustino do Monte e Francisco Gurgel de Oliveira.

Ao tomar conhecimento de que a República fora instalada no País, a Câmara Municipal de Mossoró telegrafa ao Chefe do Governo Provisório, *saudando-o e externando seu voto de sincera adesão ao sublime governo ou soberano (o grifo é do comentarista) e a mim mesmo...na frase do imortal* (cujo nome, infelizmente, não aparece no registro).

Ademais, ainda merece dizer-se da história de outro fato curioso da vitalidade do ideal republicano do povo mossoroense, e que é citado pelo historiador Câmara Cascudo, segundo o qual, de informação colhida do Deputado Augusto Leopoldo, em sessão do Congresso Legislativo ao Estado, o Deputado Almeida Castro, representante de Mossoró, teria pronunciado um discurso fazendo uma profissão de fé republicana.

Pelo inusitado do fato a Ata não fez o registro do discurso de Dr. Castro. O que foi uma pena.

A OLIGARQUIA MARANHÃO

Gil Soares

(Sócio correspondente)

Há mais de cem anos, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, pernambucano de Nazaré da Mata e Fabrício Gomes Pedroza, paraibano de Areia, se dedicavam à indústria e ao comércio em Canguaretama, Macaíba e Guarapes (1), pequeno porto a que chegavam, também, barcas estrangeiras que penetravam o rio Potengi. Vinham carregar açúcar e outros produtos para o mercado europeu.

O primeiro era o pai e o segundo o sogro de Pedro Velho - fundador da República no Rio Grande do Norte e também da chamada Oligarquia Maranhão (2).

Irmãos dele: Augusto Severo, deputado federal e que ganhou projeção universal como um dos pioneiros da Aviação (3); Alberto, duas vezes Governador do Estado; Fabrício, industrial, uns vinte anos Presidente do Legislativo estadual; o violinista Joaquim Scipião, diretor do Teatro (4); o pianista Amaro Barreto, professor da Escola Nacional de Música e Adelino, secretário da Junta Comercial. Cunhados deles: os comerciantes Fabrício Pedroza e Olímpio Tavares e o industrial Juvino Barreto. Este e o irmão, major Sinfrônio, veterano do Paraguai, prestavam muita assistência, na Capital, a pessoas desvalidas. Juvino contribuía, também, com medicamentos para o hospital do Governo (5), em Petrópolis, destinados aos pobres. Seu filho Sérgio era deputado federal; Olímpio Tavares e Jorge Barreto dirigiram o Banco do Natal, hoje Banco do Rio Grande do Norte; Augusto Tavares de Lyra, genro de Pedro Velho, exerceu os mais altos cargos no Estado e no país. Joaquim Manoel Teixeira de Moura, durante muitos anos o Presidente da Intendência (Prefeito da Capital), era o sogro de um dos filhos de Pedro Velho.

Essa gente ilustre, pacífica e benquista, de esmerada educação, vivendo numa Capital de menos de vinte mil habitantes, estava naturalmente fadada a governar e a representar o Estado no Congresso Nacional (6).

Como, pois, apontá-la como usurpadora, como faziam elementos fanáticos na campanha liderada, em 1913, pelo valoroso capitão José da Penha Alves de Souza? Por que, se entre os ascendentes da família Maranhão estavam Jerônimo de Albuquerque (7), nosso primeiro Capitão-Mór e outros que lutaram pela expulsão dos holandeses no Nordeste e dos franceses no Maranhão? Veja-se que André de Albuquerque foi nosso mártir pela Independência do Brasil.

Bem o disse Luís da Câmara Cascudo: A *gens* Albuquerque Maranhão era quase a história do Rio Grande do Norte.

EXEMPLOS EDIFICANTES

Vale a pena ficar logo acentuado que, na Primeira República (1889-1930), nenhum Governador - de Pedro Velho a Juvenal Lamartine - enriqueceu com a política, ou em decorrência do exercício de cargo público, eletivo ou não.

A viúva de Pedro Velho morava até 1926, quando faleceu, em modesta casa no começo da avenida Deodoro. Mantinha-se com o pequeno montepio de professor do Atheneu deixado pelo marido e complementado por contribuições de familiares residentes no Sul.

Ferreira Chaves, desembargador; Tavares de Lyra, ministro do Tribunal de Contas da União e Antônio de Souza, consultor geral do Estado, terminaram seus dias apenas com os proventos dos respectivos cargos. Alberto Maranhão, perdido o mandato de deputado federal, foi ser juiz municipal de Paraty (RJ) e, ao falecer, era inspetor do Instituto do Açúcar e do Alcool. José Augusto, que ficou sem cargo eletivo em 30 e 37, foi o que teve, pelos encargos de família, maiores dificuldades de vida em atividades comerciais de poucos rendimentos, até alcançar a aposentadoria, inclusive como congressista. Quanto a Juvenal Lamartine, antigo proprietário de terras no Seridó, passou a desenvolver, de volta do exílio na Europa, grandes atividades agropecuárias, chegando a instalar, no município de São Paulo do Potengi, uma das melhores fazendas do Rio Grande do Norte.

Souza e Lamartine nem sequer utilizaram, para morar, a “Vila Cincinato”, mais tarde “Vila Potiguar”, residência oficial dos Governadores.

O Estado tinha apenas um mordomo: Joaquim Lustosa da Câmara (Lustosa Pitta). E exclusivamente para banquetes e recepções no Palácio do Governo.

PEDRO VELHO, O CHEFE REPUBLICANO

O médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, por ser abolicionista e republicano, vivia afastado dos partidos da Monarquia. Coube-lhe, pois, assumir o governo do Rio Grande do Norte em 1889.

Na elaboração da chapa para a Constituinte de 91 incluiu seu prezado compadre Amaro Cavalcanti, irmão do Padre João Maria, o santo vigário de Natal. E, mais tarde, para sucedê-lo no Governo, apontou o desembargador Joaquim Ferreira Chaves, cuja personalidade muito admirava.

Pedia Pedro Velho sugestões e até colaboração de adversários políticos em matéria de grande interesse para o Estado ou a coletividade. Aproveitava para isso os conhecimentos e a experiência de Manoel Dantas, Pedro Soares e outros.

Por não ter preconceitos e admirando a grande inteligência de Eloy de Souza, homem de cor, o elegeu para o Congresso Nacional (8).

A fim de obedecer a preceito constitucional destinava à minoria um dos quatro lugares da Câmara dos Deputados. O último a ocupá-la, e antes de 1920, foi o médico oposicionista Afonso Barata. Daí em diante, acentuou-se muito a decadência da República de 89, até o desfecho de outubro de 1930.

Era tal o escrúpulo de Pedro Velho, que, não havendo a oposição, no começo do século, apresentado candidato à Câmara, não quis preencher a vaga com correligionário. E, para evitar nova eleição para apenas um deputado federal, telegrafou à última hora aos chefes do interior recomendando-lhes votassem, também, no matemático e astrônomo Pereira Reis, baiano, diretor do Observatório Nacional e elemento apolítico. É que esse cientista havia estudado profundamente e apontado a verdadeira linha divisória entre o Rio Grande do Norte e o Ceará na Questão de Grossos. Preparara, ainda, desenhos indispensáveis à construção do dirigível "Pax", de Augusto Severo. Não aceitara qualquer remuneração por esses serviços.

Graças à sua visão sobre o progresso de Natal, Pedro Velho evitou futuras desapropriações para a administração municipal na Cidade Nova (Petropolis, Tirol e parte do Alecrim), com ocupações irregulares ou indiscriminadas na grande faixa que vai da atual Praça Pio X até os morros. As ruas e avenidas ficaram logo demarcadas.

Depois, insistia com os natalenses para aforarem lotes destinados a sítios. Com as diretrizes que imprimia à administração pública não havia lugar para negociatas ou favoritismos.

Entretanto, poucos queriam terrenos por ali. E os foreiros recebiam vaias de homens práticos e experientes (9).

Ao defrontar-se, no país, com impressionante ruptura de compromissos políticos, na sucessão de Prudente de Moraes, manteve Pedro Velho o seu e votou, com os correligionários, no candidato Sodré, mesmo já o considerando derrotado.

Ganhou tal autoridade e tão justo conceito que suas opiniões passaram a ser ouvidas, com o devido respeito, nos grandes momentos da política nacional.

AMARO VERSUS PEDRO VELHO

Amaro Cavalcanti, quando ministro da Justiça, entrou uma vez em atrito com Pedro Velho, por julgar que este fora - embora indiretamente - um dos políticos causadores do lamentável atentado contra o Presidente Prudente de Moraes.

Disso logo se aproveitou o governador Ferreira Chaves para se colocar, ostensivamente, contra o ministro, com o objetivo - bem claro - de impedi-lo, daí em diante, de qualquer influência na política estadual...

Mais tarde, quando Amaro Cavalcanti, em conferência no Rio de Janeiro, ligeiramente aludiu à ineficiência do segundo governo de Chaves, este veio a responder que seu opositor “nunca teve a menor parcela de prestígio político no Estado”...(10).

A grande verdade é que Amaro Cavalcanti, após a Constituinte de 1891, onde tanto brilhou ao lado de Ruy Barbosa, não precisou da política de seu Estado para alcançar, no plano federal, os mais elevados cargos, pelo mérito excepcional.

Deixara Caicó, aos 17 anos, para trabalhar no comércio de Recife e estudar à noite. Depois, veio a fixar-se em Baturité (CE), a fim de lecionar em colégio particular. Por insistência de Leão Veloso, Presidente da Província, largou-se para os Estados Unidos, onde se manteve com grande esforço. Voltou diplomado em Direito pela Union University, de Nova York. Primeiro aluno de sua turma (Prophet).

Passou a lutar pela Abolição. E ganhou merecido destaque nos meios republicanos.

Ministro da Justiça e da Fazenda, Chefe de Missão Diplomática, Consultor Jurídico do Ministério do Exterior, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Prefeito do Distrito Federal. Autor de notáveis obras sobre Direito e Finanças.

Na terra potiguar, nunca mais se lembraram dele para o Congresso Nacional.

Não sei se é verdade, mas, na adolescência, escutava-se dizer que Amaro Cavalcanti - certamente desgostoso com o desprestígio político em seu Estado - evitava, sempre que possível, mencionar o nome do Rio Grande do Norte. E a quem lhe indagasse a naturalidade costumava dizer: “Sou de Caicó”. Escolheu no Rio de Janeiro, para morar, a pequena rua Natal, em Botafogo (11).

Não teve “berço de ouro”. Seu pai era modesto professor no sertão seridoense.

Só começou a lidar com o Direito já adulto e como simples rábula no interior cearense. E terminou escolhido Juiz da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia - o mais alto Tribunal do mundo.

Um de seus genros, Ministro José Linhares, assumiu em outubro de 1945 a Presidência da República.

O MECENAS POTIGUAR

Duas vezes a Constituição teve de ser reformada para Alberto Maranhão governar seu Estado. Da primeira, por contar apenas 26 anos. Da segunda, para lhe ser conferido mandato de seis anos.

Espírito superior e coração magnânimo (12).

“Fidalgo e sábio, o Bem e o Belo amando” - foi como Humberto de Campos apontou Maurício de Nassau pelas transformações que realizou em Recife em meados do século XVII.

Pois Alberto Maranhão, como a imitar o conde holandês, transformou Natal no alvorecer deste século.

Começou voltando-se para a Cultura.

Apareceram jornais e revistas (13). Grêmios de estudantes e sociedades dramáticas. Reativadas entidades literárias e artísticas. O Estado passou a custear a publicação de obras de intelectuais pobres cujo mérito fosse reconhecido por comissão especial. O Governador comparecia a sessões literárias e às vezes até a ensaios de certas peças.

Surgiu o Instituto Histórico e Geográfico.

Criou o governo a Escola de Música e concluiu o Teatro. Companhias que demandavam ao Norte começaram a incluir Natal no itinerário. Henrique Castriciano e Segundo Wanderley, Francisco Ivo (Ivo Filho) e Jorge Fernandes, Ezequiel Wanderley, Virgílio Trindade e outros atraíam boa assistência para peças de sua autoria. Época, também, de dramalhões “tóxicos”, desses em que o espectador poderia esperar que morresse até o “ponto”.

Na reinauguração do Teatro, em 1912, a companhia lírica espanhola que se exibía em Recife veio a Natal, pela Great Western, subvencionada pelo Estado, para meia dúzia de espetáculos. Conheceram os natalenses, inclusive, as famosas operetas vienenses.

Dedicava Alberto Maranhão especial carinho à Orquestra do Teatro, sempre visando a aprimorá-la.

De fora do Estado, vieram os regentes Luigi Maria Smido, pianista e compositor (14), Nicolino Milano, violinista (15), Tomazzo Babini, violoncelista (16) e José Borrajo, clarinetista (17).

Recordemos, da “prata da casa”, os mais conhecidos, que a ela pertenceram, desde o início ou com o decorrer dos anos: violinistas Joaquim Scipião (Spalla), Virgílio Carneiro, Gabriel Saraiva, Olivério Noronha, Luiz Lyra; flautistas, Antônio Paulino de Andrade (Tota Andrade), Manoel Prudêncio Petit, Lucas Wanderley; clarinetistas, Antônio Pedro Dantas (Tonheca), Enéas Hipólito, Eduardo Medeiros, João Moraes; trompistas, Joaquim Galhardo, Pedro Laranjeira, Joaquim Severino; contrabaixistas, Calazans Carneiro, João Monteiro Galvão, Antônio Moraes. Barôncio Guerra no oboé; José Sinésio Freire, no bombardino; Luís de França, no saxofone.

O Estado adquiriu dois pianos de cauda em Leipzig (Alemanha). Da melhor marca do mundo, na época. O primeiro foi colocado no Teatro. O outro num dos salões do Palácio, onde a Orquestra realizava ensaios durante o expediente daquele Governador com alma de artista.

Tempo em que o natalense era despertado, em noite de sábado, por seresteiros na esquina. Os quais nunca esqueciam “Ao Luar”, de Auta de Souza e “Recordações”, de Ferreira Itajubá e quase sempre se despediam com “Súplica”,

de Francisco Ivo ou “Eterna Canção”, de Julio Dantas. Fase romântica que se prolongou por toda a década de 20, quando apareceram, também, as encantadoras poesias musicadas de Othoniel Menezes e outros.

Duas retretas semanais em jardim público. A belíssima valsa “Royal Cinema”, de Tonheca Dantas, tinha uma consagração de hino da cidade.

Alberto Maranhão foi governo que deixou saudades aos natalenses.

REALIZAÇÕES INESQUECÍVEIS

Empréstimo de cinco mil contos de réis, com prazo de trinta e sete anos, obtido em 1908 na França pelo Estado, permitiu, principalmente, o admirável progresso, na Capital e no interior, durante o governo de Alberto Maranhão.

Dez anos depois, com o descalabro a que chegou a moeda francesa no fim da Primeira Grande Guerra, dispunha o Tesouro de numerário bastante para resgatá-lo completamente. Mas a isso se opôs o Governador Ferreira Chaves (18).

Três colaboradores se destacavam nas obras governamentais: os químicos industriais Domingos Barros (19) e Vale Miranda (20) e o arquiteto Herculano Ramos (21).

Vários prédios públicos construídos. Outros inteiramente reformados.

No setor da educação, tivemos os grupos escolares Augusto Severo e Frei Miguelinho. Criada a Escola Normal, para funcionar no primeiro. Mais de vinte desses estabelecimentos edificadas nas principais cidades. No bairro de Petrópolis, um Orfanato e a Casa de Detenção.

Quanto à saúde pública: hospital de clínicas, de tuberculosos e de doenças mentais.

O abastecimento d'água à Capital, iniciado pelo dinamarquês Felipe Leinhardt e o iugoslavo Nicolau Bigóis, teve o encanamento de chumbo da rede geral substituído pelo de ferro galvanizado.

Foi instalado a usina do Oitiseiro, com rede elétrica (22) e linha de bondes pelos bairros. Também uma central telefônica para cem assinantes.

No interior, centenas de quilômetros de estradas carroçáveis. Melhorias no transporte fluvial para Macaiba e Redinha.

Em relação à agricultura, havia a cooperação com o governo central no Campo de Demonstração de Jundiá.

Enfim, nenhum governo fez mais, na Primeira República.

Sabia-se que Alberto Maranhão adotava certa diretriz que lhe deve ter feito errar menos na vida pública. Não confiava no caráter daqueles que, em vez de pleitearem cargos ou posições, na política e na administração, por seus legítimos méritos, se preocupavam mais em rebaixar ou até mesmo em denegrir os

prováveis competidores ou concorrentes.

A CAMPANHA PENHISTA

Aqui está o que me ficou na memória, desde a adolescência, sobre a luta política de 1913.

O governador Alberto Maranhão, pelo insuperável prestígio, teria sempre garantida vaga em nossa representação federal. Assim, poderia indicar livremente, o sucessor. Sua predileção na família, era pelo sobrinho-afim Augusto Bezerra (23), genro do maestro Amaro Barreto. Fora dela, um dos apontados era meu avô Pedro Soares (24).

Sabia-se que a família Hermes da Fonseca se interessava muito para que seu grande amigo capitão José da Penha, nascido em Angicos e deputado estadual no Ceará, fosse representar a terra natal na Câmara dos Deputados. E isso não seria difícil porque o situacionismo estadual continuava reservando vaga para a representação da minoria no Congresso Nacional.

Penha era homem de muito bons sentimentos, fortalecidos pela longa prática do Espiritismo, sobre o qual deixou trabalhos de mérito.

Mas, não quis vir a seu Estado como político e sim, de verdade, como demolidor.

Visando ao aniquilamento da Oligarquia Maranhão, desencadeou campanha política sem precedentes, pelo radicalismo (25). Não era figura carismática. Entretanto, soube aproveitar bem esse desejo de "mudar", latente na alma popular esperançosa de melhores dias. Entusiasmou grande parte da população natalense. Seguiu para o agreste e o sertão em caravanas recebidas com foguetões e banda de música. Uma consagração.

Cedo, Tavares de Lyra teria percebido enormes dificuldades para o situacionismo norte-rio-grandense diante de recente deposição de governos no Norte. Habilmente, lembrara para suceder Alberto Maranhão o senador Ferreira Chaves, compadre e amigo íntimo de Pinheiro Machado, o verdadeiro chefe da política nacional. Não o fez certamente de bom grado, pois já devera ter avaliado que Chaves, depois da morte de Pedro Velho, em 1907, passara a aspirar a direção da política do Estado.

Também Ferreira Chaves largou-se para o interior, à frente de comitivas ilustres e com a vantagem da solidariedade dos chefes políticos de maior prestígio. Ganhou, igualmente, bom apoio da classe média nos centros urbanos.

Penha, muito arguto e apontado como ineleável, compreendeu que não conseguiria votação bastante para vencer o pleito, principalmente com Alberto Maranhão à frente do governo (26). E lançou uma "bomba" nos meios políticos. Apresentou, para Governador, o nome do tenente Leônidas Hermes da Fonseca, filho do Presidente da República!

Resultado: arrefeceu o entusiasmo de seus mais devotados correligionários, que o tinham como candidato para ganhar ou perder. E não encontrou o necessário apoio no meio do povo, ao indicar candidato nascido em outro Estado e que nunca, sequer, estivera em Natal. Por sua vez, Pinheiro Machado manobrou nos bastidores e o Presidente Hermes afastou o filho da competição.

Decepcionado e desgostoso, José da Penha, grande idealista, recomendou a seu eleitorado que se abstivesse das urnas e foi reassumir a cadeira no Legislativo cearense.

Eis a política!

Mais adiante, partiu para o Cariri a fim de deter a marcha dos rebeldes de Joazeiro, que ameaçavam a estabilidade do governo do Ceará.

Certa manhã, numa incursão temerária a território inimigo, sozinho e a cavalo, foi abatido a tiros por jagunços ocultos em moitas à beira da estrada.

Morreu como um bravo.

UM CANDIDATO AO CATETE

Tavares de Lyra foi deputado estadual aos 21 anos; federal, aos 22; governador, aos 31 anos; ministro da Justiça, aos 34; senador e líder da maioria, aos 38; ministro da Viação, aos 42; ministro do Tribunal de Contas da União, aos 46. Neste ocupou a Presidência por longos anos.

Seus dignos filhos Carlos (27) e Sophia (28), viúva do professor Roberto Lyra, seu primo, já traçaram, com muito carinho e segurança, a fulgurante trajetória desse homem público.

Quero aqui, apenas, me referir ao Governador e à sua passagem pelo Ministério da Viação no que se relacionar com nosso Estado.

Na grande seca de 1932, o Presidente Getúlio Vargas autorizou o ministro José Américo de Almeida a realizar, no Nordeste, todas as obras públicas necessárias a evitar o êxodo das populações flageladas.

Na de 1904, o governo central só mandou poucos recursos para o Rio Grande do Norte. Preferiu embarcar, em Natal, para o extremo norte, quase vinte mil retirantes.

Pois o Governador Lyra, com pesadas despesas para os cofres públicos, conseguiu reter, na Capital, vários milhares desses conterrâneos, empregando-os, com a cooperação do prefeito Joaquim Manoel, em obras de calçamento das ruas principais. Até o conhecido "pantanal da Ribeira" foi transformado na moderna praça Augusto Severo.

Creio que, em dois anos e oito meses de administração, foi este o seu maior serviço à sua terra, já que impediu que tanta gente fosse expor à vida em seringais da Amazônia ou na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde grassavam, implacavelmente, malária e bériberi.

Entre os melhoramentos, destacou-se em Natal a instalação de gás acetileno, por processo e aparelho criados por Domingos Barros, de modo a torná-la “talvez a cidade mais iluminada de todo o Norte do Brasil”.

Conforme acentuava o grande jornalista Alcindo Guanabara, era Tavares de Lyra “homem calmo, de espírito justo, lhano no trato, suave nas maneiras”. Naasmaceira da vida provinciana consideravam, assim, governador ideal “homem de gabinete, de preferência magistrado” (29), Escutava isso de governistas e oposicionistas. Estes tinham até candidato permanente ao cargo, o saudoso des. João Dionísio Filgueira.

Uma noite, dois oficiais da Polícia esmurraram, em lugar público, o des. Espírito Santo, do Tribunal de Justiça, inimigo de Ferreira Chaves. E toda gente sabia que aquele governador não mandara praticar semelhante agressão.

Do mesmo modo, homem bondoso como Tavares de Lyra jamais concordaria que empastelassem jornais de Oposição, como aconteceu, certa madrugada, com o “Diário de Natal”, de Elias Souto e a “Gazeta do Comércio”, de Pedro Avelino. Muito menos com sevícias em adversários (30).

Infelizmente, com nosso atraso político fatos assim ocorriam, de vez em quando, até meados do século. De preferência, em Estados do Norte. Inquéritos instaurados - como ainda hoje em casos dessa natureza - nunca apresentavam resultados satisfatórios no tocante à punição dos responsáveis.

OBRAS FEDERAIS

Ouvia chavistas dizerem que o Ministro, por já estar um tanto desgostoso com diretrizes políticas do Governador Chaves, pouco ou nada iria fazer pelo nosso Rio Grande do Norte.

A suposição era falsa, em se tratando de figura do gabarito moral de Tavares de Lyra. Entretanto, por ser muito escrupuloso, evitaria naturalmente canalizar para nossa terra verbas orçamentárias em detrimento das demais unidades da Federação.

No setor de Comunicação, levou as linhas telegráficas aos confins do Estado. No Seridó, tivemos as estações de Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó, Caicó e Serra Negra do Norte. No Oeste, as de Augusto Severo, Patu, Martins, Alexandria e Luís Gomes. Noutras regiões, as de Ceará-Mirim, Santo Antônio, Lajes e Santana do Matos. Foram ainda instalados telefones em São Gonçalo, Taipu, Pureza, Portalegre, Marcelino Vieira e São Miguel.

De Felipe Guerra, esta síntese admirável:

“Só a irrigação do solo poderá permitir o trabalho e só a facilidade de transporte permitirá o desenvolvimento e progresso da região” (31).

Em matéria de açudagem, o Ministro só proporcionou ao Estado menos de

quarenta milhões de metros cúbicos e assim distribuídos: “Bêbado” (Macaíba), “Recanto” (Currais Novos), “Mundo Novo” (Caicó), “Santo Antonio” (Caraúbas), “Corredor” (Martins), “Santana” e “25 de Março” (Pau dos Ferros), os dois últimos, certamente, a pedido de seu valoroso correligionário cel. Joaquim Correia, chefe político local. Também uns pequenos, como em Portalegre e São Miguel. Ainda barragens, como a de Augusto Severo e reconstruções de açudes em Santa Cruz e Nova Cruz.

Foi pena que não cuidasse do “Passagem Funda”, de Apodi, de três bilhões de metros cúbicos e cujos estudos se achavam concluídos desde 1911. Beneficiária, e muito, grande região de nosso Rio Grande do Norte (32). O próprio Eloy de Souza, o parlamentar nordestino que melhor estudou o problema das secas, ficou mais vinte anos no Congresso Nacional e não se esforçou bastante por isso. Claro que obra de tamanho vulto não caberia num quadriênio. Mas, conforme as desapropriações de terras efetuadas e certos trabalhos de base, ela se tornaria irreversível, como aconteceu com o açude “Orós”, do Ceará, concluído depois de quarenta anos.

Em minha passagem, por um ano, pela Câmara dos Deputados, resolvi pleitear um grande açude para a Zona Oeste. No DNOCS, o engenheiro Rômulo Campos, que fora Chefe do Distrito da Paraíba, me facilitou bem o acesso aos estudos concluídos. Fixei-me no “Apanha-Peixe” (33), de Caraúbas, de construção relativamente barata. Representa o dobro do “Itans”, de Caicó e poderá, em região tão seca (34), proporcionar uns dois mil e duzentos hectares de vazantes. O projeto (513-50), já com as informações essenciais e parecer favorável do órgão técnico da Câmara, ficou para os que porventura quisessem, em legislaturas seguintes, prosseguir com o mesmo objetivo.

Tavares de Lyra encontrou em 1914 nossa Estrada de Ferro Central em Lajes. E aí a deixou. O trem só chegou a Angicos (35) em 1932. Todavia, em sua gestão foi construída obra de incalculáveis benefícios: a grande ponte ferroviária sobre o Potengi, em Igapó.

Demorou demais a implantação do tráfego rodoviário da Capital à região seridoense.

Recordo-me, no começo dos anos 20, de José Augusto e Juvenal Lamartine viajando de trem até Lages e daí, a cavalo, ao Seridó. Ida e volta.

Ainda naquela época, para melhoria do tráfego, a estrada Natal-Macaíba foi abaulada pela Inspetoria de Secas.

Ao mesmo tempo, o governador Ferreira Chaves - exemplo insuperável de administrador honesto - dispunha de poucos recursos na construção, de Macaíba a Santa Cruz, de sua Estrada de Automóveis do Seridó.

Ora, de 1914 a 1918, Tavares de Lyra esteve à frente da pasta da Viação.

Presumo, pois, que faltou bom entendimento e cooperação entre o governo central e o do Estado para que a rodovia chegasse, e em condições razoáveis,

a Caicó. Pelo menos até Acari ou Currais Novos (36).

Recordemos que, por impedimento constitucional, deixou ele de ser Presidente da República após o falecimento de Rodrigues Alves. Veio então Epiácio Pessoa.

Para sucessor do Presidente Artur Bernardes, seu nome foi logo lembrado pelo senador Melo Viana.

Mas, figurões do perrepismo paulista e magnatas do café nos mandaram Washington Luís, considerado por muitos o mais erudito - até hoje - de nossos Presidentes, mas dotado de mentalidade política de delegado-da-roça, segundo Virgílio de Melo Franco. Ou de “obstinação selvagem”, na opinião de Eloy de Souza (37). Veio a tornar-se - por isso - o coveiro da República sonhada por Benjamin Constant e outros idealistas.

DESAPREÇO E INGRATIDÃO

Durante vinte e dois anos no Tribunal de Contas, Tavares de Lyra não tirou férias. Sabia-se que só pretendia utilizá-las quando pudesse rever a terra natal, em companhia da esposa e dos filhos.

Todavia, as despesas com a manutenção da família não o permitiram. Contribuía, também, para o sustento de três irmãs idosas, solteiras, que moravam em Natal. Os gastos com a longa e fatal enfermidade de um dos filhos o obrigaram, até, a vender o imóvel em que residia, em Botafogo.

Entretanto, nenhum conterrâneo merecia, mais do que ele, o convite do governo estadual para visitar o Rio Grande do Norte. Personalidades ilustres e seus familiares, embaixadas de intelectuais e desportistas tiveram passagens e hospedagens por conta dos cofres estaduais. Antes e depois de 1930.

Quando o Presidente Getúlio Vargas incluiu Tavares de Lyra no Livro do Mérito o apontou aos brasileiros como “reliquia nacional” (38). Por suas mãos limpas passaram, durante longos anos, para decisão ou despacho, processos e contratos que envolviam milhões de contos de réis. Era assim aquele homem público, que andava de bonde e veio a morrer residindo em apartamento alugado no bairro de Laranjeiras.

Com a aproximação do Centenário de nossa Independência, resolveu o governo estadual, bem acertadamente, mandar elaborar a História do Rio Grande do Norte.

O candidato natural e mais credenciado para esse empreendimento era Tavares de Lyra (39), autor de numerosos trabalhos sobre ela e do mais alto valor.

Mas, como ele rompera em 1918 com a política chavista, o Estado preferiu mandar buscar no Paraná, para a tarefa, o historiador Rocha Pombo. Fato assim faz lembrar a advertência de Voltaire: “A política tem a sua fonte, antes

na perversidade do que na grandeza do espírito humano”.

Quando Rocha Pombo se via em dificuldades na matéria, ia buscar luzes na residência de Lyra, que o atendia com toda solicitude.

JOÃO LYRA

João de Lyra Tavares começou a trabalhar, aos quatorze anos, como caixeiro, no comércio de Macaíba.

Muito talentoso, os pais o mandaram estudar em Pernambuco, onde nasceu.

Ainda na juventude viveu em Natal, participando inclusive de campanhas pela Abolição e a República.

Aprendeu muito bem contabilidade e escrituração mercantil. Autodidata notável, adquiriu também bons conhecimentos de direito comercial e de ciência das finanças. Dentro de pouco tempo, passou a ser tido como um dos melhores guarda-livros do Nordeste. Trabalhava nas praças servidas pela Great Western.

Época ainda de muita seriedade e confiança nas transações comerciais. Negociantes, que faliam, chegavam às vezes ao suicídio. Outros, impossibilitados de reabilitação, retraíam-se do meio social pelo resto da vida. Com orientação muito hábil, João Lyra conseguiu salvar alguns da desgraça. Ganhou, por isso, de adversários políticos, o apelido de “Lyra-Quengo”.

Fixou-se na capital paraibana, onde lecionou no Liceu e na Escola Normal. Dedicou-se à imprensa e exerceu, por uns dez anos, o mandato de deputado estadual. Publicou excelentes trabalhos sobre a história e a economia do vizinho Estado.

Quando, em 1914, o senador Tavares de Lyra foi assumir o Ministério da Viação, incorporou esse irmão à política potiguar, a fim de lhe guardar a cadeira no Senado. Deu-lhe assim oportunidade de ir educar os filhos (40) no Rio de Janeiro e levando a perspectiva de ser nomeado, depois, ministro do Tribunal de Contas da União.

No ano seguinte, o governador Ferreira Chaves, já para dificultar os passos da Oligarquia Maranhão, conseguiu que figurasse na Constituição Estadual (art. 23, § 6º.) impedimento de parente até o *terceiro grau* (tio ou sobrinho) para suceder o Chefe de Estado.

Onze anos depois essa situação teve de mudar.

O Jornal do Comércio, do Rio, publicou o seguinte, em 1926:

“O sr. José Augusto convocou o Congresso Constituinte do Rio Grande do Norte para reformar novamente a Constituição daquele Estado.

Poder-se-ia esperar, talvez, que o fizesse para qualquer finalidade superior, capaz de justificar numa democracia alterações orgânicas, mas isso se não

fossem conhecidos os ostensivos intuitos oligárquicos, as exclusivas razões domésticas que inspiram ao sr. José Augusto.

Fa-lo s.s. para desincompatibilizar seu tio, o sr. Juvenal Lamartine, e candidatá-lo, *quand même*, à sua sucessão. Isso se o sr. Washington Luís honrar a palavra do sr. Arnolfo Azevedo...

Chegou muito longe, como se vê, o desembaraço do sr. José Augusto, que tanto tempo se fez passar por ingênuo apóstolo da instrução, à custa de velharias e generalidades, tão ao saber de nossa superficialidade.

O concílio terá lugar a 6 de junho próximo. Vale porém que nem sempre transcorrem em branca nuvem essas deliberações displicentes do *mandonismo pro domo sua*...

É possível que, em caso de desacordo na política do Rio Grande do Norte, surja como conciliação final a candidatura ao governo do Estado de um rio-grandense filho de uma das principais figuras políticas do Estado e aliado de uma importante família de São Paulo. Esta figura congregará imediatamente em torno de si os Lyras, Eloy de Souza, Chaves, Georgino, Alberto Maranhão, e o sr. José Augusto será forçado a aderir, porque, caso contrário, ficará isolado, recebendo assim o justo castigo de seu absinismo com os srs. Artur Bernardes, seu criador, e com o sr. Ferreira Chaves, seu antigo protetor.

Em desespero de causa, o sr. José Augusto, abandonado pela sua bancada, foi se valer do prestígio do sr. Epitácio Pessoa, acenando-lhe com o apoio do Rio Grande do Norte para constituir o chamado "Bloco do Norte" (Jornal do Comércio).

Suponho que o candidato de conciliação referido neste suelto, era o dr. Mário Severo de Albuquerque Maranhão, filho do imortal aeronauta. Auditor da Força Pública de São Paulo e pessoa muito ligada politicamente ao sr. Washington Luís. Seria a volta ao governo do Estado de um membro da família Maranhão.

Todavia, José Augusto foi quem ganhou essa disputa. A Reforma Constitucional de 1926 fez o impedimento retornar ao *segundo grau* (41) e Juvenal Lamartine pôde ser escolhido seu sucessor. Infelizmente - naquela oportunidade - devemos dizer, pois a República de 89 já agonizava e ele acabou deposto pela Revolução de 30. Perdeu o Estado, para sempre, o administrador que chegou a se revelar, torno a dizer, o de maiores aptidões e melhores conhecimentos para o cargo, do Brasil Colônia até agora.

Naquele ano de 1926 era voz corrente, em Natal, que o "plano político" do governo do Estado seria o seguinte:

1º) o governador José Augusto teria como sucessor seu tio-afim Juvenal Lamartine e seguiria, logo, para o Senado; 2º) por sua vez, o sucessor de Lamartine, em 1932, viria a ser seu sobrinho Cristóvam Dantas; 3º) este ingressaria como deputado federal logo no pleito de 1930, a fim de abrir a vaga

para Juvenal Lamartine retornar ao Congresso Nacional.

Toda esta “digressão” tornou-se necessária para se verificar o que aconteceu com o senador João Lyra, cujo mandato se achava no fim.

Assim, para as eleições de 1927, José Augusto divulgou a chapa federal substituindo João Lyra por Juvenal Lamartine.

Resultado: o Presidente da República lhe mandou dizer que Lyra era “insubstituível”, no Senado, na elaboração e defesa dos planos financeiros de seu governo. A chapa foi republicada, tendo sido João Lyra reeleito. Mas, para ficar garantida a candidatura de Lamartine a senador, precisaram mandar Eloy de Souza retornar à Câmara, após tão longos anos no Senado.

Todas essas “composições” já eram encaradas pela população com certo desalento, ou até mesmo com naturalidade, diante do descalabro a que chegara a República de 1889...

A Revolução de 30 desarticulou tudo, mandando para casa todos os ocupantes de cargos eletivos.

João Lyra faleceu antes de completar sessenta anos.

É o Patrono dos Contabilistas Brasileiros. Desde que ingressou no Senado, foi escolhido o relator da Receita do Orçamento da União. Parlamentar de muita competência e operosidade.

O ROMPIMENTO POLÍTICO DE 1918

São de Rui Barbosa estas palavras:

“O Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em novembro do ano passado, inscreve na ata dos seus trabalhos um voto de apoio ao governo do Marechal, como “o benemérito presidente da República, cuja orientação, eminentemente democrática e fecunda, deve merecer gerais aplausos aos bons republicanos” (42). Indignou-se, ainda mais, ao saber que aquela Casa havia aprovado moção unânime de solidariedade “incondicional” ao governador Ferreira Chaves...

E, como era o regime eleitoral naqueles tempos? Responda por nós José Augusto, em trabalho de 1945: “Na chamada República Velha, que foi de 1889 a 1930, a norma foi a eleição a bico de pena, não passando as eleições, via de regra, de verdadeira farsa” (43).

De 1895 a 1930 nenhum opositor conseguiu eleger-se deputado estadual. E apenas romperam com o Governo os deputados Agostinho Baracho, de Santana do Matos, Joaquim Correia, de Pau dos Ferros e Joaquim Freire, de Nísia Floresta.

A “política perrepeista” assumiu no Rio Grande do Norte feição tipicamente totalitária, pela preocupação de conseguir, sempre, órgãos legislativos “unânicos”, no âmbito estadual e municipal. Com adversários contidos ou

desesperançados, na paisagem melancólica dos campanários.

Essa estagnação se prolongou por muitos anos, até que a vitória do Partido Social Democrático (PSD), em 45 e 46, desarticulou definitivamente as chamadas “forças velhas” da política estadual, proporcionando assim, realmente, ao eleitorado, o caminho da Democracia.

Ora, diante do “quadro” político existente em 1918, tudo indica que Tavares de Lyra, com Ferreira Chaves no governo, não mais se sentia seguro de voltar à cadeira de senador. Teve, pois, de ir para o Tribunal de Contas, deixando o irmão no Senado.

O rompimento político entre Lyra e Chaves era esperado, a qualquer momento, naquele ano.

Recordo-me quando espoucou, certa manhã, em Natal.

O motivo invocado foi este: o dr. Paulo Julio de Albuquerque Maranhão (44), filho de Pedro Velho e afilhado de Ferreira Chaves, fora por este excluído, para reeleição prometida, da chapa estadual publicada. Enquanto isso, iria ser reeleito o comerciante João Tinôco, homem de alto conceito, que destituíra da firma o guarda-livros Feliciano de Lyra Tavares (Xaninho), irmão do Ministro.

Chaves se considerava “adversário” do Prefeito Amaro Cavalcanti, do Distrito Federal, que havia nomeado Paulo Maranhão inspetor da Instrução Municipal. Tratou, em represália, de atribuir ao afilhado inelegibilidade criada, talvez de propósito, na legislação estadual e que Lyra entendia inaplicável a servidor “municipal”.

Tavares de Lyra acusou Ferreira Chaves de implantar “ditadura partidária” e de realizar contra ele “obras de demolição calculadamente premeditadas” (45). Chaves, explodindo, afirmou que Lyra pretendia “consolidar, de modo definitivo, a mais perfeita ditadura familiar que já houve no país” (46).

Eis a política, “a eterna megéra”, procurando destruir homens de bem!

Meu avô materno, Vicente de Lemos (47), era colega de turma (1873), compadre e amigo íntimo de Ferreira Chaves. Tinham vindo juntos de Pernambuco. Pedro Soares (48), meu avô paterno, empenhara-se muito, com filhos e parentes, na Capital e no interior, pela vitória de Chaves em 1913. Por isso, haviam sido muito visados pelos penhistas mais radicais. Decidiram as duas famílias acompanhar o Governador. Somente meu pai ficou na Oposição e pelos motivos relevantes que mencionarei em outro capítulo (49).

Assim, aos onze anos de idade, comecei a observar muito os acontecimentos políticos através de debates numa família unida.

Fiquei logo antipatizando o autoritarismo de Ferreira Chaves e também o orgulho de aristocrata de alguns membros da família Maranhão. Respeito os que defendem o ensino particular, mas tenho certeza de que minha formação democrática se fortaleceu muito porque, do curso primário ao superior, só

frequentei estabelecimento de ensino público.

Dai em diante, o eleitorado começou a dividir-se entre “chavistas” e “liristas” (50). Quadro típico da política “personalista” que tem caracterizado o nefasto regime presidencialista que há cem anos atormenta esta Nação. Nomes e programas de partidos servindo, quase sempre, de “fachadas” para ajuntamento de políticos... Se quiserem, realmente, adotar o Parlamentarismo precisarão dissolver estes partidos políticos para que outros possam ser organizados visando aos elevados e patrióticos objetivos do novo regime. Creio que, no Brasil, não precisaremos de mais de cinco para acomodar todo o eleitorado: centro, centro-direita, centro-esquerda, extrema direita, extrema esquerda. Em lugar dos trinta atuais. Defesa do meio ambiente e outros temas de interesse comum para nós brasileiros podem figurar no programa de todos eles.

Não me deterei em análise de atos de nepotismo atribuídos à Oligarquia Maranhão e combatidos pela imprensa oposicionista de outrora. Entendo que nepotismo (51) é coisa mesmo peculiar às oligarquias. Aos que governarem Estados e Municípios com espírito de clã. Uma forma deletéria da utilização deste brocardo: “Matheus, primeiro os teus”.

O honrado governador Rafael Fernandes, por exemplo, não quis montar oligarquia. Deixou até de nomear parentes para os quadros do serviço público.

Estamos no fim do século e vale a pena citar o que sobre a decadência, entre nós, do regime presidencialista escreveu, recentemente, André Franco Montoro, ex-governador de São Paulo:

“Na política, nunca foi tão descarado o clima de fisiologismo, de corrupção e sua impunidade. O modelo se exauriu, apodreceu, agoniza”.

Uma coisa porém é certíssima: jamais poderá ser esquecido o grande destaque que a chamada Oligarquia Maranhão (52) soube dar - no cenário nacional - ao pequeno e pobre Rio Grande do Norte.

NOTAS

1) Seja-me permitido - para ganhar tempo e espaço, em se tratando de memórias - incluir ou mencionar, onde puder, passagens de minha vida e fatos relacionados com os deste capítulo.

Em 1921, acompanhei certa manhã, numa excursão a cavalo pela região de Gaurapes, meu pai e meu tio Belarmino de Lemos, guiados pelo então oficial de Justiça Abílio Cavalcanti. No alto, o que restava do antigo solar nos foi mostrado pelo morador. No chão e em paredes havia, ainda, vestígios de escavações por pessoas, inclusive vindas do Rio de Janeiro, que haviam sonhado com botija...

2) No segundo ano do governo de José Augusto, seu primo Napoleão Be-

zerra, meu velho e saudoso amigo curraisnovense, me dizia o seguinte, no Campo de Demonstração de Jundiá, em Macaíba: “Se os Maranhões dominaram a política do Estado durante trinta anos, por que não podemos fazer o mesmo?...”

3) Antecipando-se às comemorações do cinquentenário da morte de Augusto Severo, apresentei à Câmara projeto (1.187-50), transformado em lei, dando seu nome ao Aeroporto de Natal. Em Paris, em 1968, fui uma tarde com o prezado colega Paulino de Oliveira, e meu filho ali estudante-bolsista, visitar na avenue du Maine o local em que caiu o inditoso aeronauta. A fachada do prédio fronteiro havia sido reformada, mas o proprietário nela conservara a placa indicativa da tragédia de 1902. Contou-me a digna esposa do des. Flaminio de Rezende, meu cliente quando já estávamos aposentados na magistratura carioca, que residindo ainda menina, na capital Francesa, jamais pôde esquecer o estado de profunda consternação com que seu pai retornou ao lar naquela manhã fatídica. Fora ele um dos poucos brasileiros que havia assistido, no parque de Vaugirard, à ascensão do “Pax”.

4) Joaquim Scipião, diretor do Teatro, foi injustamente demitido pelo governador Chaves. Seguiu para extremo norte, a fim de lutar pela vida. Regressou a Natal muitos anos depois, onde faleceu pobremente, num abrigo de velhos.

5) José Augusto, no fim de seu governo resolveu entregar a uma entidade privada administração do único hospital de clínicas do Estado. Mais adiante, era mudado o nome de “Hospital de Caridade Juvino Barreto” para “Hospital Miguel Couto”. Quem protestasse ou reclamasse contra isso perante o médico Ricardo Barreto, ouvia o seguinte: “Se retiraram a palavra Caridade não poderia permanecer o nome de meu pai”.

6) Ainda na década de 50, o Rio Grande do Norte teve como governador um sobrinho-neto de Pedro Velho, o dr. Sylvio Piza Pedroza.

7) “*Albuquerque* terrível, Castro forte. E outros em que poder não teve a morte” (CAMÕES, Os Lusíadas).

8) Em 1930, o Congresso Nacional, por imposição do Presidente da República, “degolou” toda a representação situacionista da Paraíba, eleita pela Aliança Liberal e liderada por José Américo de Almeida. Diplomou, em seu lugar, os chamados “representantes de Princesa”. No fim da vida, Eloy de Souza pediu perdão à memória de Pedro Velho por haver contribuído com seu voto - juntamente, aliás, com o de toda a representação potiguar - para tão espantosa imoralidade! (ELOY DE SOUZA), Memórias, Parte II, págs. 100-101) - Fundação José Augusto, 1975).

9) LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, História da Cidade do Natal, 1947, pág. 296).

10) Coment. do Des. Ferreira Chaves à Carta Aberta do Dr. Tavares de

Lyra, Tip. Comercial, Natal, 1919, págs. 26 e 27.

11) Com a reurbanização parcial do bairro, a rua Natal desapareceu para dar lugar a uma praça e com outro nome. Amaro Cavalcanti passou a ser o nome da extensa avenida que liga o subúrbio do Méier ao de Engenho de Dentro. Homenagem adequada, pois ele ficou conhecido como o Prefeito que levou o progresso ao “sertão carioca”.

12) Exatamente o oposto de seu parente Dendé Arcoverde, o célebre senhor do engenho Cunhaú, de Canguaretama. Quando menino, escutava nas novenas em nosso oratório familiar minha mãe pedir, também uma prece “por alma dos cativos de Cunhaú”. Segundo a tradição, escravo insubordinado, quando tido por incorrigível, era ali atirado em cova e sepultado vivo, para exemplo aos demais. Dois elementos vieram assassinar em Natal o capitão Leite Pinho, autor do ferimento traiçoeiro e mortal em André de Albuquerque, na Revolução de 1817. De volta, o negro foi enterrado vivo, tendo sido plantado no local um coqueiro. E o caboclo morreu empalado numa mata próxima. (LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, obra citada, pág. 232).

13) MANOEL RODRIGUES DE MELO, Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte.

14) Professor da Escola Nacional de Música. Retornou a Natal, por algum tempo, na década de 20, lecionando Música.

15) Regente de orquestras no Rio de Janeiro. Pai dos poetas Atilio e Dante Milano.

16) Permaneceu em Natal, ensinando particularmente e na Escola Normal e Doméstica. Dentre os alunos, destacaram-se seus enteados Aldo (violoncelista) e Danilo Parisot (violinista), hoje integrante de grandes orquestras nacionais e estrangeiras.

17) Reorganizou, com muita eficiência, a banda de música do Batalhão de Segurança (hoje Polícia Militar). Aproveitou inclusive músicos conterrâneos que haviam retornado a Natal e pertencido à melhor banda de música do Norte naquele tempo - a do Corpo de Bombeiros, do Pará.

18) Ver meu trabalho "Fastígio e Ocaso de Ferreira Chaves" - Coleção Mossoroense - Série B - N. 669, pág. 7.

19) Domingos Barros. Pernambucano de Garanhuns. Químico industrial, com inventos patenteados. Poliglota. Famoso pela universalidade de seus conhecimentos. Muito estimado na sociedade natalense. A iluminação de Natal a gás acetileno se notabilizou pelo emprego de aparelho de sua invenção. Presidiu a Associação Brasileira de Farmacêuticos. Quando faleceu, em 1938, dirigia o Laboratório da importante firma de produtos farmacêuticos Silva Araújo, do Rio de Janeiro. Era genro de Fabrício Maranhão. Domingos Barros deixou no túmulo da esposa, no antigo cemitério de Cuitezeiras, em Pedro Velho, esta inscrição: “Tu me deste os melhores anos de minha vida e tu os levaste”.

20) Francisco Gomes de Vale Miranda. Português do Minho. Químico. Fez curso na Sorbonne, em Paris. Sócio de Domingos Barros na Empresa de Melhoramentos da Capital. Dirigiu o Laboratório de Análises do Estado e a Escola de Farmácia, onde lecionava em quase todas as cadeiras. Por muitos anos foi, também, professor de nosso Atheneu. Como nunca ocupou cargo efetivo, o Governo lhe concedeu pensão especial, em 1933. Terminou seus dias, modestamente, em Juiz de Fora (MG).

21) Herculano Ramos. Arquiteto mineiro. Morou uns dez anos em Natal, onde construiu prédios públicos e residências particulares. Sua obra principal foi a reconstrução do Teatro, reinaugurado em 1912. Fez a moderna praça Augusto Severo, para acabar com o pantanal da Ribeira. A balaustrada da avenida Junqueira Aires é obra sua.

22) Antes da luz elétrica nas ruas, no começo do século, era completo o sossego das noites natalenses. Na década de 20, contou-me estimado chefe de família que ele e outros estudantes da Cidade Alta, de residências próximas, costumavam em noite de chuva muito forte se reunir, depois das dez, numa das ruas principais, a fim de se banharem nas calçadas, debaixo das biqueiras. E, para isso, cada um já saía de casa inteiramente nu...

23) Augusto Bezerra Cavalcanti nasceu no engenho Bosque, em Goianinha. Promotor público de Canguaretama. Deputado estadual. Juiz de Direito de Apodi e Ceará-Mirim. Faleceu no Rio de Janeiro em 1926, onde exerceu por muitos anos o cargo de escrivão de Varas Civeis e de Órfãos.

24) LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, Uma Hist. da Assembléia Legislativa do RGN, Fundação José Augusto, Natal, 1972, pág. 32; ALUÍZIO ALVES, A Primeira Campanha Popular no RGN, ed. do Inst. Hist. e Geográfico do RGN, pág. 36.

25) Muito conhecido o caso da senhora, penhista-radical, que mandou substituir as fechaduras por ferrolhos e traves, a fim de não se pronunciar, em sua casa, a palavra "chaves". Fato curioso: numa passeata pró-candidatura Chaves, o jovem professor Anfilóquio Câmara, devido à pequena estatura, foi colocado sobre um grande barril na via pública. No auge de seu discurso, a tampa cedeu de vez e ele sumiu no barril... Por sorte, sofreu apenas algumas escoriações.

26) O capitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque foi a Palácio a fim de cientificar o governador Alberto Maranhão de que a Guarnição Federal estava pronta para lhe assegurar a permanência no governo, até à posse do sucessor eleito.

27) CARLOS TAVARES DE LYRA - Tavares de Lyra, Uma Vida em linha Reta, Fundação José Augusto, Natal, 1973.

28) SOPHIA A. LYRA, O maior e o melhor dos Lyras, Livraria Editora

Cátredra, Rio, 1974.

29) Conhecendo essa tradição, Café Filho foi procurar, em 1946, seus velhos e implacáveis adversários, para acordo na sucessão governamental. Levou-lhes, logo, o nome de um magistrado, prontamente áceito - o do des. Floriano Cavalcanti, que fora deputado estadual e chefe político situacionista de São Gonçalo do Amarante, nos governos de José Augusto e Juvenal Lamartine. Conheci de perto a grande bondade de Floriano, no tempo em que fiz estudos e pesquisas sobre a Metapsíquica e estávamos juntos em sessões do Espiritismo.

O des. Manoel Benício de Melo Filho, grande magistrado, costumava aos domingos receber na residência alguns amigos. Nas proximidades da eleição de 1934, ali apareceu, muito eufórico, um seu parente de Mossoró e foi logo exclamando: “Então, Nézinho, vais ser nosso próximo governador. Estive no Hospício e lá só se fala nisso”. Reposta do desembargador: “Logo vi. Só mesmo lá”.

30) São os chamados “porões do Governo”, que davam outrora “sinais de vida”, principalmente no norte do país. À revelia do Chefe de Estado, amigos seus, de fidelidade canina, de conta própria ou instigados por almas danadas saíam, às vezes, à prática de violências e outros delitos, intimamente certos de se acharem defendendo ou desagravando o Governo. A maior vítima dessa gente, no Brasil, foi o Presidente Getúlio Vargas.

31) “A República”, de Natal, de 11-8-1926

32) FELIPE GUERRA, Sêcas Contra a Sêca, 1ª edição, 1909, págs. 121, 171 e 172; RODERIC CRANDALL, Geogr., Geol., Suprim, d’Água, Transp. e Açudagem (Ceará, Rio G. do Norte e Paraíba), Coleção Mossoroense, 4ª edição, 1982, vol. CCI, págs. 120 e 121; ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO, Mossoró, Rio Grande do Norte - 13-9-1933 - Coleção Mossoroense, Série B - nº 560 - 1988.

33) Lembrei até que obra desse vulto bem que merecia receber o nome de “Julio de Rezende” - o engenheiro piauiense, dos quadros da Inspeção de Sêcas, que por mais de trinta anos residiu em Natal onde casou numa das mais distintas famílias norte-riograndenses. Em seu tempo, a repartição das Sêcas era alvo de terrível campanha da imprensa do sul e do norte: desperdício de material, desvio de verbas, corrupção administrativa, enriquecimento ilícito. O Presidente Bernardes chegou a extingui-la. Em meio a tanto escalabro, Julio de Rezende deixou em todo o Nordeste esta admirável tradição: competência inexcedível e probidade absoluta.

34) RAIMUNDO NONATO, Memórias de um retirante - Coleção Mossoroense, CCCXLI - 2ª edição, 1987, págs. 35 e 36.

35) Pedi à Câmara ramal ferroviário de Angicos a Caraúbas, passando por

Açu e Paraú, a fim de ligar nossa Estrada de Ferro Central à Estrada de Ferro Mossoró-Souza (Projeto 819-50). Para facilitar as comunicações dos municípios da Zona Oeste com a Capital. Ao mesmo tempo, seria alcançada a integração ferroviária do Nordeste (Maceio-Fortaleza). Esta veio a ser obtida, anos depois, pela representação paraibana, com a ida dos trilhos de Campina Grande a Souza, ponto terminal da antiga Rede de Viação Cearense. Ficou, portanto, de fora nosso Rio Grande do Norte. Apesar do parecer favorável do órgão técnico da Câmara, ignoro porque meu projeto não foi incorporado ao Plano Nacional de Viação. Veio, mais tarde, a desastrosa política de “arrancar trilhos” no território nacional, dificultando e encarecendo a vida de populações do interior, com o aumento constante e exagerado dos preços de combustíveis para veículos automotores.

36) Desta vez fui mais feliz. Consegui incluir no Plano Nacional de Viação - até hoje - rodovia ligando Currais Novos a Jaguaribe, no Ceará, com ponte sobre o Piranhas, em Jucurutu. Assim, pelo centro do Rio Grande do Norte, ficarão ligadas as duas grandes rodovias federais do Nordeste - a de Terezina a Recife em Currais Novos e a de Fortaleza a Salvador em Jaguaribe. Meu projeto 807-50, que constituiu a emenda 53 ao Plano. Tudo, ainda, para facilitar as comunicações da Zona Oeste com Natal. Foi Café Filho quem me iniciou na política, ao convidar-me, em 1932, para ingressar no Clube Três de Outubro. Tornei-me seu leal e intransigente correligionário, até a extinção dos partidos estaduais, em 1937. Durante a fase, assim, mais difícil e perigosa de sua ascensão na política. Novamente nos juntamos, em 50, para eleger Dix-Sept Rosado governador. Vendo-o chegar, em 54, à Presidência da República e eu já na magistratura, resolvi fazer-lhe um pedido. Em exposição fundamentada, que lhe fiz chegar às mãos (Proc. PR-59.990-54 e MVOP-42.859-54), apelei para que determinasse a realização dos estudos e o início da construção dessa rodovia. Vieram-me, então, cópias dos pareceres, todos favoráveis, mas com a melancólica comunicação de que não havia verba, cuja obtenção, aliás, lhe competia... E assim deixou ele de prestar esse serviço a seu Estado.

37) ELOY DE SOUZA, obra citada, Parte II, pág. 94.

38) Para o historiador e sociólogo Itamar de Souza, constituiu “bajulação corográfica” a escolha de nomes de políticos para numerosos municípios criados nos últimos quarenta anos. Em 1872, quando nasceu em Macaíba o ministro Tavares de Lyra, seu município era dos mais extensos. Quantos desmembramentos desse território para a criação de outros! Por que - contrariando normas salutaras do I.B.G.E. - o nome de Ruy Barbosa, advogado contratado pelo Estado na Questão de Grossos, se este já figurava em município, sede de Bispado, na Bahia? Por que Presidente Juscelino, que já dá o nome a município de Minas Gerais? Finalmente, por que esqueceram Tavares de Lyra? Vale lembrar que quando quiseram homenagear, merecidamente, o

combativo jornalista Pedro Avelino, retiraram da localidade até o nome de um Presidente da República (Epitácio Pessoa).

39) Como historiador, Tavares de Lyra notabilizou-se pela “probidade nas afirmações” e escrevia “sem propósitos de agradar ou ofender”. (VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Tavares de Lyra, historiador - Jornal do Comércio, do Rio, 28-12-1952).

40) Os que mais se destacaram: General Aurélio de Lyra Tavares, ministro do Exército, membro da Junta Militar de 1969, embaixador na França e membro da Academia Brasileira de Letras; dr. Paulo de Lyra Tavares, diretor geral da Fazenda Nacional e sub-chefe da Casa Civil do Presidente Eurico Dutra; ministro João Lyra Filho, presidente do Tribunal de Contas do antigo Distrito Federal e reitor da Universidade do Estado da Guanabara; dr. Roberto de Lyra Tavares, procurador da Justiça do antigo Distrito Federal, professor universitário, ministro da Educação e uma das nossas maiores autoridades em Direito Penal.

41) “A República”, de 25-8-1926.

42) RUY BARBOSA, A Crise Moral, Organizações Simões, Rio, 1962, pág. 77.

43) “A República” (Jornal Cultural), 21-10-1984.

44) Pai da escritora Heloisa Maranhão.

45) TAVARES DE LYRA, Carta Aberta a meus velhos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte, 29-12-1918, pág. 7 - Rio, 1919.

46) Ferreira Chaves - ver item 10 - pág. 6.

47) Vicente Simões Pereira de Lemos (1850-1918). Pernambucano de Recife. Fundador de nosso Instituto Histórico. Conseguiu, com muita perseverança e tenacidade, salvar da destruição pelo tempo documentos e papéis muito antigos e valiosos, com a ajuda dos quais pôde escrever a história do Rio Grande do Norte no período colonial. Reuniu também importantes provas, que levou a Ruy Barbosa, nosso advogado na questão com o Ceará sobre o território de Grossos. Era dotado de espírito independente e liberal. Criticava, quando entendia necessário, atos da administração pública e conduta de políticos. Ingressou na Maçonaria e chegou a Venerável de Loja da Capital. Desprezando incompreensões e atraso do meio social, realizava às vezes, no próprio lar, sessões práticas do Espiritismo - não como religião mas em busca de provas da sobrevivência do Ser. Somente em 1946 é que tive oportunidade de conversar, casualmente e pela primeira vez, com Juvenal Lamartine. Tínhamos parentesco, em grau distante mas conhecido: o português Manoel Pereira Monteiro, fundador de Serra Negra do Norte, era nosso quinto-avô. Contou-me então que Vicente Lemos, quando juiz de Caicó, descobriu em Serra Negra um médium ali nascido e criado. Realizou sessão espírita, a que ele Lamartine, ainda menino, compareceu com permissão especial. Pode-se bem avaliar o

mal-estar generalizado que acontecimento dessa natureza causou, há mais de cem anos, no alto sertão, onde a intolerância religiosa era ainda bastante acentuada. No Rio de Janeiro, ao ser apresentado ao dr. João de Albuquerque Maranhão, pai do falecido escritor Petrarca Maranhão, ele abraçou-me, dizendo: “Você é neto de Vicente de Lemos, desembargador que foi voto vencido em causa ganha contra nós por membros da família Maranhão, quando dominava a política estadual”).

48) Pedro Soares de Araújo (1855-1927), o segundo deste nome. Açuaense. Era homem de costumes austeros e político sempre conservador. Quase se ordenou no Seminário de Olinda, donde trouxe excelentes conhecimentos de português, francês e latim. Lutou pela Abolição na Libertadora Açuaense. Como autodidata, reuniu muitos conhecimentos de direito administrativo e ciência das finanças. Conhecia, como ninguém em seu tempo, todas as leis e regulamentos norte-riograndenses desde o começo do Império. No início do século, por mais de vinte anos consecutivos, dirigiu a Fazenda Estadual. Simultaneamente, era reeleito deputado para velar pelo equilíbrio orçamentário, no tempo em que o Legislativo funcionava um mês por ano. Os governadores gostavam de ouvi-lo quando tinham de solucionar os casos mais complicados na política e na administração. Dizia o senador Kerginaldo Cavalcanti, antigo oficial de Gabinete, que Pedro Soares foi o homem público mais inteligente e o político mais hábil que conheceu naqueles tempos. Único auxiliar que conseguia mudar opinião de Ferreira Chaves. Seu cargo era dos mais cobiçados pelos que queriam fazer carreira na política. Nenhum Governador mais honesto do que José Augusto. Entretanto, não tinha vocação para o Executivo. No segundo ano de sua administração, Pedro Soares se sentiu desprestigiado e apresentou o pedido de aposentadoria, prontamente deferido. Seus sucessores na Fazenda realizaram as reformas que quiseram. Lamentavelmente, mesmo com bons invernos, a situação financeira foi piorando cada ano. Até que Presidente Lamartine recebeu o Estado, em 1928, com diversas dívidas e o pagamento do funcionalismo com oito meses de atraso...

49) “1919 a 1930: Delenda Oposição!”

50) Eis um quadro típico da política na Primeira República: “A oposição ao des. Ferreira Chaves passou a ser feita pelos srs. Tavares de Lyra, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, João Lyra, Afonso Barata e Georgino Avelino. Segundo “A República”, tratava-se de quatro parentes e dois estranhos. É interessante observar que, uma vez consumado o rompimento, *quase todos os penhistas* que lutaram bravamente para derrubar a Oligarquia Maranhão em 1913, e por ela humilhados ou chicoteados com cipó de boi, *ficaram ao lado de Tavares de Lyra e Alberto Maranhão*” (ITAMAR DE SOUZA, *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)* - Natal, 1989. pág. 208).

51) Os Tenentes revolucionários de 1930, estarrecidos com o nepotismo que lavrava no país, conseguiram a inclusão na lei orgânica do Governo Pro-

visório do seguinte dispositivo: “Nenhum Interventor ou Prefeito nomeará parente seu, consanguíneo ou afim até o sexto grau, a não ser um para cargo de confiança pessoal” (Decreto nº 19.398, de 11-11-1930, art. 11, § 5º).

52) Alguns de seus membros foram homenageados pela antiga Capital da República com o nome em rua dos bairros principais: Augusto Severo (Glória), Tavares de Lyra (Flamengo), Pedro Velho (Laranjeiras), João Lyra (Leblon).

PEDRO VELHO, MEU AVÔ

Heloisa Maranhão

(Colaboradora)

Eu não conheci, pessoalmente, meu avô, PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO. Quando ele morreu, meu pai, Paulo Júlio de Albuquerque Maranhão, seu décimo primeiro filho, era um meninozinho levado que se empenhava em brincadeiras e travessuras com outros garotos entre os quais havia um que se chamava: Luís da Câmara Cascudo. Mas eu posso muito bem desenhar um retrato de PEDRO VELHO através de tantas e tão bonitas histórias que me contavam no seio de minha família. Meu pai, por exemplo, dizia que interrompia todas as suas travessuras de garoto para ouvir PEDRO VELHO... cantar. PEDRO VELHO se punha ao piano, tocava muito bem e cantava. Cabeleira revolta, muito charme, rodeado de gente, afável, cheio de sucesso, galanteava a própria esposa, minha avó Petronila Florinda que era belíssima. A modinha que ele cantava só falava de amor.

*“Quis debalde varrer-te da memória
E o teu nome arrancar do coração;
Amo-te sempre... Oh! que martírio infindo!
Tem a força da morte esta paixão...”*

Além da minha avó Nila, PEDRO VELHO teve uma outra grande e muito especial paixão: a terra do Rio Grande do Norte. Dedicou meio século de vida a esse povo e por ele lutou contra mares, ventos e tempestades, enfrentando duras lutas políticas. Tenho para mim que PEDRO VELHO prestou um grande e inestimável serviço ao Rio Grande do Norte: enriqueceu o patrimônio das liberdades e fortificou o sentimento cívico. PEDRO VELHO, governador, garantiu o exercício completo de todos os direitos: A imprensa gozava da maior liberdade e a magistratura podia se gabar de uma isenção exemplar. A paixão de PEDRO VELHO pelo Rio Grande do Norte está toda na apresentação do seu jornal A REPÚBLICA, no dia 1º de Julho de 1889:

“.....o entranhado amor pelo pobre, mas estremecido torrão que nos serviu de berço, eis o nosso programa.”

Há um bonito retrato de PEDRO VELHO em minha casa. Cordial PEDRO VELHO, terno, amando muito a vida e dando belas risadas. No aniversário dele, um festão na nossa casa na cidade do Natal, avenida Junqueira Aires, número 9. PEDRO VELHO apreciava muito um jogo de poquer com os amigos. Se perdia choramingava. Ah! o modo de falar de PEDRO VELHO: feiti-

ceiro e gentil com todos, ricos e pobres. Especialmente com extrema doçura no trato com a vovó Chana que era a mãe dele. PEDRO VELHO, guloso, gostava de peixadas, das ostras de Natal e da sopa de peixe do cais.

Como escritora muito me interessam os artigos de jornal, manifestos, discursos pronunciados na Câmara e no Senado por PEDRO VELHO e por ali é tão fácil identificar o homem certo talhado para as grandes responsabilidades, o chefe seguro da política estadual e com um lado prático muitíssimo bem estruturado. Fico sabendo que PEDRO VELHO encheu a metade de um século e que a sua presença foi uma constante benfazeja na vida republicana do Rio Grande do Norte. Entendo que PEDRO VELHO foi símbolo, monumento, instituição e que foi sobretudo o fundador e consolidador do regime republicano no Rio Grande do Norte. Sem dúvida PEDRO VELHO era um finíssimo escritor. Apreciava o grande Eça, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco. Entre os brasileiros o seu favorito era o poeta Castro Alves. Uma das boas peças literárias de PEDRO VELHO é o discurso que ele pronunciou em homenagem a Rui Barbosa, partindo para Haia.

O meu avô PEDRO VELHO tinha um ar fidalgo que o destacava logo, onde quer que ele estivesse. Sem dúvida eram as suas origens que sempre povoaram a minha imaginação de ficcionista. Os Albuquerque descendiam nem mais nem menos de el-rei Dom Dinis de Portugal. Mas... meu avô PEDRO VELHO tinha um apelido: "o cigano". A família não gostava deste apelido. Eu gosto. Ciganos são sábios. Sabem ler, nem sempre nos livros, mas muito melhor... nos olhos dos outros. PEDRO VELHO olhava e sabia tudo de todo mundo. Mas o apelido de "cigano" vinha do seu nomadismo. PEDRO VELHO andava por todo lado e conhecia a palma todo o seu Rio Grande do Norte. Meu avô PEDRO VELHO gostava de viver, amava muitíssimo a vida. Vai ver que é por isso que eu o admiro tanto.

Rio - Julho de 1989.

PEDRO VELHO

Marcos Maranhão

(Sócio Efetivo)

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu na Ribeira, na Rua Chile, antiga Rua do Comércio, em Natal, no ano de 1856, aos vinte e sete dias de novembro. Seus pais foram Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Feliciano Maria de Albuquerque Maranhão. Sua família na Europa, ostentava entre os avoengos D. Afonso de Albuquerque, o “Leão de Ormuz”, primeiro Vice-Rei das Índias Portuguesas, louvados por Camões no Canto Primeiro dos *Lusíadas*, sendo descendente do imortal Jerônimo, que vencendo os franceses de La Ravardiére no Maranhão, juntou o nome da terra ao nome da família, fundando o ramo nobiliárquico Maranhão no Brasil que proporcionou Capitães-Mores, Senadores, dignitários do Reino, no Império e República.

Pedro Velho foi sem dúvida alguma a maior figura política do Rio Grande do Norte em todos os tempos: Proclamador da República, deputado federal, senador, governador do Estado. Uma mistura de Disraeli, Gladstone, Clemenceau, com um pouco dos procônsules romanos, descritos por Tácito.

A ele coube, por delegação da História, escrever a nova página que se iniciava em nossa terra, com a implantação da República, nascida do sabre de Deodoro sobre a queda do trono de Pedro II, o “Magnânimo”.

Iniciou a luta pela República como idealista, em pleno luzir do Império, quando tudo indicava a permanência do regime por muitos anos e o braço forte de Ouro-Preto garantia a estabilidade das instituições vigentes e a herança imperial da Princesa D. Isabel “A Redentora”. Partiu para o trabalho político através da arma mais poderosa: a Imprensa, completamente livre durante o regime monarquista parlamentarista. Fundou o jornal “A República” pois entendia não ser possível a luta partidária sem um jornal que proclamasse, divulgasse, combatesse e mantivesse acesa a chama necessária para a iluminação da jornada cívica.

Câmara Cascudo em trabalho editado no Departamento da Imprensa em 1956 afirma: “A paisagem política na Província era caótica e confusa. Todos os partidos estavam divididos, discutidores e rebeldes na sua organização.” O tempo era de idéias novas. Os velhos partidos, Conservador e Liberal, não mais representavam as ânsias do povo. Pedro Velho criou o Partido Republicano, lançando suas bases de Esperança. Ao redor de Pedro Velho juntaram-se jovens entusiastas, seguidos por chefes políticos, tradicionais, descontentes. O jornal, a grande tribuna política animava a todos, dando assim energia e satisfação para o debate partidário.

A 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro, chefiando um movimento militar, derrubou a monarquia constitucional parlamentarista e instituiu o novo regime. Pedro Velho, em Natal, recebeu telegrama do Ministro da Justiça, Aristides Lobo, instando-o para que proclamasse a República no Rio Grande do Norte e assumisse o poder. Conduzido pelo povo dirigiu-se ao Palácio onde investiu-se no governo passando a ter as condições práticas para por em consecução seus objetivos e realizar a obra gigantesca que a posteridade reconheceu e que a Lei nº 173, de 10 de dezembro de 1907 fixou para a memória das gentes.

Realmente, Pedro Velho foi no Rio Grande do Norte O ORGANIZADOR DO ESTADO REPUBLICANO. Sem violências ou perseguições, usou o poder para firmar o seu prestígio político. Atraiu elementos dos antigos partidos para sua facção eleitoral. Considerou e prestigiou os correligionários. Reuniu os moços sob sua bandeira, organizando suas carreiras políticas. Seus colaboradores tiveram projeção destacada no Estado. Pedro Velho como Governador elegeu todos os Senadores, todos os Deputados Federais e Estaduais, todos os prefeitos, nomeou todos os juizes, instalou o Tribunal de Justiça, nomeando todos os Desembargadores. Montando esta máquina indestrutível, já sendo Senador, elegeu quatro Governadores sucessivamente: Alberto, Antônio de Souza, Tavares de Lyra e Ferreira Chaves. Só a morte arrebatou de suas mãos o poder.

Tinha o senso da visão administrativa. Cascudo escrevendo sobre sua vida nos afirma: “A este temperamento devemos a transformação em potencial da cidade do Natal. Pedro Velho sonhou ampliar as ruas até aquele terreno amplo e deserto que se estendia paralelo aos morros na pista para o mar. Avenidas largas, interminas, acolhedoras de sítios e chalets novos com as ruas perpendiculares, enxadrezando a zona que se abria à vida social. Pensou mesmo no nome para o sonho. Seria a CIDADE NOVA. E as avenidas com nomes de Presidentes da República e as ruas lembrando os rios do Estado. Diz ainda Cascudo: “A Cidade Nova compreenderia as futuras Avenidas Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes e Campos Sales e as ruas Seridó, Potengi, Trairi, Mipibú, Mossoró e Assu. Esta era a Cidade Nova que se transformaria em Petrópolis e Tirol. Nasceria da vontade de Pedro Velho. Alberto Maranhão realizou o sonho fraterno.”

Como Senador participou da alta política nacional. Pinheiro Machado o grande líder brasileiro era íntimo de Pedro Velho, o mesmo acontecendo com Ruy Barbosa. Afonso Arinos de Melo Franco nos afirma que a autoridade de Pedro Velho chefiava a bancada nordestina no Senado, sendo inclusive cotado para o cargo de Vice-Presidente da República. Todos os grandes choques do início do período republicano tiveram em Pedro Velho um participante intemerato, visando o fortalecimento do Congresso e o respeito às decisões do

Supremo Tribunal Federal.

O Rio Grande do Norte e o Brasil não podem jamais esquecer a figura grandiosa, emocionante e significativa de Pedro Velho. O Governador de coragem que resistiu em 13 de outubro de 1894 à tentativa de deposição do 34º Batalhão, quando se esperava um golpe de Estado contra a posse de Prudente de Moraes com quem Pedro Velho ficou solidário. Ainda é Cascudo quem nos diz: “Desta data vem a idolatria popular por Pedro Velho, impassível, resistindo, contagiando de energia indomável os amigos, recebendo uma onda diária de adesões, dádivas, oferecimentos. Quando o nevoeiro se dissipou não mais foi possível reduzir-lhe a figura às proporções normais. Ficou gigante e herói, homem incomum, um predestinado, o gênio, o guia supremo, a glória do Estado.”

Muito se tem falado sobre Pedro Velho no aspecto político. Entretanto, é interessante que se destaque sua personalidade cativante, sua conduta generosa e a sua arte de fazer política pela sedução pessoal. Gostava de música, tocava piano e seu compositor preferido era Chopin. Lia os clássicos, sendo admirador de Alexandre Herculano. Fora professor de História além de médico, tendo assim uma visão geral do mundo. Declamava poesia e tinha o seu mundo interior onde hauria as energias espirituais necessárias à vida. Seu posto de comando era o jornal. Governador, dirigia-se diariamente ao seu periódico, onde lia os artigos, discutia os fatos e indicava o procedimento específico.

Incomparável Pedro Velho! Poderoso no comando político era sobretudo o homem do diálogo. Ouvia os amigos, recebia sugestões, acatava planos, congregando em torno de si as inteligências. Cascudo nos diz: “Detestava a violência, o processo de conquista pelo pavor, pela intimidação, pela compreensão torturante. Conquistava pelo lento assédio sedutor, pela demonstração que não era viável forma de persistência social fora de sua bandeira, desígnio e comando. Sua vitória real foi determinar no espírito de cada admirador, maioria positiva no Estado, a idéia arraigada e firme de que o CHEFE era indispensável, insubstituível e único. Ninguém, no seu tempo, comparou-o, mesmo intimamente, com qualquer outra criatura humana. Era emocionalmente superior aos limites normais da escala política.”

Era um apaixonado pela terra. Em discurso de aniversário abertamente confessa o seu bairrismo: “Eu mesmo me confesso bairrista. Não deste bairrismo improgressivo e emperrado que se imobiliza e se conquista em preconceitos locais, nem sempre dignos de louvor e imitação; não desse bairrismo petulante e vaidoso a quem tudo que está fora de nossas fronteiras se afigura inferior e suspeito; mas desse robusto e nobre sentimento que nos impele a bem servir e amar o nosso torrão local, desenvolvendo-lhe a força e provendo-lhe a felicidade.”

Nas suas memórias Eloy de Souza nos conta um episódio que mostra significativamente o espírito de grandeza de Pedro Velho. Jovem Deputado Estadual, uma vez Eloy discorda de um projeto enviado pelo Governador à consideração da Assembléia. Procura-o e expõe suas razões, terminando por convencê-lo. Pedro Velho reúne os Deputados e na presença de todos relata o episódio, mandando retirar a iniciativa governamental. Por estes motivos, Pedro Velho era imensamente estimado. O Senador Eloy de Souza, em discurso pronunciado em 1937, talvez relembando o fato afirmou: “Há nesta Casa uma sombra eminente que vive na saudade de todos os dias e já adivinhaste que vou pronunciar o nome do Doutor Pedro Velho, aquele que substituiu na afeição o pai que mal conheci. A lição de servir aprendi com ele; as atitudes de altruísmo e desassombro, embora nativas, foi ele quem as aprimorou, encorajando-as nos raríssimos momentos das minhas discordâncias filiais.”

Os amigos que conheciam Pedro Velho eram fascinados por ele. Cascudo descreve a amizade de seu pai: “Nomeou Pedro Velho a meu pai em julho de 1892, Alferes do Batalhão de Segurança, promovendo-o a Tenente em agosto de 1895. Em 1900 meu pai deixou o Batalhão e foi comerciante com fortuna vária, até falecer. Morreu saudoso do Chefe que o chamava meu filho. Frequentara-lhe a residência, ouvira-o conversar horas inteiras, recebia-o em sua casa, desvanecido. Nasceu no mesmo 27 de Novembro que Pedro Velho, sete anos depois. Acompanhou-o até Guarabira, na última viagem. Velou seu corpo. Nunca lhe encontrou defeito nem possibilidade de compará-lo a outro mortal.”

Meu pai, Djalma de Albuquerque Maranhão, Deputado Federal e Estadual, Prefeito de Natal em dois mandatos, líder democrático incomparável, chefe incontestado da Cidade, também nasceu em 27 de Novembro, natalício de Pedro Velho. Promoveu as homenagens prestadas em 1957 à sua memória, emocionais e justas.

Musa da História! Canta Pedro Velho, idealista, legendário, fraterno, que escreveu uma nova saga política no Rio Grande do Norte, através da tolerância e da liberdade. Seu nome projetado através das brumas do tempo chega até nós, presença viva, bandeira tremulante, clarim a despertar as consciências.

Transmitiu límpidamente a certeza dos ideais em que acreditava como um dogma de fé. Serviu o Estado com a devoção de um apóstolo à sua Igreja. Ensinou a ciência da cordialidade no governo, cultivando as amizades e conquistando dedicações imorredouras.

Musa! Evoca Pedro Velho organizando os poderes públicos no Rio Grande do Norte, formando os quadros administrativos, nomeando os juizes, enviando para o Legislativo as vocações necessárias! Transmite para as gerações o seu exemplo, para que estas, alcançadas pelo fogo sagrado do patriotismo, possam caminhar para o futuro, trazendo nos seus corações os grandes ideais da humanidade e o amor imenso da grandeza do Brasil.

PALAVRAS DE SYLVIO PEDROZA - ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO “ALBERTO MARANHÃO” A ALBERTO MARANHÃO JÚNIOR.

Relata Mestre Cascudo que Fabrício Gomes Pedroza, pernambucano de Nazaré, fundou em 1847 em Guarapes, à margem do Potengi e a meio caminho entre Natal e Macaíba, um dos mais avassalantes e prestigiosos domínios comerciais de que há notícia no Rio Grande do Norte.

Seu braço direito, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, também pernambucano de Nazaré, casou em 9 de dezembro de 1851 com Dona Feliciano Maria da Silva Pedroza, filha de Fabrício Velho. Dos catorze filhos havidos desta união, três se destacaram como pró-homens na história da nossa província, projetando-se no cenário político e social por sua inteligência e devotamento à causa pública e aos interesses maiores da comunidade, do fim do século 19 ao início do século 20. Eram eles:

PEDRO VELHO - organizador do Estado Republicano. abolicionista, chefe político incontestado;

AUGUSTO SEVERO - precursor da navegabilidade aérea, construtor do dirigível “PAX”, cuja queda em Paris interrompeu-lhe a vida inteiramente dedicada à conquista do ar; e

ALBERTO MARANHÃO - O mais moço. Superiormente dotado, jornalista, político e administrador voltado para o futuro, tomou-se símbolo e paradigma da cultura norte-riograndense. Governou o Estado por duas vezes - de 1900 a 1904 e de 1908 a 1912. Sua administração dedicada ao progresso e ao bem-estar dos conterrâneos, caracterizou-se principalmente pelo apoio incansável às iniciativas culturais. A chamada “Lei Alberto Maranhão”, de sua autoria, exemplifica essa preocupação ao estabelecer como obrigação do Estado a publicação de todos os livros considerados úteis ao desenvolvimento da cultura no Rio Grande do Norte. Seu tempo foi um período áureo em nossa terra, que viveu dias de refinamento, pontilhados de manifestações inteligentes e de brilho intelectual, estimulados pelas visitas de artistas europeus trazidos a Natal para animar os saraus do Teatro, que seu governo fez construir e hoje ostenta seu nome.

Não seria este o momento para o retrospecto analítico da vida e da obra de Alberto Maranhão. A história já lhe fez justiça, colocando-o no lugar de honra que merece, ao lado dos mais eminentes norte-riograndenses de todos os tempos. E Vossa Excelência, Senhor Governador Geraldo Mello, na simplicidade desta cerimônia, renova essa veneração de nossa terra ao outorgar a Alberto Maranhão Júnior, último filho sobrevivente, a medalha em que refulge o nome glorioso de seu pai.

Ao fazê-lo, Vossa Excelência está homenageando a própria cultura potiguar, da qual Alberto Maranhão foi símbolo maior. E nos dá eloqüente testemunho de sua convicção de que qualquer obra de governo, para ser digna desse nome, necessita estimular e prestigiar os valores intelectuais, artísticos e culturais, elementos básicos da vida e do progresso de qualquer comunidade.

Honrou-me Alberto Maranhão Júnior ao solicitar que agradecesse, em seu nome, esta homenagem.

Faço-o com orgulho e emoção, na qualidade de integrante da família.

Unidos aqui, em torno da memória de Alberto Maranhão, nosso pensamento vai para os norte-rio-grandenses, os homens simples, artífices anônimos do nosso progresso e da nossa grandeza; para os vaqueiros nos campos largos e nos moirões das porteiras; para os pescadores, nas nossas praias inigualáveis, de volta das longas jornadas do mar; para os lavradores heróicos, tenazes no amanho da terra, tantas vezes ingrata, negando-se ao benefício das colheitas; para os mineradores, a arrancar das asperezas do solo novos elementos de riqueza e recuperação econômica; para os trabalhadores do sal e da carnaúba; para os criadores das belezas rústicas do artesanato popular; para os operários de nossas fábricas e usinas; para as expressões integrantes e propulsoras do comércio e da indústria; para os que constituem e representam o nosso patrimônio de inteligência, arte e cultura.

Para todos os potiguares, anônimos e infatigáveis, que tecem no seu labor a civilização e o progresso da nossa terra, vai o nosso apreço e a nossa admiração. A serviço do Rio Grande do Norte devemos estar, como o fez Alberto Maranhão. E como ele propagaremos sempre, dentro e fora de nosso território, as qualidades da gente obstinada e acolhedora, forte e generosa, que habita a nossa província.

(Solenidade realizada no Rio - 2 de junho de 1989)

NOSSOS ÚLTIMOS TAPUIAS

Olavo de Medeiros Filho

(Sócio efetivo)

A carta régia de 14 de setembro de 1758 estabelecia as normas a serem seguidas, com vistas à localização dos indígenas que habitavam os sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. Foi encarregado de tal operação o Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, Juiz de Fora da cidade de Olinda e vila de Santo Antônio de Pernambuco, que, para êxito de sua missão, assinou um edital a 13 de maio de 1761, determinando a data de 12 de junho do mesmo ano, para que os tapuias Paiacus aldeados na Lagoa do Apodi, fossem transferidos para a Serra de Santana, do Regente ou Dormentes, hoje denominada de Serra de Portalegre. No dia 24 de junho, chegavam finalmente ao local que lhes fora destinado, setenta e tantas famílias indígenas.

Pouco tempo depois, no dia 8 de dezembro de 1761, a povoação foi elevada à condição de Vila, em cumprimento ao Aviso do Secretário do Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, de 17 de julho do dito ano. Surgia então a vila de Portalegre, uma homenagem prestada à cidade do mesmo nome, situada no Alto Alentejo, em Portugal.

Apesar de a finalidade da transferência dos tapuias para aquela serra, haver sido a de lhes proporcionar a oportunidade de se dedicarem à lavoura, os melhores terrenos aptos para culturas foram logo distribuídos pela Câmara Municipal aos seus protegidos, os fazendeiros da região, cabendo aos indígenas os lugares menos produtivos. Tal atitude gerou uma rivalidade entre os dois grupos étnicos.

Acha-se arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, um mapa estatístico cujo autor foi o então capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Datada de 31 de dezembro de 1805, a referida estatística nos fornece seguras informações sobre a população indígena, moradora na jurisdição da vila de Portalegre.

Segundo aquele estudo estatístico, os indígenas Paiacus da vila tinham como capitão-mor a pessoa de Nicácio Dias da Silva. A população indígena atingia o total de 400 indivíduos, sendo 189 do sexo masculino e 211 do feminino.

A população branca era de 262 pessoas. Existiam também 100 indivíduos da raça preta e 255 classificados como mulatos. Na jurisdição da vila de Portalegre, com 1.017 moradores, o contingente indígena tinha uma participação equivalente a 39,33%.

No ano de 1809, assolava a ribeira do Apodi um bando de indígenas pertencentes à jurisdição de Portalegre, capitaneados pelo cabecilha João do Pega. Assim era ele chamado, por ter vivido anteriormente no sítio do Pega, local

distanciado cerca de quatro quilômetros da cidade de Portalegre.

Aterrorizados com os constantes crimes e roubos de gado perpetrados pelo bando de João do Pega, alguns fazendeiros como Caetano Gomes de Oliveira, Francisco Xavier da Costa, José Joaquim de Amorim, Inácio Pereira Lontra, Vicente Ferreira de Souza, Agostinho Pereira de Oliveira, José Francisco Pinheiro, João José de Jesus, José de Jesus Oliveira, Manuel Pereira do Espírito Santo, Manuel Fernandes Campos, Manuel Pereira Casado, reunidos a seus escravos e outros moradores, num total de 40 homens, cercaram o chefe João do Pega e seus comparsas na Lagoa do Bamburral. Fica tal lagoa à distância de uns oito quilômetros da cidade do Apodi, ao nascente da mesma.

Cercados os ladrões de gado, travou-se um violento combate, tendo sido abatidos nove tapuias e três participantes do grupo repressor. Os fazendeiros Caetano Gomes de Oliveira, Inácio Pereira Lontra, Agostinho Pereira de Oliveira e Manuel Fernandes Campos saíram feridos da refrega.

Em poder do bando existiam três reses roubadas, além de ter sido encontrada uma grande quantidade de carne seca.

Os mortos foram enterrados à sombra de umas frondosas oiticicas, encontradas à margem direita da lagoa. Provavelmente ainda existem as pedras colocadas sobre as sepulturas, lembrando aqueles mortos. Segundo o cronista Nonato Motta, aquelas pedras ainda continuavam ali, 114 anos depois do episódio.

No ano de 1817 irrompeu a Revolução Republicana, liderada no Rio Grande do Norte pelo Cel. André de Albuquerque Maranhão. Na vila de Portalegre, o movimento teve uma entusiástica receptividade. Sobrevindo a contra-revolução, pretenderam as autoridades promover o recrutamento militar dos indígenas de Portalegre, para que os mesmos participassem da repressão aos revolucionários. Acharam por bem os referidos índios fugir de Portalegre, refugiando-se nos Cariris cearenses. Na ausência dos Paiacus, os moradores de Portalegre promoveram o aforamento das terras dos indígenas, queimando-lhes ademais suas palhoças. De tudo isso resultaram crimes e prisões de indígenas, ficando a cadeia local repleta deles.

Em 1820 chegava a Portalegre o sargento-mor de ordenanças José Francisco Vieira de Barros, líder da Revolução de 1817 naquela vila, finalmente libertado dos cárceres da Bahia. Reconhecendo as injustiças praticadas contra os índios, providenciou ele a libertação dos presos, concedendo terras aos que haviam sido espoliados.

No ano de 1825, os Paiacus atacaram a vila de Portalegre, tendo falecido na ocasião o capitão de ordenanças da localidade, Bento Inácio de Bessa, suicidando-se o então coronel Vieira de Barros. Liderou o movimento o nosso velho conhecido João do Pega, secundado por Luísa Cantofa, anciã indígena, a quem o povo apontava como feiticeira.

Derrotados os Paiacus, foram os atacantes presos e algemados. Na manhã do dia 3 de novembro de 1825, os ainda chamados “índios do Apodi” partiram de Portalegre, seguindo escoltados para a cadeia de Natal. Comandava o contingente uma autoridade do corpo de ordenanças daquela vila, o alferes Reinaldo Gaudêncio de Oliveira.

Ao chegar o grupo ao pé da serra de Portalegre, bem próximo ao sítio Viçosa (hoje, cidade do mesmo nome), determinou o alferes que dessem uma parada para descanso. Prosseguiriam a viagem no dia seguinte, bem cedo. No céu, densas nuvens anunciavam uma forte chuva.

Joaquim Cavalcanti, que servia de guia para o grupo, determinou que os presos se reunissem à sombra de uma imburana (que ainda existia em 1914). Joaquim providenciou então, a amarração do cabecilha João do Pega ao tronco da referida árvore. O alferes Reinaldo ordenou aos arrieiros que providenciassem o preparo do jantar, pois a chuva se aproximava.

Enquanto o fogo crepitava, uma idéia sinistra lavrou no meio dos arrieiros e da força pública: o assassinato dos índios presos! Com a acuidade auditiva própria de sua raça, João do Pega captou a conversa dos conspiradores. Dirigindo-se ao alferes Reinaldo, assim se expressou o tapuia: “Está ouvindo, Alferes ? Daqui a pouco serei assassinado por aquela gente. Quero fazer-lhe um pedido, como cristão: na minha cintura está amarrado um lenço encarnado, com uma pataca presa em uma das pontas; esse dinheiro é para mandar rezar uma missa, de que sou devedor às Almas do Purgatório. Se o dinheiro não for suficiente, “seu” Reinaldinho promete inteirar?”. O alferes, apesar de não dar crédito à denúncia de João do Pega, prometeu-lhe dar cumprimento à celebração da missa.

Não se equivocara o velho indígena. Depois do jantar, rezou-se um terço, após o qual foram os presos passados pelas armas! Foram autores do morticínio, dentre outros, Antônio Bezerra, Florêncio de Albuquerque, Antônio Caboba e o guia Joaquim Cavalcanti.

O alferes Reinaldo, por não concordar com o atentado e sendo impotente para contê-lo, preferiu afastar-se do local. Tudo consumado e já retirados os matadores do sítio, o alferes regressou ao local do crime, deparando-se com João do Pega estendido por terra, aparentemente morto. Reinaldo encontrou o lenço vermelho, a que se referira João do Pega, embebido de sangue. Desatando-lhe uma das pontas, encontrou a pataca (320 réis) destinada à celebração de uma missa pelas Almas do Purgatório. Em seguida retirou-se para Portalegre, a exemplo dos demais, que já tinham regressado anteriormente.

Alta noite, a chuva já tinha cessado e a lua iluminava o tétrico cenário. O cabecilha João do Pega, tendo recobrado os sentidos, levantou-se e olhou ao redor de si. Contemplou os cadáveres dos seus companheiros, molhados pela água da chuva. Os ferimentos não tinham sido graves, e ele escapara com

vida! Com certa dificuldade, conseguiu ele livrar-se das cordas que o prendiam à imburana. Finalmente livre, correu em direção à Serra dos Dormentes (a mesma serra do Regente ou de Santana), a fim de se esconder nas grutas ignotas!

No dia seguinte foi providenciado o sepultamento dos mortos, não se tendo dado conta do desaparecimento de João do Pega.

Já decorrido mais de um ano, alguns caçadores descobriram João do Pega, na Serra dos Dormentes. A notícia logo se espalhou na região. Posteriormente João do Pega foi perdoado pelo Governo, o que ensejou o seu regresso ao sítio do Pega, voltando então a morar em sua palhoça.

Conta a tradição que achando-se João do Pega doente, perguntaram-lhe a sua idade. O velho indígena respondeu: “A minha idade está naquela bruaca”. Ao falecer João do Pega, encontraram no interior da referida bruaca 75 castanhas de caju, que indicavam os anos por ele vividos...

Quanto à velha tapuia Luísa Cantofa, gravou a tradição popular os seus últimos dias de existência. Fora ela, a exemplo de João do Pega, instigadora da revolta dos indígenas, por ocasião do ataque desferido pelos mesmos à vila de Portalegre, em 1825. Presos diversos tapuias, inclusive João do Pega, a velha indígena Luísa Cantofa refugiou-se, em companhia de sua neta Jandí, nas grutas da serra de Portalegre. Outros indígenas mais afortunados haviam fugido para os Cariris cearenses. Cantofa e Jandí esperavam que serenasse a ira do povo, a fim de poderem fugir para a companhia dos parentes.

Para sobreviverem, Jandí surrupiava alimentos nas roças e colhia cajus nos sítios da região. Foi certo dia avistada pelo proprietário de um desses sítios, que juntamente com outras pessoas interessadas, seguiu Jandí até o seu esconderijo. Descoberto o tuguírio, para lá foram indivíduos armados, que chegando àquele local, encontraram Luísa a dormir debaixo de um frondoso cajueiro.

Despertada para morrer, a velha tapuia abriu um pequeno oratório, pôs-se de joelhos aos pés da imagem do Cristo Crucificado, e iniciou então a rezar o ofício de Nossa Senhora. Jandí implorava ao povo presente, o perdão para a sua velha avó.

Um dos perseguidores constatando que a ira popular já estava abrandando, ante a reza da velha tapuia e o pranto de sua neta, aproximou-se de Cantofa, enterrando o punhal no peito da vítima, que caiu fulminada. No momento do golpe de punhal, a indígena acabara de pronunciar o trecho do Ofício de Nossa Senhora, que rezava: “Deus vos salve! Relógio, que andando atrasado serviu de sinal”...

Ante a morte da anciã, Jandí caiu desmaiada. Os participantes do grupo perseguidor retiraram-se, cabisbaixos. No dia seguinte foram dar sepultura a Luísa Cantofa, não tendo mais encontrado a jovem Jandí, cujo destino ficou para sempre ignorado...

Segundo a tradição popular, o local da morte de Luísa Cantofa corresponde àquele onde hoje existe a chamada Fonte da Bica, distante cerca de 400 metros do centro da cidade de Portalegre.

Afirma a tradição popular que durante muitos anos, o lugar do falecimento da velha Luísa ficou mal-assombrado. Algumas pessoas que dali se aproximavam, ouviam claramente uma voz a rezar o Ofício de Nossa Senhora...

E, assim, foram estes os últimos registros que se conservaram, sobre os nossos velhos tapuias...

MOTTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. do Norte, vols. XVIII e XIX- nº s.1 e 2-1920-1921;

INFORMAÇÕES SOBRE OS PAIACUS; O CABECILHA JOÃO DO PEGA, manuscrito oferecido por Nonato Motta ao Inst. Hist. e Geogr. do R. G. do Norte, em 1º de fevereiro de 1923.

UM CAPÍTULO DE VELHAS MEMÓRIAS

José Nazareno Moreira de Aguiar
(Sócio Efetivo)

Atendendo ao atencioso convite do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte para colaborar na revista editada pela veneranda instituição, desde que o trabalho fosse de fundo histórico e inédito, resolvi escrever um capítulo de minhas memórias, para recordar fatos e acontecimentos ligados à minha família, o que me proporciona grande satisfação.

Casado com Maria do Carmo Cunha de Aguiar, estamos às vésperas de festejar o nosso cincoentenário matrimonial, as tradicionais Bôdas de Ouro.

Era lógico e natural, portanto, eu tivesse possuído avós paternos e maternos, embora com a oportunidade de apenas ter conhecido minha avó materna, que foi a senhora Porcina Peixoto Moreira, viuva do português Manoel Moreira, ambos falecidos nesta cidade. Contavam, respectivamente, setenta e cinco e noventa e seis anos, e foram sepultados no cemitério do Alecrim.

Tenho o dever de declarar que minhas origens são paraibanas, pois meus avós paternos eram de Guarabira, chamando-se Francisco Aguiar e Maria Aparecida, e avós maternos de Mamanguape, com os nomes de Afrosina Silva Peixoto e Apolinário Moreira. Esses meus avós eram agro-pecuaristas e morreram muito velhos, deixando descendentes, segundo informações que conseguimos colher junto a seus conterrâneos e vizinhos de propriedades.

Os meus avós Maria Aparecida e Francisco Aguiar tiveram dois filhos: Manoel Raimundo de Aguiar e Francisco. O primeiro deles foi meu pai - Manoel Raimundo de Aguiar, que ainda rapaz veio morar e trabalhar em Natal. Estudou e fez o curso de guarda-livros, tendo exercido essa profissão em várias firmas comerciais desta capital. Depois de casado, ficou viuvo, deixando os seguintes filhos menores: Manoel Raimundo de Aguiar Filho, Elizabete, Maria da Glória, Creusa, e Neusa, a única que está viva, contando 86 anos. Após alguns meses de viuvez, contraiu matrimônio com uma das filhas da sra. Porcina Peixoto Moreira e do sr. Manoel Moreira, que era o nono filho daquele casal, de nome Maria Luiza.

O casamento de meu pai realizou-se na matriz do Senhor Bom Jesus das Dores, matriz da Ribeira, sendo a noiva mais jovem do que ele. Os recém casados foram residir na rua das Virgens, atualmente denominada Câmara Cascudo, uma das movimentadas ruas comerciais da Ribeira. Minha mãe - Maria Luiza Moreira de Aguiar - teve a infelicidade de perder os seus dois primeiros filhos - Maria Nazaré e Ramiro, os quais haviam nascido na casa alugada naquela rua, tendo meu pai comprado uma ampla casa localizada na cidade Nova, que era o atual bairro Tirol, na rua Apodi, imediações da Aveni-

da Prudente de Moraes. Meus pais, já falecidos, deixaram os seguintes filhos, todos residentes nesta capital: o autor deste artigo e seus irmãos Reinaldo, Rosaldo, Geraldo e Maria Reasilvia.

O meu tio Francisco foi comerciante em Nova Cruz, não casou, não deixando filhos. Morreu naquela cidade.

Minha avó Porcina Peixoto Moreira, ao falecer, deixou os seguintes filhos: Manoel Peixoto Moreira, José, Jonas, Joaquim, Francisca, Margarida, Ana Angélica de Castro e Teresa Pereira Lago. Todos de cor branca, cabelos castanhos claros, com estatura acima da média, nascidos em Natal.

II - O ROMANCE AMOROSO DE MINHA AVÓ MATERNA

Sendo eu neto de português, pelo lado materno, desejo enfatizar os episódios interessantes que marcaram o romance amoroso, na mocidade, de minha avó Porcina Peixoto Moreira, ao tempo em que ela residia com os seus pais, em Mamanguape, com o jovem português que morava na cidade de Porto, em Portugal.

Como atualmente ainda acontece, o Brasil sempre despertou interesses noutros países, pelas nossas riquezas naturais do solo e sub-solo, em todas as suas regiões, pelas belezas existentes e cordialidade demonstrada pelos brasileiros. Atraídos por inigualáveis atrações, estrangeiros de várias nacionalidades escolhem o Brasil para suas viagens turísticas, os quais são, geralmente, apelidados de "galegos".

Numa dessas visitas, a cidade de Mamanguape recebeu o português Joaquim Moreira, que nela se estabeleceu como comerciante de algodão, couro e peles de animais. Gostando da cidade e pela maneira cordial com que fora tratado pela população, nela permanece quase um ano, e antes de viajar escreve ao seu irmão Manoel, que ficara na cidade de Porto. Convida-o para também conhecer o Brasil, dando-lhe o roteiro para chegar a Mamanguape, que oferecia boas perspectivas para o comércio, conforme ele próprio estava testemunhando. E para animar o irmão Manoel, diz-lhe que fica aguardando sua breve chegada.

Ao receber a carta, que lhe animara a também viajar, pois igualmente ao Joaquim tinha espírito de aventura, estando na idade em que os jovens gostam de viajar para conhecer o desconhecido, não pensa duas vezes e embarca para o Rio de Janeiro. Da "Cidade Maravilhosa", segue para Natal, e aqui chegando facilmente pega um ônibus que se destinava à capital paraibana, tendo o cuidado de saltar na primeira parada, que era a cidade do seu destino.

III - AS PRIMEIRAS SURPRESAS DO MANOEL

Na pequena cidade paraibana, também foi fácil descobrir, na praça João Pessoa, a pensão familiar, pertencente à dona Maroquinha. Transposto o batedor de entrada, encontra-a à espera, pois ela o vira quando Manoel, com a mala de couro na mão e pacote sob o braço, dirigia-se para sua pensão. Informado que havia vaga na hospedaria, ele trata logo de conhecer as condições que lhe eram exigidas, preço da diária, horário das refeições, dizendo, por sua vez, preferir quarto individual, tendo cama e com direito a banhos.

Ao fornecer os dados solicitados para o preenchimento da ficha de hóspede, dona Maroquinha constata o que pensára: era outro português, aliás muito parecido com o Joaquim, que em sua pensão se hospedara por alguns meses. Ao registrar o nome - Manoel Moreira, indaga-lhe se por acaso ele era irmão do Joaquim, também português e que em sua pensão estivera hospedado até o mês passado. Recebendo resposta afirmativa, o novo hóspede indaga-lhe, muito interessado: - a senhora sabe me dizer onde ele está? - Me informaram que o Joaquim viajou pra outro Estado. Talvez Pernambuco, Rio Grande do Norte ou Maranhão. Ele sempre dizia que gostava de viajar...

Com a surpreendente informação, Manoel senta-se no velho sofá de agave e fica meditando por instantes. Depois, indaga onde fica o seu quarto e entra pelo corredor resmungando palavras enroladas, que dona Maroquinha acha serem descomposturas ao irmão.

Na manhã do dia seguinte, encontra e entra numa mercearia, cujo dono, ao recebê-lo no balcão, diz chamar-se Manoel Moreira. Surpreendido, diz-lhe ter o mesmo nome e também ser comerciante, mas na cidade de Porto. O paraibano indaga-lhe: em Porto Alegre? - Não, é uma importante metrópole do meu país, Portugal. Viajo prá conhecer o Brasil e encontrar-me com o Joaquim. Mas o safado do meu irmão deixou esta comuna. Foi-se embora...

IV - MUDANÇA DE NOME PARA ENTRAR NO COMÉRCIO

Decorridos alguns dias, o português de estatura alta, robusto, cabelos alourados e de olhos esverdeados, torna-se conhecido e estimado pelos habitantes de Mamanguape. Para melhor identificá-lo e evitar confusão com o comerciante Manoel Moreira, o povo começa a chamá-lo de *português de olhos de gato*. Gostando do apelido, resolve ir ao cartório local e registra-se com o nome de Manoel Moreira Gato. Fica, portanto, com dois registros de identidade: o que trouxera de Portugal e o novo, com o qual passa a usar M.M. Gato, nos documentos de sua firma, a partir de então.

Entretanto, não quis explorar o ramo de mercearia, como o seu xará, mas dedicar-se ao comércio de compra e venda de algodão, estivas, cereais, couro

de gado vacum e peles de animais. Usando sua simpatia pessoal, em pouco tempo fez bom relacionamento comercial, mantendo-se correto em seus negócios.

V - RELACIONAMENTO SOCIAL E NAMORO

Ainda jovem, com seus 22 anos, também fez amizade com os rapazes e moças da cidade, embora nos primeiros meses de residência não tivesse perdido o hábito de sua terra de chamar as moças (senhorinhas), de raparigas, costume esse que lhe causa vários aborrecimentos, tanto com os familiares das moças solteiras ou com os namorados das mesmas. Era assíduo frequentador, nos fins de semanas, dos bares da cidade e quando solicitado gostava de cantar fados e canções lisbonetas, acompanhado ao violão. Considerado bonito e rico, as moças costumavam passar pela calçada dos bares onde o Manoel estivesse, mantendo com ele animadas conversas. Dentre elas, a jovem Porcina Peixoto era uma que mais se destacava e merecia atenções especiais do rapaz, apesar da oposição de suas colegas do grupo escolar e de outras que tentavam namorá-lo.

VI - A MOÇA PARAIBANA SAIU VITORIOSA

Segundo um ditado popular - casamento e mortalha no céu se talha-o namoro de minha futura avó Porcina com o português Manoel deu tão certo, que o rapaz teve de acabar um xodó que mantinha com uma cabocla, a troco de bons presentes e alguns trocados. O segredo foi recompensado com alguns beijos de sua querida Porci.

Um romance inesperado como este, somente poderia terminar em casamento, o que de fato aconteceu, depois que a família dos pais da noiva transferiu sua residência para esta cidade dos Santos Reis Magos.

A brasileira Porcina Peixoto Moreira e o português Manoel Moreira foram muito felizes e de seu casamento nasceram nove filhos.

IN MEMORIAM DE GEORGINO AVELINO

Gilberto Avelino

(Sócio efetivo)

Chego a esta venerável Casa, unguido de humildade, e, por antecipação, experimentando o júbilo, que, aliás, é indescritível, ante a salutar convivência com os meus eminentes pares.

A escolha fora generosa, gratificando-me em profundidade.

Venho a perguntar-me, diante da honrosa assunção, o que fiz para merecê-la?

Consola-me, todavia, o revigoramento da convergência - nos planos profissional e intelectual, à busca da verdade científica e das coisas superiores, a que me tenho proposto, valendo-me, para tanto, do empenho, da obstinação e da crença.

Na minha vida, de caminhos abertos com a pertinácia do trabalho, e sob o sopro renovado e benfazejo da fé, faço o exercício da advocacia, da qual, ao longo do tempo, jamais me desabracei, e à poesia consagro-me.

Ela é a herança de que me acresço, posto que advinda do meu pai, o poeta Edinor Avelino, com quem aprendi a povoar a alma de ideais e de sonhos.

Agora, não hei de sentir-me tão acercado da solidão de ilhas...

Passo, também, a participar convosco da funda e alentadora presença da memória.

Cumpra-me, portanto, proclamar: caros confrades, sou grato pela distinção que me propiciastes; procurarei dignificar o título outorgado, e ao vosso orador - nobre artífice da palavra e íntimo vizinho do saber, e que tem, como eu tenho, o amor incendiado ao chão de sal, que sara, encanta, embala e nutrenos com a mesma seiva do leite materno, ao vosso orador, a título de agradecimento à sua palavra, reacendo-lhe, com idêntica ternura, a homenagem que lhe fora prestada por meu pai, elevando o seu canto:

“Várzea do Assu

É o livro de Manoel Rodrigues, que agradeço.

Da amada gleba, a história, ele sabe contar.

Dando-lhe os parabéns, com o mais sincero apreço.

Aperto a mão do ilustre escritor potiguar.

Também na várzea, eu pequeno e travesso.

Tudo ali, para mim, se tornou familiar.

Retrata aldeias, mostra o livro que enalteço,

o vale em flor, que eu vi, adormecido, ao luar.

*Na fartura e na paz do seu viver, outrora,
dos pássaros ouvi a alvorada sonora.
Menino nadador, audaz, vibrante e nu,*

*na lagoa formosa, o banho me aprazia,
e desde a infância doce e cheia de poesia,
nunca mais esqueci nossa várzea do Assu.”*

Senhores, agora coloquemos em evidência, pelo grato transcurso do seu centenário de nascimento, a singular figura do Senador Georgino Avelino, subordinando-nos ao tema: o homem e a sua dimensão política.

Do DICIONÁRIO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, que pereniza, pelo alto merecimento, as pessoas com as circunstâncias que as envolveram, extraem-se relevos das estações da vida de José Georgino Alves de Souza Avelino:

-“ José Georgino Alves de Souza Avelino nasceu em São José de Angicos no dia 31 de julho de 1888, filho do jornalista Pedro Avelino, fundador dos jornais A Gazeta do Comércio e Diário da Tarde, e de Maria das Neves Alves de Souza Avelino.

Fez os estudos primários na Escola Modelo de Natal. Seguiu o curso de humanidades no Atheneu norte-rio-grandense, prestando alguns exames finais no Liceu Paraibano. Em 1911, diplomou-se como bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Em 1912, exerceu as funções de adido consular na cidade de Gênova. Em 1924, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Norte (12ª legislatura federal) até 1926. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, lutou ao lado dos paulistas. Após a derrota das forças paulistas, veio para o Rio, onde retomou a atividade jornalística, escrevendo editoriais para diversos jornais da capital federal. Em 1937-1941, foi secretário-geral da Universidade do Distrito Federal e diretor de Turismo e Propaganda da Prefeitura do Distrito Federal. Foi nomeado interventor federal do Rio Grande do Norte, em agosto de 1945. Elegeu-se Senador à Assembléia Nacional Constituinte pelo PSD. Empossado em fevereiro de 1946, ocupou o cargo de primeiro-secretário da Constituinte. Com a promulgação da nova Carta (18/09/46) e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, exerceu seu mandato até janeiro de 1955. Foi primeiro-secretário do Senado em 1948 e em 1950, tendo chefiado por três anos a comissão de Relações Exteriores, e foi líder do Governo no Senado. Integrou por duas vezes - 1952 e 1954, a delegação brasileira aos trabalhos da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Foi reeleito senador pelo PSD em outubro de 1954, iniciando o seu segundo mandato em fevereiro de 1955. Fundou e dirigiu o Rio Jornal com Inácio Azevedo e João do Rio, colaborando com a Gazeta de Notícias e o Diário Carioca. Fundou a Rádio Cabugi e foi redator-chefe de O País. Foi ainda presidente do Banco Industrial Brasileiro e escrivão do 1º Ofício da 2ª Vara da Fazenda Pública. Além da obra intitulada Caxias para a juventude, publicou palestras e conferências. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 02 de abril de 1959. Foi casado com Maria Giovana Margherita Astengo Avelino, de nacionalidade italiana. Deixou cinco filhos.”

Há cem anos, como seria a terra ou o chão a que se denominou de São José de Angicos?

Tem-se essa imagem, projetada pela ótica do escritor Aluísio Alves, in ob. A PRIMEIRA CAMPANHA POPULAR NO RIO GRANDE DO NORTE, à pág. 10:

“A posse de terra para criação de gado adquirida nos idos de 1700 por Antônio Lopes Viegas, o arruado pequeno e triste em torno da capela católica, uma pequena população lutando para fazer progredir a vila humilde, era, em 1875, a hoje cidade de Angicos”.

Sob o sol do sertão profundo, entre a harmonia das águas correndo nos amplos lajedos e o alongar-se feliz do olhar do gado sobre a vastidão do verde, nasceu o futuro constituinte de 1946, o Senador da República.

E, de certo, cresceu ouvindo a bela história do seu povo, nas lutas pela reconquista da condição de Vila de Angicos - em 1836, até o definitivo tremular da bandeira da sua emancipação, conquistada em 1850.

Repergunto-me: a terra, o chão onde se nasce, teria influência no dimensionamento da inteligência humana? E a terra não seria o coração da vida, posto que “*o coração estremece por formas invisíveis*”, na conceituação genial de Tobias Barreto?

Angicos, indubitavelmente, floresceu na doação de inteligências poderosas. E são angicanos:

- AFONSO BEZERRA. Desaparecido aos 22 anos de idade, à semelhança de estrela que correu, rapidamente, nos céus da noite, edificando, antes, ensaios e contos definitivos e constituía-se na mais bela esperança de alto defensor do verbo de Deus.

- Capitão JOSÉ DA PENHA (tio do Senador). Impetuoso e valente, trazia, no braço, a inexpugnável resistência do cacto, no coração, a sonoridade domi-

nante dos campos, na cabeça, o vigor das novas idéias, e, na voz, o esplendor do Cabugi sob relâmpagos.

Queria, com a argúcia penetrante, a força dos punhos indomáveis e o magnetismo da eloquência, mudar o curso da geografia política do Estado, buscando consolidar o império da compostura pública e impor o regime da seriedade dos superiores princípios de que se devem nutrir os governos. Morreu lutando pelo ideal em que cria, apaixonadamente.

- PEDRO AVELINO. O notável jornalista. Onde estivesse, fundava jornal, instrumentando-o com a exata informação e a perfectibilidade dos conceitos. Portador de invejável estilo, primava pela propriedade certa e rica da palavra. Combativo, vibrante, exímio espadachim da pena, enfrentou, no Estado, o ódio e os desmandos de uma oligarquia repulsiva. Fez jornalismo no sul do País e nivelou-se às maiores expressões da grande imprensa brasileira.

- EMÍDIO AVELINO (irmão de Pedro). Altamente dotado de inteligência, herdando do pai, o amor à ciência do Direito, e autodidata como ele, não lhe foi impossível, pelo pertinaz estudo, o seu relativo domínio, visto que não lhe faleciam, também, obstinação, esforço, luta e fé.

Era um vocacionado para o árduo embate forense, e, irresistivelmente, predestinado à liderança política maior.

Os seus mandatos de Deputado Estadual obedeceram à seguinte cronologia:

- 5ª Legislatura (1904-1906);
- 6ª Legislatura (1907-1909);
- 8ª Legislatura (1913-1915); e
- 11ª Legislatura (1921-1923).

- ALUÍZIO ALVES. Ex-Deputado Federal e ex-governador do Estado. Atualmente, Ministro de Estado. Jornalista, escritor, corajoso. Magnífico orador - arquiteto do verbo incandescente junto às esperanças do povo. Depois do Capitão José da Penha, ninguém o suplantou, até agora, no conduzimento das multidões em delírio cívico. Lúcido e irremovível vocação de homem público.

Voltemos a Georgino Avelino.

Além "*da seiva produzida na brava, a orgânica*", como diria, mais tarde, o saber de Dioclécio Dantas Duarte, cresceu também, debruçando-se sobre a fecundidade das várzeas ou sobre a aridez dos vastos ariscos, na soberana visão trazendo a luminosidade do sol da sua terra.

Após o tenaz combate à oligarquia dominante no Estado, ele emigrou, acompanhado do seu pai, o jornalista Pedro Avelino.

A oligarquia Maranhão fechou-lhes o espaço no Rio Grande do Norte.

Eis o canto de protesto e em homenagem, construído pelo poeta Edinor, ao seu tio Pedro Avelino, cujo jornal fora arrebatado pelas botas dos esbirros policiais da época:

"PEDRO AVELINO

*Denodado, investiu contra o governo, quando
este, o querido Estado, humilhava e oprimia,
combatendo o domínio afrontoso, o desmando
de uma devastadora e odienta oligarquia.*

*A corja policial, num assalto nefando,
destruiu, em represália, o órgão que dirigia,
o vibrante jornal em que vinha lutando
em prol da liberdade e da democracia*

*Altas funções, mais tarde, exerceu. Como dantes,
na grande capital do país, em proveito
do regime, empenhou-se em cruzadas brilhantes.*

*Jornalista de escol, seu renome perdura.
A sua vida foi um exemplo perfeito
de trabalho, civismo, honradez e bravura".*

Georgino Avelino - como vos disse, pela imposição das circunstâncias políticas, emigrou, voltando, porém, ao Estado, em 1924, para disputar o mandato de Deputado Federal, que, por fim, lhe foi conferido pelo voto.

Não conseguiu, ao término desse mandato, ser reconduzido à Câmara Federal. Os seus adversários obstaculizaram-lhes os passos.

Há uma grandeza de episódio a por-se em registro: ao seu primo Edinor e ao poeta Otoniel Menezes, Georgino dissera-lhes, por forma lírica e profética: *"dominem o Estado, pelo ideal e pelo sonho. Eu ainda voltarei"*.

E houve o melhor riso entre as três grandes inteligências, acompanhado do gesto da esperança.

Sob o signo do triunfo, retornou Georgino ao Estado, como Interventor Federal, em agosto de 1945.

Havia o compromisso com o futuro: buscar, com o seu glorioso PSD, que

fundara, os caminhos à democracia, lutando e contribuindo para a eleição, à Presidência da República, do General Eurico Gaspar Dutra, dando, depois, o vigoroso concurso à eleição do estadista Juscelino Kubistchek de Oliveira à suprema Magistratura do País.

É, sobretudo, interessante anotar-se, pela dinâmica da luta no proselitismo de Georgino, o depoimento do escritor Veríssimo de Melo, evidenciado na palestra que proferiu sobre Luis da Câmara Cascudo na Academia Norte-riograndense de Letras:

“Na campanha política de 1945, redemocratização do país - acompanhamos Cascudo numa visita que os líderes políticos da época, Georgino Avelino, José Varela, João Câmara e Dioclécio Duarte fizeram à cidade de Caicó. Eu - diz Veríssimo - era repórter da caravana oficial, chamado de 'escriba' pela oposição. Cascudo ia como a grande atração da comitiva para fazer conferência sobre a história de Caicó. Era estratégia do velho político Georgino Avelino, a fim de atrair a multidão - como se tem feito ultimamente com Fafá de Belém. Tudo saiu às mil maravilhas. Cascudo brilhou, como sempre. Terminada a conferência, começou o grande comício político, que se prolongou pelo resto da noite.

No dia seguinte, pelas dez da manhã, no calor sufocante de Caicó, encontrei Mestre Cascudo já sentado no automóvel de chapéu, fumando charuto e ansioso para regressar a Natal. (Observem que todos fazíamos a campanha do General Dutra, cujo adversário era o Brigadeiro Eduardo Gomes). Na passagem, Cascudo chamou-me e pediu-me que levasse ao Interventor Georgino Avelino a seguinte advertência:

- Diga ao Interventor Georgino que, se ele demorar mais dez minutos para voltar a Natal, eu adiro ao Brigadeiro Eduardo Gomes.

O recado foi dado ao pé da letra”.

Sobreleve-se: pela inspiração do Senador Georgino, surgiu “*O Democrata*” - jornal que marcou nova fase no campo do jornalismo político no Estado, resplandecendo, ali, o talento de Elói de Souza, Veríssimo de Melo, Esmeraldo Siqueira, Antônio Pinto de Medeiros e Joanilo de Paula Rêgo.

Sem a menor sobra de dúvida, foi o Senador Georgino Avelino a expressiva e marcante figura de político e diplomata, conquistando, pela superioridade do pensamento, dimensão nacional.

No Estado - como se viu, confiaram-lhe a fundação de um partido, o PSD, que fizera vitorioso, e, ao seu fundador, consagrou-se a perenidade de legenda.

Sonoro, soberbo, olímpico na arte da oratória. Pujante sociólogo, notabilizado pela conferência d' "*A necessidade das Pátrias*", em cujas páginas assinalou o grande e saudoso Dioclécio Dantas Duarte - de formoso estilo literário, desperta a vibração cívica de um invencível garibaldino, encantado pelos episódios peninsulares com as diretrizes dos ensinamentos de Beneditto Croce".

Senhores, seja dito: os adversários de Georgino estavam, irrefragavelmente, batidos, visto que perderam as eleições de Presidente da República e Governador do Estado.

Era a supremacia do talento do Senador, além do Cabugi em cismas.

Impunha-se, aos seus vigilantes e competentes adversários, a pressa de afinarem os clarinetes aos ouvidos do saudoso Governador José Varela. E este lançou-se à tentativa de fazer o seu sucessor na pessoa respeitável do seu primo, o Dr. Manoel Varela.

Foi um dos maiores desafios à genialidade política do bravo angicano.

Dois altos desígnios nutriram o comportamento do Senador Georgino: o da preservação da amizade ao Governador José Varela e o da solidez pela unidade partidária nos quadros do seu querido PSD, objetivando novas vitórias.

Veio, sob grave atmosfera de ansiedade, a noite em que houve a célebre reunião da Comissão Executiva Estadual do PSD.

Pela importância histórica dessa reunião de 23 de fevereiro de 1950, realizada às 20hs, no último andar do Edifício BILA, na Ribeira, faz-se mister ouvir o sereno e autorizado depoimento do então Deputado Estadual Antônio Soares de Araújo Filho, a quem o Senador Georgino, carinhosamente, chamava de Antoine.

Ouçamo-lo:

"Proclamado o resultado da votação (a rejeição, por maioria, da renúncia da candidatura do Senador Georgino Avelino ao Governo do Estado), o Governador convida os amigos para acompanhá-lo à Vila Potiguar onde pretendia tomar algumas providências. A ata continua: 'Então surgem apelos no sentido de demover o Senhor Governador dessa atitude. - O Deputado Antônio Soares apela para que ele somente tome essa deliberação definitiva dentro de 2 ou 3 dias, se todos os esforços para manter a unidade do Partido fossem baldados. O Governador respondeu que, apesar da estima pessoal ao Deputado Antônio Soares, não poderia atênde-lo; em face disso, o Deputado Antônio Soares declarou que aceitava a deliberação da maioria, porque só assim entendia a disciplina partidária. O Senador Georgino Avelino declara que havia renunciado em termos sinceros e, porque se considerava soldado fiel ao seu Partido, aceitava a manifestação da maioria e era obediente a essa manifestação. O Desembargador Thomaz Salustino faz veemente apelo ao Governador

e uma vez frustrado o seu desejo, a sua atitude era idêntica a que tomara o Deputado Antônio Soares. O Governador José Varela volta com a palavra e diz que só lhe cabia uma posição: retirar-se com os seus amigos. O Senador Georgino Avelino insiste ainda uma vez: acha que o Governador José Varela deve dar o exemplo de reflexão e que não deve cindir o Partido. O Rio Grande do Norte deve estar diante de nós. V. Excia. foi o companheiro que atingiu os mais variados postos, graças ao Partido Social Democrático. O senhor Aguinaldo Simonetti apela para o Senador Georgino Avelino insistir, perante os companheiros, na renúncia apresentada. O Senador Georgino Avelino rejeita a proposta porque respeita a maioria da Comissão Executiva. O Senhor Manoel Gurgel faz brilhante apelo ao Governador José Varela e recorda o compromisso que o mesmo assumira com ele, o Deputado Theodorico Bezerra e o Senhor Ubaldo Bezerra. O último a falar foi o Deputado Pedro Amorim que, vivamente emocionado, apela para o Governador José Varela não quebrar a unidade do Partido. Alega que tem a palavra de honra do Governador, no sentido de que, em hipótese alguma, o Partido seria cindido. O Governador responde que a pessoa do Deputado Pedro Amorim merece a maior consideração, porém não pode atender o seu pedido. Retiram-se, então, o Governador José Varela, Deputado Manoel Varela, Alfredo Mesquita, Aderson Dutra, Claudionor de Andrade e Senhor Aguinaldo "Simonetti".

Ob. "Dix-Sept Rosado", de Hélio Galvão, à pág. 13.

E vos digo: permaneceram, fiéis e irredutíveis ao lado do Senador, mantendo-lhe a candidatura, o Deputado Israel Nunes, Deputado Mota Neto, Deputado Dioclécio Duarte, Mons. Walfredo Gurgel, Deputado José Arnaud, Deputado Theodorico Bezerra, Prefeito Silvio Pedrosa, Dr. Francisco Ivo, Sr. Ubaldo Bezerra, Sr. Ruy Paiva, Sr. Manoel Gurgel, e o Desembargador Thomaz Salustino. E, pela mística da fidelidade partidária, pelo respeito ao voto da maioria, universalmente consagrado, ficaram também, com o Senador o Deputado Antônio Soares de Araújo Filho, que teve o seu voto inserido na ata daquela histórica sessão, e o Deputado Pedro Amorim, que acompanhou esse voto.

Ainda, com a palavra Antônio Soares de Araújo Filho, que, com precisa agudeza, aclarou:

"Estava comprovado que o plano de envolvimento da UDN era eficaz. O Governador não aceitaria outro nome que não fosse o de Manoel Varela. Só restava ao PSD escolher candidato, mobilizar o eleitorado e vencer o pleito juntamente com os seus aliados".

Ob. ref, à pág. 17.

Com efeito, formou-se a imbatível aliança com a convergência do PSD, PTB, PR e PSP - o Partido de Café Filho, indicando os nomes de Dix-Sept Rosado, Sylvio Pedrosa e Kerginaldo Cavalcante, para os cargos, respectivamente, de Governador, Vice-Governador e Senador da República. E, afinal, o Estado ressoou com o gigantesco sucesso eleitoral de Dix-Sept.

Diante da tragédia aviatória, ocorrida em Aracaju (Rio do Sal), em que perderam as vidas o Governador Dix-Sept Rosado e os seus companheiros de Comitiva, enlutando fundamente o Estado, o Senador Georgino telefonou do Rio para o Palácio. E Antônio Soares Filho, no prefalado Livro DIX-SEPT, à pág. 34, com leveza e sensibilidade, evocou a emoção do momento em cinza:

“À tardinha o telefone do Gabinete do Governador chama Sylvio Pedrosa que estava no salão de despachos determinando providências urgentes. Era o Senador Georgino Avelino chamando do Rio. Sylvio pede-me para atender. Quando me identifiquei o Senador disse: “Ah!, era mesmo com você que eu pretendia falar”. Depois de lamentar a catástrofe (deveria estar chorando, pois, o ora depoente conhecia o profundo sentimentalismo do velho Senador, várias vezes demonstrado em lágrimas) avisou-me que em breve viria cuidar das novas eleições. Respondi que não haveria novo pleito. Pediu-me para repetir o que dissera. Em seguida leu (estava com a constituição do Estado nas mãos) o dispositivo da substituição eventual e da sucessão, esta no caso da renúncia ou morte. Perguntei: ‘E então, não é sucessão?’ Disse-me com a voz pungente: ‘Antoine, meu filho, é um consolo, no meio de tanta dor, saber que não precisamos de novas eleições’.”

No coração do velho Senador, havia “*sinos doirados batendo*”.

A sua notável reeleição em 1954, marchando Georgino e Dinarte Mariz unidos. Os superiores ensinamentos dos discursos proferidos no Senado. A amplitude do discurso em favor da construção simultânea dos portos de Macau e Areia Branca, buscando a emancipação econômica do Estado. A chama da preocupação permanente com a grandeza do Rio Grande do Norte. E tudo se harmonizava para eternizar-lhe a força de legenda.

Esvaiu-se-lhe a vida. A 2 de abril de 1959, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o coração do forte angicano deixou de bater.

E, sob a melancolia do vermelho dos malvões de abril, no cemitério de São João Batista, ergueu-se do talento a voz do seu inseparável amigo Dioclécio Dantas Duarte:

“E o teu idealismo, ó grande e querido amigo, idealismo que nasceu com os teus antepassados intrépidos, ainda mais seiva produziu na tua bravura orgânica. Vestiste de uma raça de campeadores. Em tua estrutura se integram a alma

romântica de teu pai, Pedro Avelino, aquele lírico advogado dos oprimidos que parecia haver se batisado nas águas lustrais do messiânico Jordão e o sangue do heróico mosqueteiro que recebeu o nome de José da Penha, um novo Giuseppi Garibaldi, transpondo fronteiras na defesa permanente da liberdade, pela qual morreu de espada em punho, iluminado pelo sol abrasador do Ceará, comandando guerrilheiros desequipados”.

Aí está a grandeza do homem, que vivo há de permanecer e a sua elevada dimensão política ficou aliada ao tempo.

E ressalte-se: na primeira página, a 4 de abril de 1959, o “*Jornal do Comércio*”, por ele fundado em Natal, publicou a seguinte mensagem telegráfica, originária do Rio de Janeiro:

“Rio, 3 (JC) - Vítima de pertinaz doença, faleceu, ontem, às 22:35, nesta capital, o Senador Georgino Avelino, representante do Rio Grande do Norte perante o Congresso Nacional, membro da Executiva Nacional do Partido Social Democrático e principal dirigente desse partido naquele Estado.

O corpo foi translado de sua residência para o Senado Federal, de onde saiu às 16 horas de hoje, para o cemitério São João Batista.

Em ambas as casas do Congresso Nacional foi profunda a consternação causada pelo desenlace, tendo representantes dos vários partidos reverenciando a memória do morto. O Presidente da República, tão logo tomou conhecimento do fato, compareceu pessoalmente à residência do Ex-Senador, levando suas condolências à família”.

A Assembléia Legislativa do Estado, a requerimento do Deputado Mota Neto, e subscrito também pela integral composição dos seus membros, deferiu moção de pesar pelo falecimento do Senador Georgino.

Na mesma edição, noticiou o “*Jornal do Comércio*”

“O Deputado Manoel Avelino pediu que o Poder Legislativo se fizesse representar nos funerais do Senador Georgino Avelino, tendo o Dr. José Varela telegrafado ao Deputado Theodorico Bezerra, incumbindo-o desta missão.

Falaram na oportunidade os Deputados Mota Neto, Moacyr Duarte, Manoel Avelino, Garibaldi Alves, Radir Pereira, Luiz Maranhão, Ângelo Varela e Manoel Torres, exaltando as qualidades morais e os dotes políticos daquele ilustre conterrâneo, tendo o Presidente José Varela se solidarizado com a Assembléia Legislativa nos sentimentos de pesar pelo infausto acontecimento que enlutou todo o Rio Grande do Norte”.

Trechos - evidenciam-se - do requerimento do Deputado Mota Neto:

“A política, a cultura, a sociedade do Brasil, e, de maneira muito particular, do Rio Grande do Norte, enlutaram-se no amanhecer de hoje com a dolorosa notícia do falecimento do estadista e primoroso “gentleman” Senador Georgino

Avelino.

Em 1945, no Rio de Janeiro quando lá estava no trato das minhas atividades, foi-me dada a ventura feliz de manter o contato primeiro com o maior homem público da terra potiguar nesses últimos anos, o Senador Georgino Avelino”.

Ainda, a requerimento do Deputado Moacyr Duarte, suspendeu-se a sessão da Assembléia Legislativa, à semelhança do que ocorreu com a Câmara Municipal de Natal, após a sessão em homenagem, à memória do Senador.

Eis, também, um dos trechos da “Nota Oficial”, que a subscreveu o então Deputado Federal Theodorico Bezerra, na condição de Presidente do Diretório Regional do Partido Social Democrático:

“O povo do Rio Grande do Norte, sem distinção de cor política, deve estar sentindo o que a família pessedista experimenta nesse momento angustiante, quando vêem desaparecer a figura eminente e respeitável desse grande Chefe que, além de ter sido o fundador do Partido Social Democrático em nosso Estado, prestou os mais relevantes serviços à causa pública de nossa terra e, especialmente, à agremiação que recebia as dádivas de seus ensinamentos e de sua orientação de mestre nos domínios de sua vida partidária”.

E muitos sinais de consternação registraram-se na imprensa local e na do Rio de Janeiro.

À luz da contemporaneidade, e a nível de conceito a evidenciar-se, declarou o talentoso e combativo jornalista Ticiano Duarte, que o inesquecível Presidente e estadista Tancredo Neves revelara-lhe: *“Georgino Avelino foi um dos mais hábeis e perfeitos articuladores políticos que conheci. Inquestionavelmente, fascinava pela palavra e pelo talento”.*

E diga-vos: a sua palavra - pelo brando instrumento da evocação, entre nós ressoa:

“A política não será, pelo menos aqui, o extravasamento das retaliações, dos impulsos que levam, muitas vezes, a imprensa a paroxismos de degradação. Isto por que a política é uma forma ardorosa de combater, mormente de realizar e construir, que não exclue as atitudes contra as forças que procuram aniquilar os homens de bem e as instituições”.

Senhores, peço-vos, agora, escutai o meu Canto:

ANGICOS

*Retiro que acalméis, o'paz dos lajedos.
Das distâncias - vindo a harmonia das sanfonas.
Cantam e dançam as suaves camponesas.
Casa dos meus avós, adeus.*

*Ai mortos meus, onde estais?
- Corre-me nas veias o amor dos campos.*

*Cactos vibráteis, fortes -
braços do sertanejo se alongando
na alegria da colheita,
ou resistindo à dor funda das estiagens.*

*A tua voz azulando
as águas dos açudes cheios*

*Ao longe, o Cabugi cismando,
perto - o longo verde das pastagens.*

*Paz dos lajedos, retiro que acalméis.
Angicos de águas claras, serenadas, azulando.*

Afinal, observai e senti comigo - pela graça da "harmonia das coisas superiores": batem os ventos da noite na distante e solitária grimpada do Cabugi, e de lá vêm e descem até nós, em suaves sons de harpas, operando-se o alumbramento da ressurreição da memória, que ora floresce e amplamente esplende.

(Discurso de posse, proferido na sessão solene de 23.11.88)

O RENASCIMENTO DE CUNHAÚ

Valério Mesquita

(Sócio efetivo)

Câmara Cascudo, em sua Acta Diurna publicada em "A REPÚBLICA", em 13 de outubro de 1945, dizia:

"Não há trecho de terra mais sagrado para nós. Foi o primeiro núcleo industrial da Capitania e a região mais revirada pela guerra e molhada de sangue. Ali viveram os filhos descendentes do Fundador da Cidade do Natal. Ali lutaram Felipe Camarão e Henrique Dias. Ali viveu na tranqüilidade André de Albuquerque.

Lutas, festas, crimes, atrocidades, riquezas, alegrias, orgulhos, poderio, tudo passou como poeira ao vento solto.

Restam as ruínas negras, guardando a lembrança sem pausa do martírio. Sem túmulo, rondam, no silêncio da noite tropical, as almas dos sacrificados.

A Capela era o cemitério aristocrático dos Albuquerque Maranhão. É um altar inteiro, devocinário da religião instintiva, como os heróis que se dedicam ao Deus do Céu e ao Rei da Terra".

Em 1985, a Capela de Cunhaú foi restaurada pela Fundação José Augusto com o apoio das Fundações Pró-Memória e Roberto Marinho. A tarde festiva do seu ressurgimento, foi a maior emoção que vivi ao longo dos cinco anos que passei na F.J.A.

Ali há o convívio equilibrado entre o místico e o humano. Território livre da fantasia, Cunhaú é o grande palco onde melhor se revela a alma de uma época e os seus valores essenciais. Numa singular procissão de lembranças, hoje, os gestos, os passos, as silhuetas dos que povoaram o templo e as cercanias se eternizam. Cunhaú exerce sobre nós um poderoso fascínio, uma paixão obscura e recôndita, nunca aplacada nem satisfeita, a conduzir a imaginação em viagens lendárias e místicas, ao universo feudal dos Albuquerque Maranhão, dos fidalgos, dos colonos, dos escravos, dos religiosos, dos índios e dos invasores, como se tudo ainda estivesse suspenso no ar, como nos versos de Manoel Bandeira. A reflexão dessas paredes da Capela de Nossa Senhora das Candeias nos conduz a essa pátria dos sonhos, terra das ilusões, de almas taladas à ferro e a fogo, como se fora um desejado e atingível paraíso perdido.

Enfim, evoco a Capela de Cunhaú, neste canto de página emergida do escuro nebuloso e mágico, engrandecida na reconstituição de arquitetos, engenheiros, pedreiros e serventes, todos historiadores manuais de sua magnitude esplendorosa.

Hélio Galvão, à maneira proustiana, diz que o tempo perdido pode ser procurado. Talvez até recuperado. O poder da evocação pode fazer o milagre repassar aos nossos olhos a paisagem que desapareceu, as pessoas que já não vivem ou refluir aos ouvidos a voz emudecida e trazer de novo à memória, aos pedaços, episódios, fatos, gestos, modos que não vimos nem participamos.

A necessidade de restauração da Capela era um desejo acalentado há muito tempo. A decisão política culminou com a determinação do então Presidente da SPHAN - Pró-Memória, Dr. Marcos Vinicius Vilaça, através da visita a mesma conosco acompanhado, em princípio de 1985. Adotamos como critério reincorporação dos elementos antigos constituintes da mesma, como a lápide, a pia de água benta, local do sino e finalmente a imagem de Nossa Senhora das Candeias, sua padroeira, com a finalidade de mantermos acesa, para gerações futuras, a chama que testemunha nosso passado histórico.

Ver a Capela hoje é ouvir, é sentir. Por isso, ouçamos Cascudo novamente que dizia em 1949, pedido a sua restauração:

"O Forte dos Reis Magos e Capela de Cunhaú tem sido constantes tão vivas e permanentes na minha atividade provinciana como os dois movimentos fisiológicos da respiração.

A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte. Lugar de morte pelo ódio e em louvor da fidelidade à tríade antiga consagradora, a DEUS, ao Rei à Família".

Era a antevisão de Cascudo 45 anos atrás. O apelo emocional depois atendido.

A Fundação José Augusto, ao restaurar em 1985 aquele relicário ressuscitou um desfile sonoro, a paisagem das almas, o firmamento de sonhos, o chão dos túmulos que guardam os espíritos. Enfim, resgatou a memória histórica do Rio Grande do Norte.

UMA SAUDAÇÃO - "O QUE SEGURA ESTE PAÍS"

Enélio Lima Petrovich

(Sócio Efetivo)

Na euforia deste fim de tarde tropical e natalense, reunimo-nos, mais uma vez, para valorizar a inteligência, o saber e o civismo, suportes máximos da nacionalidade.

Esta Casa, quase secular, primeiro centro de irradiação cultural do Estado (amanhã comemoraremos 87 anos), é o guardião maior da história potiguar e sejam quais forem os obstáculos, mesmo no torvelinho atual dos problemas sócio-econômicos de muita gravidade, vem assumindo, sem tergiversações, sem recuos, o sério compromisso de preservar a memória norte-rio-grandense.

E neste instante, quando se realiza o lançamento do livro "O que segura este país", com a presença honrosa de seu próprio autor, o Almirante Maximiliano Fonseca, de novo aflora ao nosso espírito a mensagem do poeta lusitano Fernando Pessoa - "tudo vale a pena se a alma não é pequena".

Sob a égide, pois, desse entendimento lógico, vamos encontrar nos livros as fontes essenciais e básicas do progresso de qualquer povo, desde que explicitem temas capazes de dirimir controvérsias e equívocos, apontando soluções convincentes, pelo bem estar coletivo, e pondo, acima de tudo, o homem - a criatura humana - como polo convergente de decisões, na expectativa de um futuro promissor.

E como assim é certo raciocinar e agir, estamos cumprindo mais uma tarefa, jubilosamente.

Cabendo-nos saudar o Almirante Maximiliano Fonseca, nesta vetusta instituição, reafirmamos o nosso aplauso à iniciativa.

É bem verdade, já proclamou o mestre Câmara Cascudo, genial e humilde, benemérito deste templo:

"Esta foi a Casa da Justiça. Hoje é a Casa da Memória. Não teve senão os elementos mais altos da dignidade cultural do mundo.

Os clarins contemporâneos vibram o toque de reunir, porque solitários e dispersos seremos inutilizados pelos monstros do Desespero e da Angústia espirituais.

Amanhã - permitam a imagem humaníssima - desapareceremos todos. Mas o nosso sangue e de nossos descendentes estarão ouvindo a história de nossa geração. Preciso pensar o que é contingente e passageiro e quais são as permanentes de nossa própria dignidade".

À luz desse prisma, portanto, devemos pautar a nossa existência fugaz. Daí, com esta promoção, concorrermos, sem dúvida, para o desenvolvimento

nacional, evidenciando a efetiva participação de cada um de nós.

Decerto, "O que segura este país", o mais recente livro do Almirante Maximiniano Fonseca, de uma leitura acessível e objetiva, estuda, com profundidade de conhecimentos, a problemática da educação, saúde, competência administrativa, ciência e tecnologia, a missão da justiça, os hábitos políticos. Aborda também, de forma analítica, a grande responsabilidade dos políticos, na conjuntura presente, indicando várias perspectivas. Relata ainda o episódio de sua exoneração de Ministro da Marinha, em março de 1984, final do Governo Figueiredo.

Como se observa, o livro representa uma valiosa contribuição de quem, patriota e corajoso, mostra o caminho para as soluções dos graves problemas que atormentam o nosso país, no âmbito da estrutura desenvolvimentista.

Aliás, válido se nos afigura este trecho do prefácio escrito pelo Ministro Clóvis Ramalhete, com quem mantemos um forte laço de amizade pessoal:

"Em "O que segura este país", o Almirante Maximiniano Fonseca alinha certas anotações de observador experimentado. Aponta erros e acertos na conduta da administração pública, nas instituições militares e civis, e na organização nacional.

Bem sabemos que nosso Brasil padece de males novos e de males antigos" (omissis).

"Dos males mais antigos temos exemplo no latifúndio, agora até em mãos de grandes empresas, e que provêm daquele velho regime de doação de enormes Sesmarias, que viu o Brasil nascer, na era colonial. Dos males novos perdura, por exemplo, a impunidade dos atuais senhores do poder, - continuação natural do mandonismo dos antigos Barões e "coronéis" rurais, também de total impunidade, nas suas terras.

Nos dias presentes, o Brasil outra vez passa por um desses instantes históricos, abertos às transformações.

Em tais momentos de procura do seu rumo, a nação demonstra que pára. Mas quando parece decidir-se, avança apenas um pouco, se tanto. É que sempre surgem hábeis compromissos de cúpula, que produzem conciliações moderadas. Tem sido assim.

Agora, tal como é próprio das épocas de transformação, renova-se a grandiosa indagação coletiva, elevada aos céus a cada vinte anos de nossa História:

- Para onde vai o Brasil?

Por isso, o livro contém proposta de um diagnóstico, as reservas e esperanças de um chefe experiente. Apresenta algo a merecer reflexão. Desdobra-se em páginas de sinceridade e alerta, de confiança e de lástima."

Eis, autoridades e consócios, participantes deste encontro de cultura, a nossa palavra para este instante.

E cremos nós, nada mais se deve acrescentar. A lição está neste livro. Perspectivas de soluções nele vamos encontrar. Lendo-o, emerge a certeza de que nem tudo está perdido, graças a Deus. Há resultados bons para todos os problemas. Basta encará-los com firmeza e persistência, com honradez e senso de justiça. Isso, obviamente, compete somente a nós mesmos. Aos brasileiros autênticos e honestos, e da classe política, embora, em sua maioria, um tanto desacreditada, porque se preocupando apenas com os interesses pessoais, mesquinhos e subalternos.

Agora, paira uma indagação. E sobre o autor, Almirante Maximiniano Fonseca?

Diremos que são dispensados maiores comentários. Todos nós já o conhecemos, pela trajetória de sua vida. Detentor que é de justas condecorações, do país e do estrangeiro, ocupando cargos dos mais altos e dignos; integrando comissões internacionais. Quando Ministro da Marinha, marcou a sua passagem com a Expedição à Antártida. Foi o criador da Sociedade dos Amigos da Marinha - Soamar, da qual participamos. Atualmente é Diretor da Petrobrás, na área de Transporte Marítimo.

Mas, além dessa moldura biográfica do Almirante Maximiniano Fonseca, sem o apego à letra fria dos registros das funções que exerceu e das tarefas cumpridas, nos setores militares, públicos e privados, sobreleva o testemunho, evocativo e singular, de um de seus velhos amigos - amigo na expressão do termo - nosso confrade, aqui presente.

Assim quis se pronunciar Israel de Oliveira, ao saber que o autor de "O que segura este país" vinha à cidade do Natal, como bem dizia o mestre Cascudo - o Historiador da cidade, título conferido pelo então Prefeito Silvio Piza Pedroza, também para nossa alegria prestigiando esta solenidade:

"Servíamos na Comissão de Fiscalização de Construção de Navios no Japão, sob a chefia do nosso conterrâneo e confrade, Ernesto de Mello Baptista, então capitão de Mar e Guerra, e mais tarde Ministro da Marinha, quando no dia 10 de agosto de 1957 a ela se apresentou o capitão de corveta Maximiniano Eduardo da Silva Fonseca.

Essa pesada tarefa nos proporcionou um convívio íntimo e diário, de 6 longos meses de intenso e gratificante trabalho. O Max, ou o Comandante Max, como era chamado por todos, comprovou, desde o primeiro momento de sua chegada até o dia de sua partida, a fama que já conquistara na Marinha, de Oficial competente e figura humana invulgar.

Simples, calmo, metódico, infatigável, pertinaz, o Comandante Max, naquela comissão, tão distante do Brasil, foi merecidamente incluído na minha pequena galeria de grandes companheiros e chefes que tive na nossa Marinha.

Sua capacidade de chefia e liderança e suas qualidades morais o credenciaram

para ocupar o alto posto de Ministro da Marinha, cargo no qual encerrou sua brilhante carreira, consagrado pelo respeito e admiração da família naval e da sadia opinião pública nacional, por força de suas atitudes corajosas e de suas sinceras e francas palavras, em defesa do regime democrático neste país”.

Almirante Maximiniano Fonseca:

Demais ilustres convidados do bem-querer:

Esta a nossa saudação, espontânea, emocional e telúrica.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga instituição cultural do Estado, sente-se feliz e honrado em recebê-los para o lançamento do livro “O que segura este país”, do Almirante Maximiniano Fonseca, valorizando e aplaudindo a cultura brasileira, a necessitar tanto de mais apoio e estímulo dos poderes públicos.

Enfim, em quaisquer circunstâncias, com otimismo, amor e obstinação, vamos todos acreditar, sempre, na eternidade cristã e cultural do Brasil, abençoado por Deus.

*Salão Nobre do IHG/RN
(Em 28 de Março de 1989)*

UM PATRIARCA SERTANEJO

Manoel Onofre Jr.
(Sócio Efetivo)

A família Onofre, de certa projeção na História de Martins(RN) e Natal, teve como fundador o Alferes Onofre José da Silva. Do prenome deste teria derivado o nome da família.

Esse Alferes tomou parte ativa nas lutas políticas da Independência, na Província. Era do partido reacionário.

No livro “A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte”, de Tavares de Lyra, consta que ele foi um dos oficiais excluídos do Batalhão de Linha, por motivos políticos. Transcrevo da mencionada obra o seguinte trecho: “Essa orientação da Junta (de Governo) provocou o descontentamento entre os reacionários, levando oficiais do batalhão de linha a não lhe prestarem as honras devidas, fato este que, agravado por sucessos posteriores a obrigou a excluir do mesmo batalhão, mediante representação que lhe foi transmitida pelo Senado da Câmara, os seguintes oficiais, que seguiram por terra para Pernambuco, donde deviam partir para Lisboa” (pág. 53).

Onofre José da Silva deve ter sido morador da Rua Grande, então a principal artéria de Natal (atual Praça André de Albuquerque).

De um estudo do historiador Olavo de Medeiros Filho, sobre as doações de terras concedidas pelo antigo Senado da Câmara de Natal, consta:

“16 - 6 - 1821 - Favorecido o Alferes Onofre José da Silva na rua Grande, junto às casas de Joaquim José Clementino” (in “Terra Natalense”, pág. 159).

Pouco mais sei a respeito do irrequieto e combativo Alferes. Devia ser português de nascença, haja vista o partido que tomou nas lutas da Independência. Segundo Câmara Cascudo, em “Acta Diurna” a que adiante me reportarei, ele era casado com D. Inês Cipriana Geralda de Andrade.

Meu bisavô paterno, João Onofre Pinheiro de Andrade era filho de um filho do Alferes, Manoel Onofre de Andrade.

Com raízes em Macaíba e Natal, o Prof. João Onofre terminou por se fixar em Martins, aonde foi ser mestre-escola. Tornou-se um tipo admirável de patriarca sertanejo. Câmara Cascudo que, ainda menino, o conheceu, em Martins,

evoca-o em “Acta Diurna”, incluída no “Livro das Velhas Figuras”, vol. 1).

Diz Mestre Cascudo:

“Uma recordação inapagada é o Professor Onofre, João Onofre Pinheiro de Andrade, quase septuagenário, forte, risonho, afável, palestrador. Chamava minha mãe “prima”, no velho diapasão senhorial das famílias de outrora. Em toda parte impunha-se pela voz, o gesto amplo, a palavra fácil, torrencial, a memória infalível, tudo fazendo reviver aos olhos da lembrança. Todas as tardes ia à nossa casa ouvir o gramofone, de imensa bocarra tonitroante, atirando modinhas e lundus, valsas lentas e polcas sacudidas. Especialmente, ia conversar. Conversar para mim. Fui, durante meses, um ouvinte fiel e deslumbrado. Abria os olhos espantados, entreabria a boca, no assombro das lutas, dos sucessos políticos, anedotas, fisionomias que passaram a constituir como um alicerce dos meus estudos. Falava-me dos grandes políticos do passado, os chefes em Natal. Conservadores e Liberais, o tio Bonifácio Câmara. Deputado Provincial no biênio 1888/89, João Onofre sabia, como hoje saberão ainda três homens: - Felinto Elísio, no Jardim do Seridó, Cipriano Santa Rosa, do Acari e Romão Filgueira, em Mossoró, narrar e ressuscitar os fatos pretéritos. Creio dever-lhe, nos meus onze anos atônitos, as primeiras ondas da paixão pela História, seus detalhes, minúcias, recortes, episódios”(…) “Nasceu em Natal e não em Macaíba, como tenho lido, a 16 de maio de 1845. Faleceu no sítio “Lagoa Nova”, arrabaldes de Martins, a 30 de setembro de 1935, com noventa anos feitos. Professor público, Promotor interino de 1919 a 1927, Medalha de ouro oferecida numa linda festa do Grupo Escolar local. Sessenta e dois anos no Martins, desde 1873, sem um só desafeto...”

“Seu pai, Manuel Onofre de Andrade, filho do Alferes Onofre José da Silva e D. Inês Cipriana Geralda de Andrade, sua mãe D. Francisca Benvenuta de Borja, filha do Capitão Francisco de Borja Pinheiro e D. Antonia Josefa de Souza, casaram-se em 7 de agosto de 1844. João Onofre é o primeiro filho. A mulher do Coronel Bonifácio Câmara, chefe conservador, era irmã de D. Francisca Benvenuta, ambas primas legítimas dos respectivos maridos. Não vou contar ligações genealógicas. São famílias do século XVIII, entrelaçadas, enormes, ilustres pela continuada atuação política” (...) (págs. 91 e 92).

Dados sobre o Prof. João Onofre, colhidos de sua filha Maria Anunciada, a quem chamávamos tia Gordinha, e do meu pai, Manuel Onofre de Souza:

Casou-se em segundas núpcias com Agostinha Onofre de Andrade.

Filhos: Cícero Onofre Pinheiro de Andrade (meu avô paterno), Maria Adélio (Mariquinha), Maria Augusta (Maroquinha), Mário, Maria Claudina (Marieta)

Maria Benvenuta (Mariví), Solon, Maria das Neves (Neném), Maria da Conceição, Maria das Chagas (Chaguinha) e Maria Anunciada (Gordinha). Das filhas, apenas três se casaram, sendo que só uma deixou descendência - Maria da Conceição, casada com Arnaldo Dias do Nascimento.

A matriarca Agostinha era filha do Pe. Antonio de Souza Martins, primeiro vigário colado de Martins, e Claudina Teodora de Freitas. Irmão de Agostinha, Zenon, o patriarca dos Campos.

Do primeiro casamento do Prof. João Onofre, apenas um filho - João Onofre Filho, pai do Prof. Manuel Onofre de Andrade, figura saliente na história cultural dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas e Goiás.

Mais alguns dados sobre o Prof. João Onofre - sua personalidade e seu modo de ser:

Católico praticante, era, no entanto, chegado ao Espiritismo. Sério, mas não sisudo, tocava violão e cantava. Certa vez, mandou buscar um bandolim no Rio de Janeiro para a sua filha Gordinha. Elegante, usava paletó e gravata, diariamente, como aliás era praxe naquela época, para as pessoas de certo nível social. Pobre, remediado, tinha de seu o sítio da Lagoa Nova, a casa da rua e a fazenda Lagoa do Serrote, onde invernavam com os numerosos familiares. Como Promotor interino, notabilizou-se pelas suas atuações no Júri e, também, por haver denunciado Lampião e seu bando, pelos crimes que cometeram no Município de Martins, em 1927.

Sobre a sua atuação parlamentar, nenhuma informação obtive.

No livro "Uma História da Assembléia Legislativa", de Câmara Cascudo, consta o seu nome na relação dos deputados provinciais da 27ª Legislatura - 1888/89 -, a última do período imperial.

Tal como seu avô - o Alferes -, distinguiu-se o Prof. Onofre pelo espírito cívico, como bem demonstra a sua participação na Campanha Abolicionista. Foi ele um dos fundadores da sociedade libertadora que se instalou em Imperatriz (Martins), já em 1884. Ocupou a Vice-Presidência. Demais membros:

Dr. Manoel André da Rocha (Presidente); Prof. Teófilo Orozimbo (1º Sec.); Antonio Augusto de Souza (2º Sec.); Francisco da Costa Oliveira (Tesoureiro) e Zenon de Souza Martins (Orador).

“No ato da instalação - informa, em seu diário - foram entregues onze cartas de liberdade gratuitas”.

DEPOIMENTO

Há alguns anos, pedi ao meu primo e xará, Dr. Manuel Onofre de Andrade, escritor, Procurador de Justiça no Estado de Goiás, um depoimento sobre o seu ilustre avô. Transcrevo da carta que ele me enviou, o seguinte trecho, no qual se refere, inicialmente, aos seus tempos de estudante na Faculdade de Direito do Recife:

“Para a “colônia” potiguar do Recife era o Prof. João Onofre um tribuno que empolgava e dotado, ainda, da boa presença física. Latinista. Abolicionista. Segundo Nestor Lima o Filgueiras, que chegaria a centenário, tinha de cóp (memória prodigiosa) as orações de abolicionista de Almino Afonso, o chefe da campanha e logo depois, as do Prof. João Onofre. Ginásial, eu me carteava com ele. Suas cartas (a máquina de escrever ainda não era de uso geral) primavam por uma admirável caligrafia e estilo fugindo ao vulgar, com invocações históricas ou, às vezes, referências mitológicas, de influência decrescente.

Chegaria a vez de conhecê-lo. Impressão física a se impor, naturalmente, puxando mais para alto. Vertical. Figura serena e digna. Naquelas horas, escassas, de convivência com sua prole numerosa (de seu segundo casamento), a casa cheia de visitantes, aos quais me apresentava, não houve oportunidade de se expandir livremente, em palestras frente-a-frente deste seu neto curioso.

Da segunda vez, vinha vê-lo, por mim acompanhado, depois de longa ausência no Amazonas, o meu saudoso pai.

A cativante sociedade martinense acorrera à casa do Prof. João Onofre. O ilustre Dr. João Vicente, hoje do Tribunal de Justiça do Estado, fizera a saudação aos Onofres. E eu lhe agradeci, como neto, conceituando que, na árvore genealógica, os galhos se curvavam reverentes sobre as suas raízes (no caso o Prof. Onofre).

Naquela passagem rápida (eu teria que retornar à Delegacia Auxiliar de Natal) eu assistiria a um Júri, com a atuação do Prof. Onofre, na promotoria, que exercera por vários anos. Meus conhecidos vieram felicitar-me pela veemência oratória dele, já na fase de septuagenário.

Certa vez, em carta, aludira a ramificações suas, de parentesco, em relação aos Câmaras (o que me confirmaria o vice-governador Augusto Leopoldo Raposo da Câmara) e, também, os Tavoras, dentre outras, versão admitida

por um parente de Juarez, alto funcionário do Ministério da Agricultura, no “entroncamento” dos Pinheiros, originários do Ceará e atingindo - dizia - assim, os Távoras.

Contara-me meu Pai que, na véspera de lances processuais de terra (no Amazonas) sem aviso prévio chegara meu avô ao Juruá, imponente em sua estatura e (ilegível), atuando, horas depois, a favor de meu Pai, na Justiça (ao tempo em Teffé) até a vitória forense, de poderes conjuntos com outro provisionado Bonfim.

Ausentando-me do Rio Grande do Norte, perdi a possibilidade de outros contactos ”

DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Francisco de Vasconcelos
(Sócio Correspondente)

Recebi de Enélio Lima Petrovich, Presidente da instituição em epígrafe, fundada a 29 de março de 1902, os vols. LXXVII/LXXVIII da revista daquela casa, referentes aos anos de 1985/1986. Não fora o patrocínio da Petrobrás e o empreendimento em apreço estaria fadado ao insucesso mercê dos altos custos gráficos e da impossibilidade de se levantarem fundos dentro dos limites potiguares.

Do periódico constam matérias de incontestável valor histórico, entre as quais destaco: “As Casas da Câmara e Cadeia da Cidade do Natal, de Olavo Medeiros Filho; Um Estudo Inédito de Câmara Cascudo - II - de Eduardo Bezerra Neto; A Capela de Cunhaú e seu Valor Histórico, de Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão; Ary Parreiras, de Israel de Oliveira; Martins - Síntese Histórica, de Manoel Onofre Junior; Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, de Otto Guerra. A parte final da revista é dedicada ao Mestre Luis da Câmara Cascudo, falecido aos 30 de julho de 1986. Ali estão depoimentos, lembranças, saudades, um caudal de elaborações intelectuais acerca de uma das maiores figuras que o Rio Grande do Norte já produziu, polígrafo de dimensão universal, cientista, historiador, literato, cerebração cintilante sempre a gratificar os que tiveram a ventura de conhecê-lo e o privilégio de privar de sua genialidade e bem querer. Ali estou eu, à pág. 169 com o texto sob o título Câmara Cascudo - Espetáculo Humano”.

Se você tem interesse na revista, basta escrever ao sempre trepidante e prestativo Enélio Lima Petrovich - rua da Conceição 622 - 59.000 Natal-RN; onde tem sede o I.H.G. do Rio Grande do Norte

AUGUSTO SEVERO

Carlos Tavares de Lyra

(Sócio Correspondente)

AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, seu nome por extenso. Belo tipo de homem, muito alto, forte e elegante, impecavelmente trajado, faces coradas, cabeleira farta, vaidoso da primorosa dentadura, verdadeiro fio de perolas, não regateava sorrisos, sempre alegre, otimista, comunicativo. Nasceu em Macaíba - Rio Grande do Norte.

No depoimento de GILBERTO FREYRE: - "Era um gigante, desses que não são raros entre os homens de velhas famílias do Nordeste. Mas não apenas um gigante: também um belo homem, também bonito e forte fidalgo, da mesma raça de brasileiros do Norte, famosos pela beleza viril. Descendia de brasileiros dos primeiros tempos da colonização portuguesa na América e era Albuquerque até a raiz dos cabelos".

Augusto Severo, nome de rua em Paris, verbete de Enciclopédia é não só uma glória autêntica do Rio Grande do Norte e do Brasil, mas um legítimo *Cidadão do Universo*, pela valiosa contribuição que prestou ao progresso científico da humanidade. Na era das naves espaciais, dos astronautas, das viagens à lua, merece especial evocação o genial pioneiro nas alturas, que eram, no seu tempo, domínio apenas de aves e de nuvens. Cerebro fecundo e criador, enriquecido de vasta ilustração científica, um só pensamento dominou sua curta e gloriosa vida: trabalhar pela Ciência e pela Pátria.

Há 88 anos passados, no dia 12 de maio de 1902, com apenas 38 anos de idade, desaparecia tragicamente em Paris, na explosão do PAX. O nome que ele deu ao seu balão maravilhoso era bem um nome à maneira de *Augusto Severo*. Os balões se perdem na força dos elementos mas não são armas de guerras, nem se artilham. Possuem finalidade generosa que o gênio de *Augusto Severo* incresveu no seu invento: PAZ!

Severo foi uma poderosa inteligência, servida por inesgotável curiosidade. Com uma vontade de ferro descobriu, provocou e praticou a dirigibilidade dos balões, procurando a solução do problema da navegação aérea pelo caminho do mais leve que o ar. Mas sem cálculo, de alma aberta e coração contente, propondo, justificando e votando, como Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, um auxílio para as experiências de *Santos Dumont*, auxílio que nunca pleiteou para si mesmo, mas promoveu em favor do glorioso rival, cujo valor re conhecia.

Na véspera do desastre sonhou que voava sobre o Cemitério *Pere Lachaise*, em Paris, e a figura de sua mãe o chamava de um túmulo.

Mas isso não o impressionou. Subiu confiante e tranquilo, por que caindo, e caindo para morrer iniciaria, por uma benção do céu, o seu último vôo, pelo azul do infinito.

Mestre *Câmara Cascudo* escreveu, numa página de rara beleza, que “tinha vontade de dizer que o maior inimigo de *Augusto Severo* era o *Pax*. E acrescentava que “o balão esconde o homem, oculta-o, disfarça-o, deforma-o em sua consagração trágica. A imortalidade do homem é a sua humanização. *Augusto Severo* só se apresenta no passadiço do *Pax*, voando para a morte”.

O bom filho, o irmão, o esposo, o pai, o amigo, estão se diluindo nas névoas íntimas da saudade silenciosa. Ficou *o outro*, caindo em vertical, como um símbolo de persistência, haloado de fogo, sobre a “Avenue du Maine”, em Paris.

O Brillhante parlamentar, o exímio campeão de tiro, o exigente *gourmet*, o emérito cozinheiro, o hábil marceneiro, o costureiro, o tribuno, o jornalista, o fascinante conversador, merecem especial evocação. É o que procurei fazer, num livro ainda inédito, em flashes, ou melhor, instantâneo da vida e da obra do genial pioneiro da navegação aérea.

Augusto Severo nasceu predestinado para as alturas. Seu destino era estelar. Foi um desses riscos luminosos no céu da Pátria. Tinha que viver pouco, depressa, com toda a força. Iniciaria seu vôo definitivo, pelo azul do infinito, aos 38 anos de idade.

Agora pode passar o tempo, mais 38, vezés 38. Não morrerá jamais. Lá está ele, mais brilhante do que nunca, como uma estrela no céu do Brasil: **AUGUSTO SEVERO ALBUQUERQUE MARANHÃO!**

Afinal, eis a nossa homenagem a *Augusto Severo*, quando o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, presidido pelo escritor e advogado *Enélio Lima Petrovich*, evoca a sua memória, em sessão solene de maio findo.

(Trabalho lido na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Dr. Enélio Lima Petrovich, comemorativa do 88º aniversário de falecimento do herói potiguar. maio - 1990)

UM REGISTRO PARA A HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO

Umberto Peregrino

(Sócio correspondente)

Numa das últimas reuniões semanais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro produzimos breve “comunicação” a propósito da sessão do “Coloquio da Abolição do Cativo” promovido pelo Instituto, na qual se debateu “A Igreja e a Abolição”.

Expusemos na oportunidade uma opinião crítica, cujo teor ora submetemos ao nosso ilustre Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao ensejo do “Programa” comemorativo do centenário da Abolição da Escravatura”.

Inicialmente observamos que tanto o Expositor como os Debatedores, deram-se apenas a considerações genéricas e por isso mesmo o tema, naquilo que teria de mais atraente e específico, ficou prejudicado.

Impunha-se preliminarmente, sustentamos, focar a posição escravagista que a igreja desempenhou na nossa História, para explicá-la e analisar os seus efeitos no plano social.

Em verdade havia tranquila subordinação da igreja à Corôa Portuguesa, condicionada a interesses ideológicos, políticos e materiais comuns. O clero detinha além do monopólio religioso, importantes poderes temporais. Daí lhe advinham, direta e indiretamente, amplas vantagens com o tráfico negreiro e com a escravidão.

Sabe-se que, no século XVII, os jesuítas de Luanda usufruíram grandes lucros comprando e exportando milhares de negros escravizados.

O grande e santo Anchieta, defendeu, em 1579, a necessidade de castigar negros com “ferros”.

Não admira, pois, que 3 séculos depois o Bispo de Pernambuco, D. Azeredo Coutinho, publicasse um ensaio em que defendia a escravidão e o tráfico negreiro.

Não são assinalados historicamente, na conduta dos padres, atos para fazer uso da religião visando a suavizar o cativo instalado. Jamais houve atos no sentido de impedir o leilão de escravos. E no plano social o máximo que ocorria era a exigência do batismo, o casamento e a confissão anual.

Nas reduções os que não cumprissem as obrigações religiosas recebiam punição que podia atingir o grau de 3 dias de tronco e a aplicação de 30 chibatadas.

Quanto à confissão, teria sido usada como “antídoto da insurreição”, porque o confessor fazia ver ao escravo que o senhor estava no lugar do seu pai e,

portanto, lhe devia amor, respeito e obediência. E mais insistia o confessor: “que o trabalho é necessário ao homem para sua subsistência; que esta vida é nada em comparação com a eternidade e que o escravo que sofresse com paciência o seu cativo teria a sua recompensa no reino do céu, onde todos são iguais perante Deus”.

Outro aspecto: inteligentemente as Ordens Religiosas interessavam-se pela reprodução natural dos escravos nas suas fazendas. Daí incentivaram os casamentos, contanto que não fossem com elementos estranhos à Fazenda. Estes eram impedidos.

Algumas ordens alforriavam os escravos ao parirem o 6º filho. E quando, sob as inspirações daquele movimento determinado pela Guerra do Paraguai, as Ordens religiosas foram pressionadas para alistarem escravos como Voluntários da Pátria, o que importava em alforriá-los, algumas Ordens entram nesse movimento. Entretanto, nem todas foram prontas na adesão. Os mercenários, por exemplo, somente em 1887 se dispuseram a libertar negros da sua Ordem.

Quanto aos Carmelitas, queriam ser indenizados, e então mantiveram os seus escravos até a Abolição.

Vale registrar que, efetivada a emancipação, todos os escravos dos Carmelitas abandonaram as respectivas fazendas. Esse fato há de significar a insatisfação em que viviam sob a propriedade dos religiosos.

Era de esperar que todos esses aspectos da problemática da Escravidão e tantos outros fossem focalizados na sessão do Colóquio, se se tratava de estudar “A Igreja e a Abolição”.

Na verdade cumpria, a nosso ver, colocar e discutir o movimento abolicionista e seu desfecho, para confirmar ou não que entre nós foi nulo o papel da igreja no seu desfecho.

LUIZ ANTÔNIO, UM SÁBIO

NILO PEREIRA
(Sócio correspondente)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte está celebrando, nesta noite, o centenário de nascimento do Dr. Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima - nome tão extenso quanto é extensa a sua passagem entre os vivos.

Luiz Antônio foi Farmacêutico e Médico. Dele guardo a indelével impressão do grande orador, que empolgava as multidões. Era o orador consagrado do seu tempo, como foi também o clínico que toda gente procurava, sabendo que nele encontrava a cura ou o alívio do seu sofrimento.

Era irmão do historiador e advogado Nestor dos Santos Lima, que foi Presidente perpétuo do nosso Instituto Histórico, de Galdino Lima, grande advogado, e de Deolindo Lima, que encantou as noites de Natal com as suas serestas, acompanhadas no seu violão mágico.

Diferente dos irmãos por sua própria formação científica, honrou a família - à qual pertence o também tão nosso Enélio Lima Petrovich, Presidente deste Instituto - com o seu saber, a bondade do seu coração e a fulgurante inteligência de que era dotado.

Há cem anos nascia esse ilustre potiguar, que, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fixou-se na nossa terra, dando tudo de si às melhores causas do Estado. Inclusive as causas políticas, pois que ele foi político militante.

Em 1934 foi fundado no Rio Grande do Norte o Partido Popular, sob a direção e orientação do eminente democrata, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Foi um movimento de grande repercussão no Estado e no País.

Voltando à tona da vida política, após a Revolução de 1930, o Dr. José Augusto, chefe carismático, empreendeu um movimento de renovação de idéias, enfrentando uma oposição que vinha do próprio Governo e de outras forças que se associaram para combater o ex-governador, tão querido e tão popular.

Dentre os que ajudaram o líder incontestado dessa nova cruzada estava o Dr. Luiz Antônio, cuja palavra, nos comícios, era uma outra revolução que se fazia em nome da Democracia e das liberdades públicas.

Ao lado do brilhante médico e festejado tribuno estavam grandes nomes da vida cultural e jornalística do nosso Estado, tais como Eloy de Souza, Bruno Pereira, Edgar Barbosa, cujo livro, intitulado *História de uma Campanha*,

enfeixa os artigos que o grande escritor do Ceará-Mirim escreveu para o jornal *A Razão*.

Luiz Antônio foi, então, um dos combatentes sem medo e sem mácula dessa histórica jornada, que foi vitoriosa, assumindo o governo do Estado o candidato do Partido Popular, o Dr. Rafael Gurjão.

A figura do nosso homenageado desta noite é das maiores que o nosso Rio Grande do Norte tem tido e de quem muito se orgulha.

Na história da Medicina potiguar, Luiz Antônio é uma bandeira de renovação e pioneirismo; e na crônica do nosso cotidiano ele se destaca como homem público de largos serviços à coletividade.

Aqui deixo a minha homenagem a esse vulto da ciência, da política, do jornalismo, da oratória, que foi também um padrão da dignidade humana.

(Recife/PE, 27-09-90).

HOMENAGEM AO MEU PAI

Anna Maria Cascudo Barreto

(Sócia Efetiva)

Cinco anos sem a presença física do meu pai, são dias de uma falta imensa, de um vácuo emocional, uma sensação de orfandade dividida com a família e a cidade - pois, de uma maneira ou de outra, todos os natalenses ainda choram a perda do grande "Pater", que, como fazia a mim, lhes tirava as dúvidas e os protegia, com sua sabedoria e seu fascínio.

De todas as partes recebo pedidos de depoimento, cuja legitimidade é incontestável, já que fui a filha que sempre esteve ao seu lado, no casarão da Junqueira Aires, aonde nasceram, mamãe, o mano e eu mesma, aonde casei, de onde saí para ter meus filhos, Daliana, Newton e Camilla, e para aonde os trouxe e criei, enchendo de alegria e ternura genuína àquelas velhas paredes e o coração dos meus pais.

Requerem meu testemunho sobre alguns traços a destacar de Luís da Câmara Cascudo, meu pai e meu primeiro amor, na visão filial e na intimidade do dia - a - dia.

Buscando no passado, uma recordação bate forte: A AUSÊNCIA DE PRECONCEITOS. Ainda de tranças compridas, era levada, contra o desejo de minha mãe (que achava a presença de uma "menina de família nesses lugares altamente imprópria") para o contato com a massa, com o povo em todas suas manifestações. Aprendi a cantar e dançar pastoril, lapinha, alguns autos do Bumba-Meu-Boi e da Nau Catarineta; xotes e xaxados, polcas e valsas, com papai e Djalma Maranhão. Tudo feito às claras, sem subterfúgios, com a naturalidade de quem busca um objetivo na vida. "Essa é minha filha, Anna Maria" - me apresentava papai e eu ouvia as inesquecíveis histórias de Pedro Pescador com os pés nus na areia da praia, ou abraçava a mãe de Santo num terreiro de Umbanda, já sofrendo por ter de contar este pecado mortal ao confessor do Colégio da Imaculada Conceição, aonde estudava... Sim, os preconceitos eram fortes, de uma solidez sufocante... Minhas canções de ninar foram, principalmente, desafios de violeiros, que escutava, ainda nenê, no colo de papai, ou histórias de trancoso contadas por Bibi, além dos cantos tradicionais de minha avô Sinhá Freire e das maternais.

Esta ausência de preconceitos burgueses, comuns à época, esta união com o povo, também se manifestava no total anti-convencionalismo de meu pai. Se por um lado me ensinou a comer à francesa, explicando todas as regras da etiqueta; se me levava, no Recife, com livreto na mão, a assistir Operas e Operetas, se me incentivava a ir a concertos e estudar música clássica, "para

educar o ouvido”, se orgulhava quando eu conversava com Assis Chateaubriand sobre autores franceses - a ponto dele desejar mandar educar-me na Suíça - por outro lado me levava a clubes populares e me fazia dançar com seus frequentadores, e lá ia eu, pedindo a Deus que a foto, tendo por par um marinho negro e muito educado, jamais chegasse até os olhos chocados das mães de minhas amigas... Também nunca julgava ninguém, e nos fazia receber Eneida ou outra escritora, apresentando o terceiro ou quarto marido...

Outra coisa a destacar? *O DESINTERESSE MATERIAL!* Papai nunca ligou ao dinheiro, talvez porque já tivesse sido milionário e assistido à rápida falência do meu avô Cel. Cascudo, que não cheguei a conhecer. Minhas primeiras lembranças já são de certa pobreza, nunca privação. Difícil a uma menina entender porque era recebida nos salões mais chiques e tinha tão poucas roupas. (Esse fato talvez tenha sido a mola propulsora do meu pioneirismo, pois comecei a assinar uma coluna com carteira assinada em *A REPÚBLICA* com 13 anos, aos 14 era funcionária do Banco do Nordeste e fui a Promotora mais jovem do Brasil, quando Adjunto de Promotor na Capital, aos 17 anos de idade...) Assisti várias vezes papai fazer discursos ou pesquisas, para alguns figurões que hoje posam como intelectuais ou políticos cultos. Imaginem se tivesse cobrado... Recusou ser Professor em Faculdades famosas nacional e internacionalmente, não aceitou ser político, imortal da Academia de Letras. Um desinteresse realmente impressionante, talvez nem sempre bem aceito pelos filhos...

CASCUDO GOURMET - Mas, como o ser humano é um contraste só, papai, se não ligava ao dinheiro, valorizava a fartura e a boa qualidade na mesa. Era adepto de grandes festas especialmente em casa. Vinho tinto ou branco, queijos os mais variados, presuntos (dos grandes, com osso) conservas, pikles, chocolates americanos, biscoitos ingleses, sorvetes, eram comuns às nossas refeições. Um guaraná bem gelado, em copo transparente acompanhava biscoito champagne com açúcar cristal, pulverizado sobre manteiga. Seus pratos favoritos, porém, eram bem simples: Pimentão recheado de carne moída, acompanhado de arroz soltinho; cozido com legumes e pirão; paçoca com banana; peixe cozido com pirão, legumes, arroz e mangabas; feijão verde com carne de sol e macaxeira. Tudo legitimamente nosso...

Frutas? Abacaxis, mamões, mangas (fatiadas) pinhas (sem os caroços) saptotis, laranjas estiveram sempre na nossa mesa. Goiabas, em frutas ou dôce (de bandinhas) bananas-leite, amassadas com açúcar ou em doce de rodelinhas. Queijo do reino, queijo de coalho, de manteiga. Fã de champagne, bebida em taça apropriada e geladada previamente, papai nos fazia bebê-la em ocasiões festivas, incluindo aniversários, natal e passagem do ano, sempre associada, no seu caso específico, a um charuto baiano ou cubano.

Mais uma característica? *A CORTESIA*. Repetia sempre: nada pedir sem

acrescentar um “por favor”, e, recebendo, agradecer; nunca deixar de dar bom dia; boa tarde ou boa noite e perguntar pelos parentes pelo nome; agradecer o envio de algo; mandar sempre um presente ou cartão nas datas de aniversário. (Aliás, papai considerava que comemorar aniversário era agradecer a Deus por ter nascido, e sempre fazia questão de bolo comemorativo com velas). Papai era admirador da gentileza, da boa notícia, da palavra simpática, de “intriga do bem”. Em casa, todas as vezes que me avistava, se transformava num galanteador: “Já lhe disse o quanto está linda hoje? Cada vez mais!” A um visitante: “Em que novela está trabalhando? Afirmava que ninguém era feio; só dependia do ângulo de visão... No entanto, não lhe pisassem os pés ou tentassem esnoba-lo: nunca deixou uma ofensa ou atrevimento sem recíproca, e suas respostas prontas até hoje fazem sucesso e são repetidas como anedotas...”

Passei no Vestibular da Faculdade de Direito menina ainda, recém saída do Colégio das Dorotéias, tendo estudado quinze dias, pois terminara o clássico e logo em seguida prestado os exames. Dormia exausta numa rede, livros no chão, patins próximos, quando meus pais me acordaram, entusiasmados com o primeiro lugar. Papai já trazia uma taça de champagne na mão que me fez beber, ainda sonolenta, brindando com a sua. Sempre fez questão de valorizar o esforço. Fui, como ele, uma estudante entusiasmada pela pesquisa...

CASCUDO PROFESSOR - Todos já me falavam que mestre inesquecível ele tinha sido, no Atheneu, de História. Tinha uma idéia quando o via falar, sempre de improviso, nas datas importantes da nossa História. Sua prosa descritiva, sua adjetivação copiosa e seu poder de síntese fizeram-no um dos maiores oradores que já ouvi, reconhecido em todo o Brasil. Fui sua aluna de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito. Suas aulas eram imperdíveis, e ele mesclava conhecimento com humorismo. Gostava muito de ensinar e o fazia no dia a dia, a quem lhe perguntasse algo. Um professor por vocação.

Outras nuances a destacar, em sua personalidade? Vamos lembrá-lo?

O AUTÊNTICO - Nunca gostou de modismo. Começou a estudar folclore e etnografia quando era considerado “imoral” até “subversivo”, um professor viver no meio do povo, estudando seus hábitos. Isto era considerado “tolice”. Sempre assumiu suas preferências. Foi um autêntico.

O MISSIVISTA - Fui sua companheira de madrugadas à dentro, porque, desde menina, herdei dele o hábito de estudar à noite. Sua máquina batucava até pela manhã. Como não tinha fontes de consultas, tratou de fazer sua gigantesca obra consultando pessoas no Brasil e no mundo, e comparando suas respostas com sua própria experiência. Manteve vastíssima correspondência.

O PESQUISADOR DE CAMPO - Foi um pioneiro naquilo que hoje se

convencinhou chamar “pesquisa de mercado”. Ia pessoalmente às feiras, bares, reuniões, aqui, na África ou Portugal, conversar com o povo, provar sua comida, ouvir suas opiniões. Sabia distinguir, como ninguém, o original da cópia...

O BOÊMIO - Pelo menos uma vez por mês, tomava seus pilequinhos. Gostava de beber vinho, cerveja, cachaça, e conversar a noite inteira. Mas, apesar das ressacas, nunca foi ríspido com mamãe, nem confessou nenhum deslize amoroso.

O ROMÂNTICO - Sempre dizendo e sentindo frases bonitas, foi terno até o final. Amava o por do sol, a lua, as estrelas, apreciava ficar de mãos dadas, ou, comigo, com as mãos na minha cintura. Apaixonado por mamãe, era amoroso também comigo, com meu marido, um avô extremoso com os netos Daliana, Newton e Camilla, um encantado com o bisneto Diogo, que viu novinho. Uma semana antes de sua morte afirmou ao meu marido: “Camilo, você é mais do que um filho, sempre ao meu lado, e junto com a Anna só me fez feliz”.

O FEMINISTA - Gostava de mulher cheirosa, bem vestida, bonita, mas respeitava suas opiniões. Considerava que profissionais deveriam ter direitos iguais aos homens. Assim, me tornei uma pioneira e uma trabalhadora, sem abdicar da feminilidade. Carinhosa por opção, nunca por obrigação...

O AMIGO - Sincero nas suas afeições, era dedicado aos amigos. Cito Jordão Emerenciano, Gilberto Osório, Nilo Pereira, Djalma Maranhão, Sylvio Piza Pedrosa e Oswaldo de Souza como os mais queridos. Falava muito de José Mariano, Bernard Alleguêde, Oswald de Andrade. Outros amigos estimados: Manoel Rodrigues, Ulisses de Góis, Otto Guerra, Américo de Oliveira Costa, Gracio Barbalho, Alvamar Furtado, Vécio Barreto, Renato Almeida. Lembro as serenatas de Luis de Barros e Roberto Freire, o “Clube dos Inocentes” que reunia figuras como José Melquiades, Prof. Saturnino. Se orgulhava muito de Diogenes da Cunha Lima, Enélio Lima Petrovich, Verissimo de Melo, Deifilo Gurgel, Olavo de Medeiros Filho, Newton Navarro, Carlos Lira, Serejo, Dorian Gray, Yaponi e Yaperi Araújo, Sanderson Negreiros, Cassiano Arruda Câmara, Paulo Macedo. Nunca esquecerei as vezes que Ary Barroso, Dorival Caymmi e Luiz Gonzaga cantaram especialmente para ele. Tinha diálogos maravilhosos, era um amigo.

O PESQUISADOR - Sem hora para dormir, empolgado com uma descoberta científica, ficava excitado até encontrar a solução. No café, às vezes ambos insones, ele me contava, encantado e bem humorado, ter encontrado semelhanças numa enciclopedia antiga com um rifão popular que lhe dissera. Sempre me dizia: felicidade é a gente fazer aquilo que gosta. Tudo vale quando é feito com prazer.

Sendo perfeccionista, checava as fontes dezenas de vezes. Sua curiosidade

estava sempre atenta, vinte e quatro horas por dia. Mas buscava a perfeição. Detestava a mediocridade, a burrice.

Do que mais me orgulho? Do romancista, do etnógrafo, do sociólogo, do folclorista, que descobri, maravilhada, lendo “Anubis e Outros Ensaios”, “Rede de Dormir”, “Jangada”, “Canto de Muro”, “Dicionário do Folclore Brasileiro”, “Civilização e Cultura”, “História dos Nossos Gestos”. Do desbravador, do pioneiro.

Nunca me esquecerei de sua humildade franciscana, sempre indagando se merecia tantas homenagens, no meio da soberba e da pose dos vulgares. Impossível não falar de sua religiosidade, de seu amor a Deus, seu Cristianismo sem pieguices. Seu apego sincero a Natal, seu amor à Pátria, a veneração aos Heróis autênticos e aos anônimos. Recebendo com a mesma alegria um carroceiro e um Presidente da República, um Ministro e um aluno do segundo grau...

A solidez do seu caráter, a ausência de inveja, de intrigas, de mentiras, a honestidade de viver pobremente com a alegria de um bilionário não podem ser olvidadas.

Para mim, ele está presente, com suas mãos ainda másculas, seus cabelos grisalhos e abundantes, seus olhos muito verdes, sua ausência de queixas por não ouvir a voz dos netos, o choro do bisneto, as notas musicais, ele que foi Professor e Amante da Música. Sua existência iluminada é uma estrada pela qual nos pautamos e seguimos, guiados pela sua sabedoria, embalados pelo seu bom humor, buscando o infinito através de sua religiosidade, até o encontrarmos, pela força eterna do amor e da saudade...

- Discurso proferido na sessão solene, in memoriam do sócio benemérito Luis da Câmara Cascudo - Salão Nobre do IHG/RN, em 30/07/1991.

EVOCÇÃO - CÂMARA CASCUDO

Damasceno de Menezes
(Colaborador)

I
CASCUDO! - Genial CASCUDO!
Da esfera transcendental
Teu vulto impõe-nos o Estudo
Da Cultura Universal!

II
Porque, à luz das Estrelas
Das Galácias do Infinito,
Há grandeza mil, tão belas
Que ao Ser o fazem restrito!

III
Pois, neste orbe terráquio
Tudo é finito, - pequeno
Desde o verme ao vil batráquio
Quer sol, quer luz, quer sereno!

IV
Eis que essa vida terrena
É tão curta!... É limitada;
Somos qual débil falena
Contra a chama - um simples nada!

V
Todos vibram, muitos cantam
Para lenir as agruras,
Quando as glórias nos encantam,
Há surpresas, desventuras...

VI
Mas, o teu Gênio, no Empireo
Rebrilha como o Crisol,
Acende, crepita em Sério,
Potente qual luz do Sol!

VII

*Grato, - à presença do ETERNO!
Ganha o espaço, inunda a terra;
O teu saber eviterno,
É concha, é cristal da Serra!...*

VIII

*Porquanto, o saber é vida,
Tão útil qual o Oxigênio;
Natal se vê redimida,
Vivendo a Luz do teu Gênio!*

IX

*E aqui, no Caro INSTITUTO
TEMPLO da luz e da História,
Desce calmo, etéreo, astuto
Teu perfil astral, em glória!*

X

*Paira, então, tu alma vibrando
Em memória o Presidindo,
E o poeta em trovas, saudando
Vê teu vulto em paz, sorrindo!...*

*CASCUDO! Genial CASCUDO!
Historiador sem rival;
Teu saber rebrilha em tudo,
No Folclore Universal!*

Natal-RN - 03/08/1990

CENTENÁRIO DA MORTE DE DOM PEDRO II

Aluísio Azevedo

(Sócio efetivo)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a mais antiga instituição cultural do Estado, inspirado nos princípios que norteiam sua atuação, no campo da cultura e na preservação das tradições históricas de nossa terra, realiza, nesta noite memorável, esta sessão solene, com o objetivo de exaltar a figura impar de D. Pedro II, 2º Imperador do Brasil, ao ensejo do centenário de sua morte.

Em atendimento ao honroso convite do eminente e incansável Presidente desta Casa da Memória, Dr. Enélio Lima Petrovich, aqui me encontro para, do alto desta tribuna, tentar trazer ao conhecimento desta Assembléia, alguns fatos marcantes da vida do nosso homenageado, o soberano brasileiro que reinou quase meio século, homem de vasta cultura, de grandes virtudes morais, reto, generoso, tolerante, de atitudes moderadas e de escrupulosa probidade. Durante o seu reinado, o Brasil experimentou o mais longo período de democracia, de pluralismo partidário, liberdade de crença, de pensamento, de expressão e de imprensa. Foram 49 anos de estabilidade institucional, devendo-se acrescentar, a tudo isto, o prestígio internacional que o país alcançou, no concerto das nações. Naquela época, o Brasil chegou a ocupar o 2º lugar, como a mais importante força naval do mundo. Verificou-se um crescimento vertiginoso no desenvolvimento ferroviário, ao lado da implantação do que havia de mais moderno, no campo das descobertas científicas e tecnológicas, como o telégrafo, o telefone, o fonógrafo e o selo postal. Medidas de mais alta relevância política e social foram introduzidas no país, como por exemplo, o parlamentarismo e a abolição dos escravos, muito embora, quanto à abolição, o monarca fosse, pessoalmente, contrário.

D. Pedro II nasceu, no Rio de Janeiro, a 2 de dezembro de 1825, sendo filho de D. Pedro I e da Imperatriz, Dona Leopoldina. Com apenas 1 ano de idade, sua mãe faleceu, passando, a partir de então, aos cuidados de criação de Dona Maria Carlota de Magalhães Coutinho, a Condessa de Belmonte, a quem ele chamava, na sua linguagem infantil, pelo nome carinhoso de Dadama. Nos seus primeiros anos de vida, D. Pedro só foi notícia 3 vezes: no seu nascimento, no batizado, a 9 de dezembro e quando foi reconhecido, oficialmente, como herdeiro presuntivo da coroa do império, a 2 de agosto de 1826. A 7 de abril de 1831, D. Pedro I, diante de uma grave crise política, abdicava em favor do seu filho, com esta declaração: “Usando do Direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu mui

amado filho, o Senhor Pedro de Alcântara. Retiro-me para a Europa e deixo o país, que tanto amei e amo ainda.”

Naquela mesma data, ele expedira um decreto, nestes termos: “Por este meu imperial decreto, nomeio tutor dos meus amados e prezados filhos, o muito probo, honrado e patriótico cidadão, José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo.”

Ao acordar, na manhã de 7 de abril, o menino Pedro, com apenas 5 anos de idade, já era Imperador do Brasil. Dois dias depois, ele era apresentado ao povo, que se comprimia diante de uma das janelas do Paço da Cidade. Enquanto a multidão gritava, “Viva o Imperador, viva D. Pedro II,” Dadama lhe dizia ao ouvido: “Cumprimente, cumprimente”, recomendação que ele atendia, acenando com o seu lenço branco, para o povo. As primeiras letras foram-lhe ensinadas pela própria Dadama. As suas atividades diárias eram executadas, nos seguintes horários: às 7 horas, levantava-se do leito; às 8 horas, almoçava, na presença do médico, que examinava a qualidade, a quantidade e a temperatura dos alimentos reais; às 9 horas, começavam as aulas, que se prolongavam até às 11:30; nas duas horas seguintes, ele podia brincar, com qualquer jogo, findo o qual, banhava-se e arrumava-se para o jantar, que era servido às 14 horas, também assistido pelo médico. Após o jantar, era recomendado não saltar, não dormir e nem estudar. Os passeios pelos jardins do palácio eram feitos, a partir das 17 horas, ao término do qual ele passava a ler. Suas atividades eram encerradas às 22 horas, após a ceia e as orações da noite. Aos 12 anos de idade, D. Pedro já sabia ler e escrever, muito bem, traduzia o Inglês e o Francês, e tinha ótima aplicação na Geografia, Música, Dança e Desenho.

Em 1840, tem início o movimento em favor de sua maioridade. A 22 de julho, daquele ano, uma comissão de políticos dos partidos Conservador e Liberal foi à presença de D. Pedro, para saber quando ele desejava assumir o Governo do Império, ao que ele respondera: “Quero já”. Começava, naquele mesmo dia, o 2º Reinado.

A seguir, vem o episódio do seu casamento. Durante a infância e a juventude, o círculo de relações afetivas do imperador ficara restrito a Dadama, a 1ª dama do Paço e às suas irmãs, Januária e Francisca. Bento da Silva Lisboa, filho do Visconde de Cairu, foi enviado à Europa com a missão de encontrar uma noiva para o monarca, finalmente escolhida na pessoa de Dona Teresa Cristina, filha do rei das Duas Sicílias, 4 anos mais velha do que D. Pedro II. A 3 de setembro de 1843, Teresa Cristina desembarca, no Rio de Janeiro, para casar-se, no mesmo dia. D. Pedro, que a esperava no porto, ao vê-la, feia e manca, teria lamentado, junto à sua querida Dadama: “Enganaram-me, Dadama, enganaram-me”. Naquele momento de frustração, D. Pedro cometera uma injustiça, na sua avaliação inicial, pois, tempos depois, verificaria que a

ausência de beleza física era superada pela candura e bondade de caráter. Viveram, em perfeita harmonia, durante 46 anos, até a morte da Imperatriz, em dezembro de 1889. Tiveram 4 filhos: Afonso e Pedro, que morreram pequenos e Isabel e Leopoldina, que atingiram a idade adulta.

No exercício das funções de Chefe de Estado, usou, com muita sabedoria, o poder Moderador, conferido pela Constituição, para resolver crises políticas. Durante o seu reinado, teve, pela frente, sérias dificuldades. Enfrentou e venceu revoluções e questões internas, como a Guerra dos Farrapos, que eclodira em 1835, só dominada em 1845; a Revolução liberal de S. Paulo e Minas, em 1842; a Revolução Praeira, em Pernambuco, em 1848, a Questão religiosa e a Questão Christie, além das Guerras externas, contra Oribe, Rosas e Aguirre e, finalmente, a Guerra do Paraguai, que durou, aproximadamente, cinco anos.

Defendeu a expansão comercial e progresso técnico, favorecendo a criação de bancos, indústrias, ferrovias, instituições educacionais, culturais e científicas. Realizou viagens de estudos à Europa e Estados Unidos, com o intuito de aprofundar os seus conhecimentos. Certa vez, revelou: “Se eu não fosse Imperador, queria ser mestre-escola. Não conheço missão mais nobre que esta: dirigir as inteligências moças e preparar os homens do futuro.”

Os ideais republicanos, finalmente, desabrocharam na alma e consciência dos brasileiros. D. Pedro II era um monarca patriota e de inatacável probidade, mas, alguns fatores, como a questão religiosa, a abolição dos escravos e o problema da Princesa Isabel, sucessora do trono, ser casada com um estrangeiro, o Conde D’Eu, apressaram a proclamação da República, finalmente levada a efeito, no dia 15 de novembro de 1889. No dia seguinte, às 15 horas, o Major Sólton Ribeiro comparece ao palácio real, para fazer a entrega da mensagem do Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, ao Imperador, ocasião em que ocorreu um diálogo, traduzido nas seguintes palavras: “Trago a Vossa Excelência... trago a Vossa Alteza... trago a Vossa Majestade essa mensagem do Governo Provisório”. O documento dizia: “Os sentimentos democráticos da nação, há muito preparados, haviam, agora, despertado. Obedecendo, pois, às exigências do voto nacional, com todo respeito à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o Governo Provisório espera do vosso Patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve prazo possível.” O emissário perguntou: Não tem Vossa Majestade uma resposta a dar? D. Pedro disse: Por ora, não tenho nenhuma resposta. O major perguntou: Então, posso me retirar? O monarca respondeu: Pode.

Serena e melancolicamente, D. Pedro ditou ao Barão de Loreto a sua resposta, nos seguintes termos: “À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta

Pátria, de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de estranhado amor e dedicação, durante quase meio século em que desempenhei o cargo de Chefe do Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Dom Pedro de Alcântara, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889, 77^o ano do Império”. Na madrugada do dia seguinte, o Imperador e sua família partiam para o exílio. D. Pedro recusou o auxílio financeiro, concedido pelo Governo provisório, de cinco mil contos de réis, destinado ao seu estabelecimento, na Europa. A 5 de dezembro de 1891, portanto, há exatamente 100 anos, faleceu, em Paris, aquele que conduziu os destinos da nação brasileira, por um período mais longo, de toda a sua história, recebendo honras majestáticas do governo francês, por ocasião dos seus funerais. O banimento da família imperial foi revogado, em 1921, durante a presidência de Epitácio Pessoa. Os restos mortais de D. Pedro II e de Dona Teresa Cristina, repatriados pelo couraçado São Paulo, jazem na Catedral de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Abro um parêntese, nesta oração, para reverenciar a memória de um dos mais eminentes homens de letras, deste Estado, o Mestre Luís da Câmara Cascudo, sócio benemérito deste Instituto, que, se vivo fosse, estaria completando, no próximo dia 30 de dezembro, 93 anos de idade. A ele, pois, nesta noite festiva, em que evocamos e exaltamos a figura extraordinária de D. Pedro II, a homenagem de saudade e reconhecimento dos que fazem esta Casa da Memória.

Finalizo estas minhas palavras, proferidas com o maior ardor cívico, conclamando todos para que, irmanados nos mesmos sentimentos de brasilidade e inspirados nos exemplos luminosos do inolvidável homenageado desta noite, o Imperador nunca esquecido, Dom Pedro II, possamos ter uma participação mais efetiva, nesta heróica jornada de preservação das nobres tradições e costumes do povo brasileiro, e da própria construção da ordem e do progresso de nossa pátria, como nos ensina o lema de nossa bandeira.

(Discurso proferido na sessão solene - IHG/RN - dia 05-12-91)

MANOEL VARELA - HONRADEZ E DIGNIDADE

Enélio Lima Petrovich

(sócio efetivo)

Natal perdeu, dia 11 de julho de 1990, um homem de bem. Exemplo de dignidade.

Foram 90 anos de vida devotada ao trabalho, à cultura jurídica e à família. Eis o nome: Manoel Varela de Albuquerque. Nasceu em 9 de fevereiro de 1900.

Sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil é de nº 1.

Professor de nossa Faculdade de Direito, nos ensinou Economia Política. Procurador Regional da República, fez de seu cargo um verdadeiro sacerdócio. Em duas legislaturas fôra deputado Estadual. O Conselho Penitenciário presidiu algumas vezes. Católico por convicção.

Daí seguirmos o jornalista Cassiano Arruda Câmara ao afirmar:

“Estou certo que sem Manoel Varela o nosso Estado fica ainda mais pobre nos seus valores morais e éticos”.

Comparacendo aos seus funerais, assistimos à missa de corpo presente, celebrada pelo ilustre confrade e amigo Dom Nivaldo Monte, no plenário “Francisco Ivo Cavacanti”, na sede da OAB/RN.

Momentos de reflexão, tristeza e fé. Rezamos todos.

No cemitério do Alecrim, na hora mais pesarosa do Adeus, usamos da palavra. E não poderia ser outra a nossa conduta.

Nosso mestre, nosso amigo e nosso confrade partia, deixando o testemunho de uma existência proba, fecunda e difícil de ser comparada a outras, pela formação de seu caráter e amplitude de seus conhecimentos, sobretudo no plano do Direito, da Economia e dos temas pedagógicos.

À beira do túmulo, quando o sol já descia no horizonte, eis a nossa mensagem:

“Há homens que não morrem. Encantam-se.

Manoel Varela de Albuquerque, professor, advogado, humanista, já se acha na morada celestial.

Sócio efetivo de nosso Instituto Histórico e Geográfico, desde abril de 1959, integrando a sua Diretoria, na condição de tesoureiro, deixa, naquela quase secular Casa da Memória Norte-rio-grandense, lacuna evidente, espargindo, entre seus admiradores e confrades, a eterna saudade.

Sua presença, durante as sessões da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, era marcada pela lucidez de suas opiniões, serenidade de suas idéias e consciência dos seus atos.

Recordo-me muito bem.

Certa vez, entre as vezes que o visitava em seu escritório, falou sobre Nestor Lima e Luiz Antonio, meus tios-avôs e amigos seus. É depoimento gravado para a história.

E que lições nos ministrava! Dele fui aluno, na Faculdade de Direito. Economia Política a sua matéria. Primeiro ano e primeira turma.

Cultura multiforme. Espontâneo, modesto, sereno, íntegro. Este o traço de sua personalidade marcante.

Repetimos sempre o genial e humilde Câmara Cascudo:

“A morte existe; os mortos não”.

Vale evocar, também, o grande Luiz Murat:

“Morrer. A chama não se apaga./ Continua depois desta vida outra vida,/ como a vaga no mar continua outra vaga...”

Nesta hora triste, fim de tarde natalense e tropical, de pesar incontido, esta a nossa palavra, em instantes nos quais melhor seria o silêncio.

Velho mestre, consócio e amigo, eis a expressão do nosso Adeus comovido, em que as lágrimas traduzem a ausência eterna, embora na eternidade o seu exemplo de vida, honrada e simples, nobre e alta, seja presença em nosso cotidiano.

Vai, mestre Manoel Varela, mas permaneça conosco, na lembrança de seus conterrâneos que ainda ficam.

Sua imagem jamais se apagará.

Descansa em paz, mestre-amigo”.

ADOLFO RAMIRES

PIONEIRO DA OFTALMOLOGIA DO RN

José de Anchieta Ferreira

(Sócio Efetivo)

Recordo-o caminhando pela calçada do antigo prédio da Irmandade dos Passos, na Praça Padre João Maria, de terno branco harmoniosamente combinado com os seus cabelos totalmente embranquecidos.

Aluno distinto da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, teve o privilégio de receber, em 1914, o seu diploma de médico das mãos do professor Aluísio de Castro, que pertencera à Academia Nacional de Medicina e à Academia Brasileira de Letras. Antes, em Salvador, diplomara-se em Farmácia aos 22 anos de idade.

Recifense, nascido em fevereiro de 1887, a sua origem portuguesa e espanhola, com parentes em Portugal, permitiu-lhe fazer o curso primário em Lisboa. Depois de formado retornou à Europa, atualizando-se nos melhores serviços da especialidade, demorando-se mais na Alemanha, então na vanguarda da Oftalmologia. Nesses estágios, aproveitava para fazer cursos de línguas, de arte e literatura.

Como lazer, ao piano, com sua voz de barítono, cantava velhas canções, de preferência óperas italianas. Outro dos seus lazeres era a esgrima, esporte que gozara de prestígio durante a Alemanha Imperial, quando, ter uma cicatriz na face, traçada à ponta de espada, era sinal de coragem e virilidade.

Recusando convite do professor Abreu Fialho para ser um dos seus assistentes, em cujo serviço estagiara, então o mais renomado oftalmologista brasileiro, Adolfo Ramires veio residir e exercer a sua profissão em Natal, com anúncio na “À República”, de 28-10-1922, cujo texto, com a grafia da época, trascrevo: “Médico oculista do Hospital de Caridade “Jovino Barreto”. Com longa prática de sua especialidade nos cargos de médico oculista de Clínica de Doenças dos Olhos da Faculdade de Medicina e do Hospital da Santa Casa Misericórdia do Rio de Janeiro. Escolhe vidros exatos para vista cansada, myopia, hipermetropia e astigmatismo. Opera sem dor por métodos aperfeiçoados. Consulta - Avenida Tavares de Lyra nº 7, das 10 às 11 da manhã e de 3 às 4 da tarde.

Antes, com longos intervalos, despontavam em Natal, vindo de outros Estados, especialistas em olhos, ouvidos, nariz e garganta, que peregrinavam pelas cidades maiores, de preferência nos dias de feira, fazendo um atendimento apressado e superficial. Como os feirantes, também faziam a feira.

Mas, como oftalmologista, a sorte não o ajudou. No final dos anos 30, incompatibilizando-se com o dr. Januário Cicco, diretor do Juvino Barreto (atual Hospital das Clínicas Onofre Lopes), deixou o hospital, o único da cidade, impossibilitando-o de exercer a parte cirúrgica da especialidade. Não demorou também a deixar a oftalmologia, sem, no entanto, abandonar a medicina. Depois de um curso intensivo no Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, firmou-se como sanitarista, chegando a ocupar, por diversas vezes, as funções de Diretor do Departamento de Saúde do Estado (Secretaria de Saúde do RN).

Com os professores Luiz Soares, José Cavalcanti de Melo, e a colaboração de alguns dentistas e farmacêuticos, teve ação destacada na fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia. E foi o seu primeiro diretor.

O dr. Ramires era também poeta. A revista carioca "O Malho" publicou um dos seus poemas:

*Campo frio sem pomares
Aurora que não tem sol
Nauta perdido por mares onde não brilha um farol
Riqueza que desfalece
Estrela que empalidece
Condor que nunca voou
Primaveras sem fulgores
Mocidade sem flores
Eis o que sinto e o que sou.*

Adolfo Peres Machado de Souza Ramires, que faleceu em março de 1971, marcou lugar na história das Faculdades de Farmácia e Odontologia e foi o pioneiro da Oftalmologia no Rio Grande do Norte.

VIDA E MORTE DE ULISSES DE GÓES

Aluízio Alves
(Sócio benemerito)

Embora a idade avançada nos preparasse para a notícia de sua morte, a qualquer hora, confesso que, por alguns minutos, fiquei atônito, como se tivesse sido colhido por uma grande, inesperada e devastadora surpresa. Dele, eu só me lembrava vivendo, atuando, sonhando, construindo. E a morte acabava com toda uma longa vida assim.

Conheci-o há mais de meio século. Dirigindo, com inexcusável competência, a Caixa Rural de Natal. Organizando e dirigindo “A Ordem”, jornal que, mesmo restrito aos padrões católicos da época, representou inegável avanço na função e na técnica jornalística. Dirigindo, com desvelo exemplar, a Escola Técnica de Comércio, depois, Faculdade de Ciências Econômicas. E pondo a sua fé inquebrantável a serviço da Congregação Mariana de Moços, matriz e inspiração de todos os empreendimentos. Ao longo do tempo, acompanhei a sua liderança. Colaborei no jornal. Ensinei na Escola. Na hora da transformação em Faculdade, insisti para que eu, já deputado federal, participasse do quadro docente. Fui seu discípulo na associação religiosa, participando de todos os seus movimentos.

Representante do Estado na Constituinte de 46 e em legislaturas subsequentes, tinha, com frequência, sugestões para projetos e discursos. Candidato a governador, ele, que não participava de atividades políticas, não escondeu seu apoio e entusiasmo. Nem ao Governo, negou-me seu conselho, em momentos difíceis.

Na luta de deputado para levar a energia de Paulo Afonso ao Rio Grande do Norte, o radicalismo político punha pedras no meu caminho. O jornalismo provinciano procurava desacreditar o esforço quase solitário, considerando-o “um sonho de mil e uma noites”. Ele reagiu. Mandou-me o recorte, com uma convocação: venha a Natal, traga dados econômicos e técnicos para fazer uma conferência, e vamos levantar a opinião pública do Estado em torno do projeto. E, uma noite, num dos salões da Escola, na av. Junqueira Aires, falei e despertei a consciência do povo, mostrando que lutava por uma coisa possível, e sem a qual, o Rio Grande do Norte renunciaria ao seu futuro, emparedado entre a Paraíba e o Ceará, servidos pelas linhas de Paulo Afonso. Já Governador, em novembro de 1963, fui pessoalmente convidado para a cerimônia da inauguração, com a presença do Presidente da República.

- Faça a sua festa com as autoridades. Na hora em que os transmissores

forem ligados, - e levantou-se indo até a parede da sala - eu liguei este interruptor e inaugurarei a energia aqui em casa. E deu-me um abraço comovido.

Os anos passaram. Vi, depois, caindo de suas mãos, uma a uma das realizações que lhe haviam custado sonhos, aflições, competência, resistência, capacidade, a devoção da vida inteira. A Caixa, que a legislação Federal transformou em cooperativa, para depois, estrangulá-la. O jornal, vencido pelas dificuldades financeiras. A Faculdade, pelas mesmas razões, absorvida no mutirão anonimizador da estrutura universitária. A Congregação religiosa superada pelas novas organizações da ação católica. Uma a uma, esvaindo-se de sua liderança. E, ele, lutando como podia, aceitando afinal, com mágoas que escondia, vendo que o seu tempo passara, e outros deviam substituí-lo.

Veza por outra, trocávamos palavras pelo telefone, por cartas, pessoalmente. Reclamava, de bom humor, certas liberdades jornalísticas da TRIBUNA, nos raros abusos de fotografias ou de notícias policiais. Mas, sempre com delicadeza inesquecível:

- Você, aí no Rio, não pode evitar. Mas, diga aos meninos que a TRIBUNA não deve entrar por esses caminhos.

Quando eu recebia a TRIBUNA, ia direto à página social ou policial! Ele sempre tinha razão.

Poucos acreditaram, - entre eles, eu, - que conhecia a sua indomável força espiritual. Aos 90 anos, criou um novo jornal, para difundir os ideais cristãos. Pediu a minha colaboração. Quando, ao circular o primeiro número, escrevi uma nota a respeito, sem assinatura, ele telefonou-me:

- Agradeço a nota, que sei que foi sua. Mas, quero artigos seus para o nosso jornal. E, rindo, acrescentava: quem sabe, se, com eles, não vamos vender tanto quanto a TRIBUNA...

Pensando, ontem, na sua morte, refleti tristemente: todos nós, ao morrer, deixaremos testemunhos físicos de nossa presença em obras que se perpetuam através do tempo.

Ele, não. Desapareceram as marcas de suas mãos realizadoras: a Caixa Rural, depois Cooperativa, o jornal, a escola, depois Faculdade. Por que?

Depois, aceitei os desígnios de Deus. Nele, mais importante do que obras, foi o exemplo. E este não se marca nem em inaugurações, nem em placas, mas, nas almas, nos corações dos que ficam.

Marca-se com a própria vida. Que, ao apagar-se, ressurgir, imperecível, nas mãos de Deus.

Foram assim a vida e a morte de Ulisses Celestino de Góes.

Obs: Ulisses Celestino de Góes, sócio efetivo do IHG/RN, nasceu a 25 de abril de 1896, tendo falecido em 21 de dezembro de 1990.

HOMERO HOMEM - UMA PÁGINA DE SAUDADE

Paulo de Albuquerque Maranhão

(Sócio correspondente)

Dia 17 de julho de 1991, pela madrugada, partiu Homero Homem de Siqueira Cavalcanti, filho de Canguaretama. Criatura humana das melhores. Poeta, escritor, jornalista.

Com ele sempre estávamos.

E neste velho e maravilhoso Rio, ao lado do eminente amigo e confrade Enélio Lima Petrovich, presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico, era uma visita obrigatória, à sua casa, no bairro do Leblon.

Lembro-me bem que, no dia 11 de dezembro do ano findo, atendendo à convocação da presidência do referido IHG/RN, fizemos a saudação ao insígne consócio, em solenidade realizada no Centro Norte-rio-grandense, aqui no Rio, quando Homero tomava posse na categoria de *Sócio Correspondente*. E com muita honra e alegria a missão fora cumprida.

Assim, quando o nosso querido confrade já se encontra no Alto, ao lado do Criador, oportuno se nos parece, invocando a sua memória, transcrever as palavras que sobre ele proferimos, naquela sessão solene, que contou com a presença de inúmeros conterrâneos, intelectuais, amigos do homenageado. Presidiu a magna solenidade o Dr. Arnóbio Cabral, presidente do Centro.

Eis, portanto, a nossa breve saudação:

“O prof. Homero Homem nasceu em 5 de janeiro de 1921 no Engenho Catu, em Canguaretama, no Rio Grande do Norte. Residiu há muitos anos no Rio de Janeiro, tendo conservado estreitos laços com sua terra natal.

É autor de mais de trinta livros. “Grande nome da poesia brasileira pós Modernismo”, sua obra “alinha também o romance, a crônica, a novela, o conto e o teatro”. Nela, ele “ora se identifica com a vivência nordestina, como em *Cabra das Rocas*”, lançado no Brasil e no exterior e que já ultrapassa meio milhão de exemplares, “ora cria um ambiente de fabulação mágica e alegórica, como em *Menino de Asas*, também sucesso de crítica, adotado desde as escolas de ensino médio às universidades, já com mais de 1 milhão de exemplares de tiragem”, sendo o livro nacional mais lido pela juventude.

Em sua densa obra, contam-se, entre outros trabalhos, *O Agrimensor da Aurora*, *O Luar Potiguar*, *Tempo de Amor*, *Eu sem Ego*.

O prof. Homero Homem tem uma carreira literária louvada pela crítica e valorizada por numerosos prêmios, distinções, diplomas e condecorações.

Recebeu os prêmios:

a) Alphonsus de Guimarães, do INL-MEC (em 1958).

- b) Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras.
- c) Escritor do Mar, do Clube Naval.
- d) Luisa Cláudio de Souza, do Pen Clube.
- e) Prêmio Nacional de Poesia Falada, do Estado do Rio.
- f) Prêmio DNER do Ministério dos Transportes, no concurso de poesia sobre a Estrada Transamazônica.
- g) Thomas Mann, da República Federal Alemã.
- h) Prêmio Nacional de Literatura, do INL-MEC, de 1975, pelo conjunto de sua obra poética.

Em 1979, foi contemplado com um prêmio especial de literatura, conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte, pela idealização e realização da I Semana de Cultura Nordestina em Natal, sob o patrocínio da UFRN.

É sócio fundador da Academia Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, tendo sido eleito, por unanimidade, sucessor do poeta Odylo Costa Filho, no Pen Clube do Brasil. É sócio fundador nº 1 do Primeiro Sindicato de Escritores do Brasil.

Sobre ele, discorreram múltiplas vozes.

Diz Wilson Martins:

“Homero Homem, cuja dicção poética é geralmente de extraordinária beleza e força sugestiva, consolida a sua posição entre os nossos grandes poetas modernos. Além do sentimento nacional, ele é também o poeta da condição humana e da vida contemporânea, da integração na natureza e da experiência amorosa. Observa-se que, em qualquer desses tópicos, a sua poesia não é discursiva, nem raciocinante, mas metafórica, condição de toda grande poesia”.

Artur Eduardo Benevides escreve:

“Um poeta autêntico, cheio de força criadora, de pureza lírica, de mistério (...) Linguagem liberta de influências, definida, própria, sem vacilações. Um toque personalíssimo na maneira de dizer, de interpretar as coisas, os gestos, os seres. Um modo de cantar diferente”.

O Prof. Homero Homem é cantor apaixonado do Rio Grande do Norte e de sua cidade, à qual chama, com o lirismo que lhe é característico, de “doce Pátria de Canguaretama”.

Seus ilustres avô e pai ocuparam posição de destaque na Magistratura e na Administração Pública, respectivamente.

Seu avô, o Dr. Joaquim Homem de Siqueira Cavalcanti foi o 10º Juiz de Direito da Comarca de Canguaretama, de 1897 a 1913.

Seu pai, Joaquim Homero de Siqueira Cavalcanti Filho, foi presidente da Intendência (cargo que equivalia ao de Prefeito) do Município de Canguaretama de 1923 a 1924.

O Prof. Homero participou ativamente, em 1989, nas comemorações alusi

vas ao centenário da elevação da Vila de Canguaretama à condição de cidade. Compareceu na ocasião a Canguaretama onde foi alvo de várias homenagens.

É autor do "Hino do Centenário de Canguaretama", que figura no livro *Canguaretama Centenária*, de José Jácome Barreto, livro onde o Prof. Homero é citado como um dos homens ilustres do Município.

Aqui, no Rio de Janeiro, este Centro Norte-rio-grandense e a Casa de Memória Potiguar realizaram sessão Comemorativa desse Centenário, a que tivemos o prazer de comparecer e na qual o Prof. Homero foi o orador.

No Prof. Homero, são patentes suas qualidades complementares de apurada sensibilidade (o que é típico dos grandes poetas) e personalidade combativa. Com sua devoção a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Canguaretama (e, aliás, também de Portugal, terra de nossos avoengos mais distantes), e com seus princípios e seu zelo, ele como que se constitui, qual antigo cruzado, em um Cavaleiro da Boa Causa".

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHG/RN

Período: Março de 1987 a março/1989

ILUSTRES CONFRADES:

De acordo com as disposições estatutárias, cabe a esta Presidência relatar os eventos ocorridos nos últimos dois anos (março/1987 até março/1989), como programação cumprida neste Instituto Histórico e Geográfico.

Assim, em síntese, enfocaremos a realização de algumas promoções, sobretudo quando, nesta data, será eleita a nova diretoria para o biênio 1989-1991, além de comemorarmos os 87 anos de fundação da tradicional entidade.

Portanto, eis os principais acontecimentos, para ciência dos caros confrades:

I - SESSÕES REALIZADAS

Durante o biênio que passou, promovemos 27 sessões, sendo 3 de assembléia geral ordinária e 24 de caráter solene.

Queremos, todavia, destacá-las, para demonstrar o significado das mesmas.

Dessa forma, pelo transcurso do centenário de nascimento de vários consócios, tomamos a iniciativa de prestar-lhes as homenagens oportunas e justas, como assim ocorreu *in memoriam* do escritor e poeta Virgílio Galvão Bezerra da Trindade, em 21 de abril de 1987. Foi orador o mestre Nilo Pereira; do Desembargador e ex-Vice-Presidente do Instituto Silvino Bezerra Neto, a 30 do mesmo mês e ano, tendo discursado o Prof. Manoel Varela de Albuquerque; do poeta e escritor Antonio Antidio de Azevedo, em 16 de junho de 1987, falando, na ocasião, os sócios Grácio Barbalho e Newton Navarro. Realizamos a sessão em homenagem póstuma do sócio Severino Bezerra de Melo, em 27 de junho de 1988, discursando os confrades Veríssimo de Melo e Grácio Barbalho. Pelo centenário de nascimento de Joaquim Inácio de Carvalho Filho, a 7 de outubro de 1988, tendo sido orador, em nome desta Casa, o Prof. Otto de Brito Guerra. Em memória do Prof. Luiz Correia Soares de Araújo e Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, em 18 do mesmo mês e ano. Discursaram sócios Itamar de Souza e Marcos Maranhão, respectivamente.

Enfim, a 23 de novembro do ano passado, ocorreu a sessão solene pelo transcurso do centenário de nascimento do educador Clementino Câmara e do Senador Georgino Avelino. Foram oradores os Drs. Geraldo Queiroz e Gilberto Avelino. Na oportunidade, saudou o novo sócio, Poeta Gilberto Avelino,

o confrade ilustre Manoel Rodrigues de Melo.

Outras promoções ainda foram realizadas, dentre as quais, a da homenagem ao mestre Câmara Cascudo, pelos seus 89 anos, se vivo fosse, em 30 de dezembro de 1987, e na mesma ocasião, com justiça, prestamos singela homenagem ao sócio Monsenhor Severino Bezerra, pelo seu cinquentenário de vida sacerdotal. Falaram Romildo Azevedo, sócio correspondente, e o querido consócio Ulisses de Góis, em nome deste Instituto.

Ainda fizemos uma sessão especial, a 4 de fevereiro de 1988, pela passagem do 1º ano de falecimento do confrade João Medeiros Filho, sendo orador o prof. João Batista Pinheiro Cabral.

Eis, em resumo o que aconteceu no biênio findo, no que diz respeito às promoções *in memoriam* de sócios que já se encantaram pela lei da morte.

SEMANA NESTOR LIMA

II - Não nos esquecemos, também - e foi dado o merecido destaque - à passagem do centenário de nascimento do historiador, advogado de renome, educador, e sobretudo presidente perpétuo deste Instituto, Nestor dos Santos Lima.

Não apenas em um dia, mas durante uma semana, de 10 a 13 de agosto de 1987, prestamos a nossa homenagem à sua memória, focalizando alguns aspectos de sua vida e obra, através de várias palestras.

Dessa forma, no 1º dia, em sessão solene, discursou o sócio efetivo Itamar de Souza, abordando “Nestor Lima - Historiador”. No dia seguinte, o Des. Anselmo Pegado Cortez, sob o título: “Nestor Lima - advogado, e Balbino Teixeira uma revelação”, quando, aliás, tomou posse, saudado pelo sócio Gumercindo Saraiva, já falecido. No dia 12, ouvimos a palavra do escritor Manoel Rodrigues de Melo: “Nestor Lima - Educador”. E no último dia, 13, coube-nos encerrar a semana, quando tivemos o ensejo de abordar o tema “Nestor Lima em Família”, trazendo alguns depoimentos de parentes e amigos sobre o grande homenageado. Fizemos a distribuição de um folheto contendo dados biográficos e diversas opiniões sobre o saudoso Nestor Lima.

III - SEMPRE A NOSSA REVERÊNCIA AO MESTRE CASCUDO

Esta Casa jamais olvidará o seu sócio benemérito Luis da Câmara Cascudo.

- Por isso, a 30 de julho de 1988, realizamos uma sessão magna pelo transcurso do 2º aniversário de encantamento do mestre, genial e sempre presente em nossa lembrança, na qual discursaram os sócios Romildo Teixeira de

Azevedo e Alvarar Furtado de Mendonça. Agradecendo em nome da família falou a congreira Ana Maria Cascudo Barreto. Na oportunidade, foi lançado o livro "Painel sobre a vida e obra de Câmara Cascudo", editado pela gráfica do Senado, graças ao apoio do Senador Lavoisier Maia Sobrinho. A publicação contém todas as palestras, comentários e registros feitos nas homenagens que, em Brasília, a 5 de novembro de 1987, o Centro Norte-riograndense da capital federal prestou ao grande benemérito desta Casa. Também participamos da promoção, proferindo conferência sob o título: "Mestre Câmara Cascudo - cidadão do mundo".

- Ainda em louvor de Câmara Cascudo, a 29 de dezembro findo, ocorreu mais uma sessão solene, que contou com a presença do Deputado Antonio Cunha Bueno e do escritor Francisco de Vasconcelos, os quais proferiram palestras sobre o homenageado, que se estivesse vivo estava completando 90 anos. Na mesma oportunidade, o escritor Francisco de Vasconcelos tomou posse na categoria de "Sócio Correspondente", cuja saudação coube ao sócio Historiador Olavo de Medeiros Filho. O neto do homenageado, Newton Cascudo Roberti Leite, agradeceu em nome da família.

IV - CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Data sobremaneira significativa no calendário nacional, o centenário da abolição da escravatura no Brasil foi por nós devidamente comemorado, de 10 a 13 de maio do ano passado.

Sobre o tema, discursaram os sócios Tarcísio da Natividade Medeiros (10/5), Itamar de Souza (11/5), Raimundo Soares de Brito (12/5) e por fim, como convidado especial, o Dr. Almino Monteiro Alvares Afonso, atual vice-governador do Estado de São Paulo, que, tomando posse na condição de *sócio honorário* desta instituição, proferiu palestra sobre o evento histórico - O Negro e a Abolição, evidenciando a participação de seu avô, o abolicionista Almino Afonso, norte-riograndense. Encerramos, assim, com brilhantismo, mais uma promoção cultural.

V - GOVERNADOR TARCÍSIO BURITY - SÓCIO HONORÁRIO

Considerando o reconhecido valor cultural do Prof. Dr. Tarcísio de Miranda Burity, governador do Estado da Paraíba, o incluímos entre os sócios honorários desta Casa da Memória, por deliberação unânime em assembléia geral de 16 de agosto findo.

Por esta razão, a 16 de setembro último, ele aqui esteve para receber o seu honroso título, quando proferiu palestra "A Paraíba no contexto histórico-cultural do Nordeste". Saudou-o, por nós designado, o ilustre confrade Joacil

de Brito Pereira. Discursou também na solenidade o escritor e consócio correspondente Amaury Vasconcelos.

Presente à sessão solene, tomou posse na categoria de sócio correspondente o amigo e conterrâneo, jornalista Murilo Melo Filho, o qual falou agradecendo a honraria.

VI - LIVRO DE OLAVO DE MEDEIROS FILHO

Entre tantos livros de autoria do confrade e membro desta diretoria Olavo de Medeiros Filho, durante a sessão solene de 23 de novembro passado, lançamos "Naufrágios no Litoral Potiguar", edição deste Instituto, com uma apresentação nossa, cujo trabalho vem comprovar, ainda mais, a grande importância do valioso e incalculável acervo que guarda este nosso Instituto, pois nele pesquisando o autor, à vista de documentação e manuscritos raros, desde o século XVII, colheu todos os dados necessários à publicação.

Acrescentamos, de igual modo, que o citado livro foi também lançado no venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em outubro de 1988, quando das comemorações do sesquicentenário de fundação daquela Casa da Memória Nacional. Nós, como convidados, comparecemos ao grande evento histórico, na condição de sócios correspondentes. O Olavo e eu.

VII - PUBLICAÇÃO DA REVISTA DO INSTITUTO

Tendo vista o apoio financeiro da Petrobrás, foi possível publicarmos mais um número de nossa Revista, um tanto atrasada.

Daí, distribuiremos na sessão solene de amanhã à noite, neste salão nobre, a Revista, referente aos volumes LXXV -LXXVI - anos de 1983 e 1984, contendo valiosos trabalhos e pesquisas de inúmeros consócios, além de várias páginas *in-memoriam* de alguns sócios que faleceram durante os anos citados. A impressão ficou a cargo da Gráfica Uruassu.

É pois, com alegria, que registramos essa importante ajuda da Petrobrás, cabendo-nos, ainda, ressaltar o prestígio dos eminentes amigos Otomar Lopes Cardoso e Celso Mansur, da direção superior da empresa, que não mediram esforços para a concretização dessa iniciativa.

Temos confiança de que, sempre, esse apoio não será interrompido, possibilitando a publicação de novos números da Revista, repositório maior das tradições potiguares, através de estudos e pesquisas de nossos confrades, sobretudo.

VIII - ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Encerrado mais um mandato nosso, ocorrerá nesta sessão de assembléia geral a eleição para a nova diretoria da entidade, que dirigirá os seus destinos no biênio 1989/1991.

IX - TAMBÉM AJUDA DO BANCO DO NORDESTE E DE DUAS EMPRESAS LOCAIS

Com o mesmo júbilo do registro anterior, queremos ressaltar a ajuda financeira do Banco do Nordeste do Brasil S/A, no ano que passou, doando ao Instituto a importância de NCZ\$ 838.767, para aplicação da conservação do acervo e encadernação de dezenas de livros e periódicos. A importância foi devidamente aplicada e já prestamos contas ao Banco.

Por outro lado, referimo-nos acerca do auxílio dado pelo Armazém Pará e a Distribuidora de Automóveis Seridó S/A, sob a égide da Lei Sarney. A primeira fez doação de NCZ\$ 200,00 e a 2ª da ordem de NCZ\$ 70,00. Para esse fim, temos conta especial no Banco Real S/A.

A esses beneméritos, deixamos, aqui, registrado o nosso agradecimento.

X - AJUDA DO GOVERNO DO ESTADO E DA PREFEITURA

Igualmente, vai neste relatório resumido a nossa palavra de gratidão, quer ao Governo do Estado, quer à Prefeitura Municipal de Natal.

Ambos colaboraram com esta Casa. O 1º, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, à frente o então secretário prof. Otto Euphasio de Santana, procedeu a limpeza do prédio, parte externa, para cujo serviço foram gastos NCZ\$ 3.000,00, por intermédio da empresa que ganhou a licitação, Proseng-Projetos e Serviços de Engenharia Ltda. Já prestamos contas, no tempo hábil, ao Tribunal de Contas do Estado.

Quanto à ajuda da Prefeitura, apesar de pequena, valeu, pois os NCZ\$ 140.13 serviram para a compra de material de expediente, caixas para a guarda de documentos e manuscritos e a aquisição de uma geladeira. Isso ocorreu ainda na gestão Garibaldi Alves Filho.

Fica, da mesma maneira, a expressão de nosso agradecimento, na certeza de que a atual prefeita também reconheça o nosso esforço em prol da preservação da memória potiguar.

NOSSA HOMENAGEM AOS SÓCIOS FALECIDOS

Não poderíamos esquecer os sócios falecidos, durante o biênio que transcorreu.

Assim, com saudade, a nossa homenagem a Boanerges Januário Soares de Araújo, Caetana de Brito Guerra, Ivanaldo Lopes da Silva e Gumercindo Saraiva. O exemplo de cada um serve de lição para todos nós.

PALAVRAS FINAIS

Eis, em breves enfoques, o que podemos realizar à frente desta Casa. Hoje haverá - repita-se - eleição para a nova diretoria - 1989/1991.

A todos estamos agradecidos. Em primeiro lugar aos que integram este Instituto, valorizando sobremaneira a história norte-rio-grandense. Aos demais, admiradores da cultura, jornalistas, empresas que nos ajudaram, governo do Estado e do Município, a expressão do agradecimento.

Amanhã, comemoraremos os seus 87 anos de fundação. Haverá sessão solene, posse de novos confrades e o lançamento da Revista - anos 1983/1984.

Aos futuros dirigentes do Instituto, enfim, a nossa palavra de confiança.

Muito grato a todos.

Este o nosso relatório.

Enélio Lima Petrovich

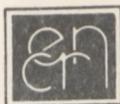
Presidente

(Aprovado, por unanimidade, em sessão de Assembléia Geral de 28/03/89).

ÍNDICE

UMA PALAVRA A MAIS	
Enélio Lima Petrovich	7
APOIO À CULTURA HISTÓRICA	
Wellington Medeiros	9
NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - O Prédio do Instituto Histórico	
Jeanne Fonseca Leite Nesi	11
SÍNTESE CRONOLÓGICA DO INSTITUTO HISTÓRICO	
Fernando Hippólito da Costa	14
87 ANOS, UMA VIDA HISTÓRICA	
Nilo Pereira	37
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RN, A CASA DA MEMÓRIA E DO PADRE JOÃO MARIA	
Enélio Lima Petrovich	38
HÁ CEM ANOS PASSADOS	
Cláudio Galvão	40
UM GRANDE JORNAL: A REPÚBLICA	
Nilo Pereira	45
1º CENTENÁRIO DO JORNAL A REPÚBLICA	
Itamar de Souza	48
O AMANHECER DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE	
Raimundo Nonato	55
A OLIGARQUIA MARANHÃO	
Gil Soares	58
PEDRO VELHO, MEU AVÔ	
Heloisa Maranhão	82
PEDRO VELHO	
Marcos Maranhão	84
PALAVRAS DE SYLVIO PEDROZA - ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO "ALBERTO MARANHÃO" A ALBERTO MARANHÃO JÚNIOR	88
NOSSOS ÚLTIMOS TAPUIAS	
Olavo de Medeiros Filho	90
UM CAPÍTULO DE VELHAS MEMÓRIAS	
José Nazareno Moreira de Aguiar	95

IN MEMORIAM DE GEORGINO AVELINO	
Gilberto Avelino	99
O RENASCIMENTO DE CUNHAÚ	
Valério Mesquita	111
UMA SAUDAÇÃO - "O QUE SEGURA ESTE PAÍS"	
Enélio Lima Petrovich	113
UM PATRIARCA SERTANEJO	
Manoel Onofre Jr.	117
DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE	
Francisco de Vasconcelos	122
AUGUSTO SEVERO	
Carlos Tavares de Lyra	123
UM REGISTRO PARA A HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO	
Umberto Peregrino	125
LUIZ ANTÔNIO, UM SÁBIO	
Nilo Pereira	127
HOMENAGEM AO MEU PAI	
Anna Maria Cascudo Barreto	129
EVOCÇÃO - CÂMARA CASCUDO	
Damasceno de Menezes	134
CENTENÁRIO DA MORTE DE DOM PEDRO II	
Aluisio Azevedo	136
MANOEL VARELA - HONRADEZ E DIGNIDADE	
Enélio Lima Petrovich	140
ADOLFO RAMIRES - PIONEIRO DA OFTALMOLOGIA DO RN	
José de Anchieta Ferreira	142
VIDA E MORTE DE ULISSES DE GÓES	
Aluizio Alves	144
HOMERO HOMEM - UMA PÁGINA DE SAUDADE	
Paulo de Albuquerque Maranhão	146
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHG/RN - De março de 1987 a março/1989	
Enélio Lima Petrovich	149



COMPOSTO E IMPRESSO NA COMPANHIA EDITORA
DO RIO GRANDE DO NORTE-CERN — AV. JUNQUEIRA
AYRES, 355 — NATAL-RN — FONES: 221-2240 — 221-2241

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 - Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana - Raimundo Nonato
- 3 - Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte - Manoel Ferreira Nobre (Anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 - Luís da Câmara Cascudo - Sua Vida e Sua Obra
- 5 - Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte - Enélio Lima Petrovich
- 6 - Roteiro do Visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 - O Livro das Velhas Figuras - (I, II, III, IV, V e VI) - Luís da Câmara Cascudo
- 8 - Visões e Abusões Nordestinas (I e II) - Raimundo Nonato
- 9 - Os Franceses no Rio Grande do Norte - Bernard Alléguede
- 10 - A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte - Augusto Tavares de Lyra
- 11 - Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte - Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros - II Volume
- 12 - Titulados do Açú - Francisco Amorim
- 13 - Naufrágios no Litoral Potiguar - Olavo de Medeiros Filho

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Anos 1992 - 1993)
- 2 - O Livro das Velhas Figuras (VII) - Luís da Câmara Cascudo
- 3 - Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte - Luiz Carlos Lins Wanderley (Introdução de Nilo Pereira)

APOIO: GOVERNO DO ESTADO DO R. G. N.